

PUBLICAÇÃO MENSAL • ANO XIV • CR\$ 5.500,00

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

147

EXCLUSIVO:
VIOÊNCIA CONTRA CRIANÇAS



Saudade do velho CARNAVAL

**PRIVATIZAÇÃO
À MODA EUROPÊIA**

**REPRESSÃO
NO CONE SUL**

Instale no seu Estado uma fábrica de argamassa armada com a tecnologia Riocop.



E mostre que um bom governo não se faz por obras do acaso.

A revolucionária tecnologia da argamassa armada, que alia cimento, areia e tela de aço, está a seu alcance.

Procure a Riocop e veja como é fácil instalar na sua cidade uma fábrica que faz

escolas, creches, centros comunitários, postos de saúde, obras de saneamento e muito mais com qualidade, baixo custo e rapidez na execução.

Riocop. Eleja nossa tecnologia.

RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE ARGAMASSA ARMADA E EQUIPAMENTOS URBANOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Telefone: (021) 395-4550 - Fax: (021) 395-4551

PRESENTE O ANO INTEIRO PRA VOCÊ E 3 AMIGOS.

Assine

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

BRINDE ESPECIAL

NOSSOS PREÇOS

Assinatura anual: Cr\$ 66.000,00

Assinatura 2 anos: Cr\$132.000,00

Assinatura 3 anos: Cr\$198.000,00

As Assinaturas feitas por Reembolso
Postal sofrerão acréscimo de 25%
sobre os valores acima
discriminados.

Validade: até 05.01.92

Após a validade cobraremos preços
atualizados

Traga 3 amigos
como assinantes e **ganhe** 1 assinatura
anual de Cadernos.

Assinatura: ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinatura: ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinatura: ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

CUPOM DO REMETENTE

Assinatura: ☐ 1 ano ☐ 2 anos ☐ 3 anos

Nome.....
Endereço.....
Bairro..... Cidade.....
Estado..... CEP..... Tel.....
Profissão.....

Assinale a forma de pagamento do(s) seu(s) pedido(s).

- () Cheque(s) nominal(is) em anexo
- () Vale Postal - Ag. Lapa
- () Reemb. Postal + 25% sobre o valor
- () Autorizo débito no meu CREDICARD referente
ao meu pedido no valor de Cr\$
- () Autorizo débito no meu CREDICARD dos pedidos
para meus amigos totalizando Cr\$

Cartão Nº

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Data:...../...../.....

Assinatura do comprador

Preencha os cupons em letra de forma conforme sua opção de pagamento e envie para a Editora Terceiro Mundo Ltda.
Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Fax: (021) 252-8455 • Tel.: (021) 252-7440

LIVROS POR

CORRESPONDÊNCIA



MANUAL DE REDAÇÃO E ESTILO
O Estado de São Paulo

Este *Manual* é mais do que um guia destinado a jornalistas. Se você escreve com regularidade, está se preparando para exames de redação ou apenas quer conhecer melhor o português, não deixe de consultá-lo.

371 p.
E-234 Cr\$ 15.000,00



ESCRITOS INDIGNADOS
Democracia e neoliberalismo no Brasil
Herbert de Souza (Betinho)

O livro do sociólogo e analista político Herbert de Souza (Betinho) passa em revista os principais problemas brasileiros de hoje, com a coragem e a emoção que marcam todo seu pensamento e sua atuação na sociedade.

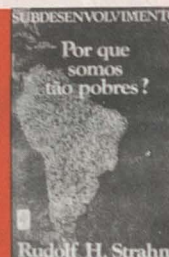
144 p.
E-232 Cr\$ 8.500,00



O ENIGMA DA AMAZÔNIA
Desafio ao Futuro
Miranda Neto

Para o autor, que é economista, com pós-graduação em economia rural no Brasil e Estados Unidos, o desenvolvimento da Amazônia deve adaptar as técnicas modernas às condições ambientais, com a preocupação de servir ao país e não apenas aos grandes interesses econômicos.

144 p. E-235 Cr\$ 17.000,00



SUBDESENVOLVIMENTO
Por que somos tão pobres
Rodolfo H. Strahm

Rodolfo H. Strahm, economista suíço com participação em vários organismos internacionais, procura desvendar os complexos mecanismos do subdesenvolvimento, que ele relaciona com a crise do endividamento externo.

221 p.
E-230 Cr\$ 8.500,00



ZÉLIA, UMA PAIXÃO
Fernando Sabino

Qual o segredo desta paixão? Eis o mistério que o autor persegue ao longo do livro, de maneira também apaixonante, ao fim surpreendente do leitor, quando desvenda o enigma proposto pela esfinge, para não ser por ela devorado.

272 p.
E-248 Cr\$ 19.000,00



AS VEIAS ABERTAS DA AMÉRICA LATINA
Eduardo Galeano

(33ª edição)
Galeano, neste livro, quebra a cronologia linear de historiografia oficial para desvendar o saque ao continente que persiste desde o descobrimento.

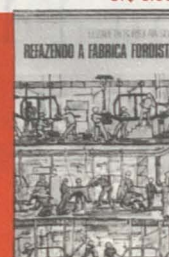
307p.
E-247 Cr\$ 26.000,00



UMA CHAMA NA AMAZÔNIA
Jean-Pierre Leroy

Reconstituindo a saga dos trabalhadores rurais da região de Santarém, Pará, o autor apresenta um quadro completo da realidade econômica da Amazônia.

394 p.
E-238 Cr\$ 10.000,00



REFAZENDO A FÁBRICA FORDISTA
Elizabeth Bortolaia Silva

Partindo da análise comparativa entre uma fábrica Ford no Brasil e na Inglaterra, a autora discute os rumos da economia mundial.

394 p.
E-239 Cr\$ 30.000,00

QUERIDA ILHA
Hélio Dutra — 2ª edição

O apaixonante testemunho de um brasileiro que acompanhou, por dentro, todo o processo da revolução cubana. Hélio Dutra conhece Cuba a fundo, vivendo lá desde o fim da II Guerra Mundial. Alguns tópicos do seu livro: A reforma agrária, As reformas urbanas, A alfabetização, A mulher cubana e a revolução, A saúde em Cuba, etc.

E-240 Cr\$ 16.000,00

O LIVRO DOS ABRAÇOS
Eduardo Galeano

Tratar a memória como coisa viva: assim faz Galeano quando escreve. Sua memória pessoal é a nossa memória coletiva, da América. Este seu novo livro é o testemunho de pequenos episódios, que contam a história de nosso povo e revelam, com amor ou revolta, a dramática realidade de nosso continente.

217 p.
E-229 Cr\$ 16.000,00

BEM TE VI, AMAZÔNIA
Jurema Finamour

Um balanço dramático dos problemas da Amazônia, desde as primeiras picadas ao drama de Chico Mendes. A realidade do latifúndio, as ameaças de internacionalização, a miséria de sua população, as riquezas escondidas na selva, o extermínio de vidas inteiras — eis alguns dos capítulos que compõem esta obra notável de pesquisa e denúncia.

240 p.
E-241 Cr\$ 10.000,00

O PILÃO DA MADRUGADA
Neiva Moreira

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Este livro é a reportagem com um desses repórteres. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou.

Ele narra episódios marcantes, e permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

José Louzeiro
464 p.
E-208 Cr\$ 12.000,00

CHE-PARRA
Latino-América
Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase moribunda esperança."

Sérgio Ricardo
100 p. E-223 Cr\$ 8.000,00

NÓS DIZEMOS NÃO
Eduardo Galeano

A esquerda acabou? E a história, também? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece, nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? Pode existir dignidade na miséria? Para onde vai o mundo? Estas são algumas questões que o autor de *Veias abertas da América Latina* procura desatlar nesta obra.

88 p.
E-226 Cr\$ 7.500,00

DESENVOLVIDO PARA A MORTE - Repensando o desenvolvimento do Terceiro Mundo
Ted Trainer

O simples desenvolvimento, sem um planejamento adequado, leva a aberturas desequilíbrios na distribuição da renda mundial. O modelo neoliberal, aplicado a nossos países, acaba por privilegiar os interesses das classes altas do Terceiro Mundo, das corporações multinacionais e dos países ricos.

240 p.
E-245 Cr\$ 25.000,00

Leia O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo. **e Assine**

Gratis
Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

Validade: 10.04.92



PEDIDO DE ASSINATURA

☐ ANUAL: Cr\$ 72.000,00 ☐ 2 ANOS: Cr\$ 144.000,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL:

PROFISSÃO:

Pago. por: () Ch. Nominal () V. Postal - Ag. Lapa

() Reembolso Postal + 25% sobre valor () CREDICARD

Autorizo débito no meu CREDICARD N°

.....

Data: / /

Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA DO AMIGO

☐ ANUAL: Cr\$ 72.000,00 ☐ 2 ANOS: Cr\$ 144.000,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE: CEP:

ESTADO: TEL:

PROFISSÃO:

PRESENTE

Editora Terceiro Mundo Ltda. • Rua da Glória, 122 - 1º andar • Glória • 20241 • Rio de Janeiro • RJ • Telex: 21 33054 CTMB BR
PEÇA TAMBÉM PELO TELEFONE (021) 252-7440 OU PELO FAX (021) 252-8455

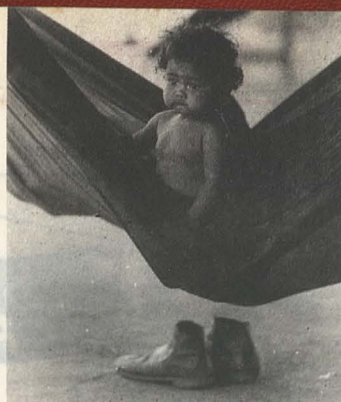
Carnaval, carnavais

A maior festa popular do país tem uma história de mudanças, que expressa as transformações sociais. Durante quatro dias, de acordo com um costume de origem ancestral, a população se entrega à liberação e ao prazer. Mas o reinado de Momo transfor-



mou-se em algo tão grande que é administrado como empresa. Se isto, por um lado, torna a festa mais grandiosa, por outro lado pode matar a alegria dos antigos carnavais.

Página 10



Enquanto a economia italiana prospera, os problemas se acumulam em Londres e na Inglaterra. A explicação é a ação chave do Estado nos setores estratégicos do país. A tese é do professor Marcio Wohlers de Almeida, da Unicamp

34



A situação da criança brasileira que vive no campo deu origem a um dossiê que mostra como meninos e meninas são vitimados pelo trabalho escravo, pelos maus tratos e pela prostituição

16



A cada dois dias, uma pessoa que não tem onde morar morre em São Francisco, na Califórnia, de alguma doença agravada pela longa exposição ao relento

49

SUMÁRIO

2 PANORAMA

7 CARTAS

POLÍTICA

- 9 Retornando às raízes
- 20 Repressão no Cone Sul

MATÉRIA DE CAPA

- 10 Carnaval, carnavais

INFÂNCIA

- 16 Violência massacra crianças no campo

ÍNDIOS

- 23 Quinhentos anos de resistência

CULTURA

- 26 Movimento dos compositores da Baixada Fluminense

COMPORTAMENTO

- 28 Tecnologia: Contra ou a favor do ser humano?
- 49 Cemitério de sepulturas anônimas
- 50 O drama das cidades pequenas

ENTREVISTA

- 31 Alfonso Guerra: Rumo a uma sociedade aberta

ECONOMIA

- 34 Como a Itália superou a Inglaterra
- 37 Argentina: Operação Túpac Amaru

AMÉRICA LATINA

- 40 Cuba: Silêncio acusador
- 42 El Salvador: Em tempo de reconstrução

ÁFRICA

- 45 Angola: Novos horizontes em Luanda

ÁSIA

- 46 Índia: Tempos de mudança
- 48 Tigres Asiáticos: Mão-de-obra escassa

RACISMO

- 52 Europa: Doloroso testemunho

55 PANORAMA TRICONTINENTAL

PÁGINA ABERTA

- 60 Violência: A deusa mora ao norte



Descanso infeliz

A novela do aumento dos 147% para os aposentados está ainda *sub judice*: juizes estão, em série, dando ganho de causa aos aposentados que reivindicam o pagamento imediato do aumento e recusam o argumento governamental da inexistência de recursos e do adiamento do pagamento para 1993, como estabelece decreto presidencial. Os superinten-

dentes do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) têm sofrido a ameaça de prisão por se recusarem a efetuar os pagamentos atualizados com os 147%.

Os interesses em torno das aposentadorias têm exposto ao país uma série de mazelas dolorosas, entre as quais a má gestão dos recursos previdenciários e o esforço para se abrir caminho à previdência privada e pouca consideração que ainda se dedica aos velhos.

A presença das pessoas mais velhas na nossa população tende, porém, a crescer, ante o aumento do nível de sobrevivência, que eleva a idade média no país. A chamada terceira idade, composta sobretudo pelas pessoas aposentadas, será uma realidade cada vez mais presente, sobre a qual terá que se debruçar a preocupação de governantes e legisladores.

Os interesses em impulsionar o rambo das previdências privadas, porém, parecem determinados a explodir a previdência estatal, o que significaria o desamparo concreto de milhões de trabalhadores, que jamais conseguiriam assumir o peso financeiro das contribuições para grupos particulares.

O saneamento da Previdência Social figura como item secundário das discussões e é lamentável e sintomático que a posição governamental expresse mais empenho em alterar a natureza do sistema do que em resgatar sua eficiência de outras épocas.

Sem descanso

Pela disposição do novo ministro do Trabalho e Previdência, Reinhold Stephanes, mesmo o precário descanso do velho brasileiro poderá desaparecer. Stephanes está retirando da gaveta o imortal projeto que propõe aposentadoria por idade e não mais por tempo de serviço. Os atuais 30 (para mulheres) e 35 anos de trabalho (para homens) dariam lugar a limites de idade: mínimo de 60 anos para mulheres e 65 para homens.

Esta nova sistemática, se vier a ser aprovada, precisará, certamente, de uma contrapartida de reconhecimento de direitos adquiridos dos atuais contribuintes, para evitar pronunciamentos judiciais.

Um dado notável, no caso, é que a expectativa de vida do brasileiro

atinge 66 anos, segundo dados da ONU. Assim, tenderia a ser mínima a quantidade de contribuintes que viveria o suficiente para merecer a graça da aposentadoria. A demanda seria fraca e o sistema, engordado por gente sem chance de parar de trabalhar, tornar-se-ia perpetuamente saudável. Corresponderia a chegar ao equilíbrio da Previdência por uma espécie de calote incobrável. Além disso, quantos trabalhadores acima dos 55 anos, digamos, ainda encontrarão trabalho, para manter suas contribuições e manter um nível melhor de aposentadoria?

Por fim, resta responder a uma renitente dúvida: a aposentadoria por idade é mesmo a grande e única solução?



Os Scuds brasileiros

Um ano após o massacre militar do Iraque pelos Estados Unidos, com o respaldo do Primeiro Mundo e a dúbia neutralidade soviética, vem à tona mais um lance de guerra, desta vez na área da informação.

Trata-se do livro *The death lobby*, de Kenneth Timmerman, que trata da cooperação militar entre o Brasil e o Iraque, como consequência da parceria comercial dos dois países, a qual envolvia desenvolvimentos tecnológicos diversos e, sobretudo, a garantia de petróleo ao Brasil.

A começar do título (*O lobby da morte*), o livro de Timmerman pinta com as cores da maldade o relacionamento Brasil-Iraque: tratava-se, na visão moralista (farisaica?) do autor, de uma espécie de atentado internacional a parceria no desenvolvimento tecnológico de produtos militares entre dois países do Terceiro Mundo.

Mais do que bater em Saddam Hussein, o livro parece ter por objetivo crucificar o Brasil e colocar contra a parede os setores envolvidos em criar tecnologias em áreas de ponta, onde as nações desenvolvidas — particularmente os Estados Unidos — consideram inaceitável a penetração de outros atores.

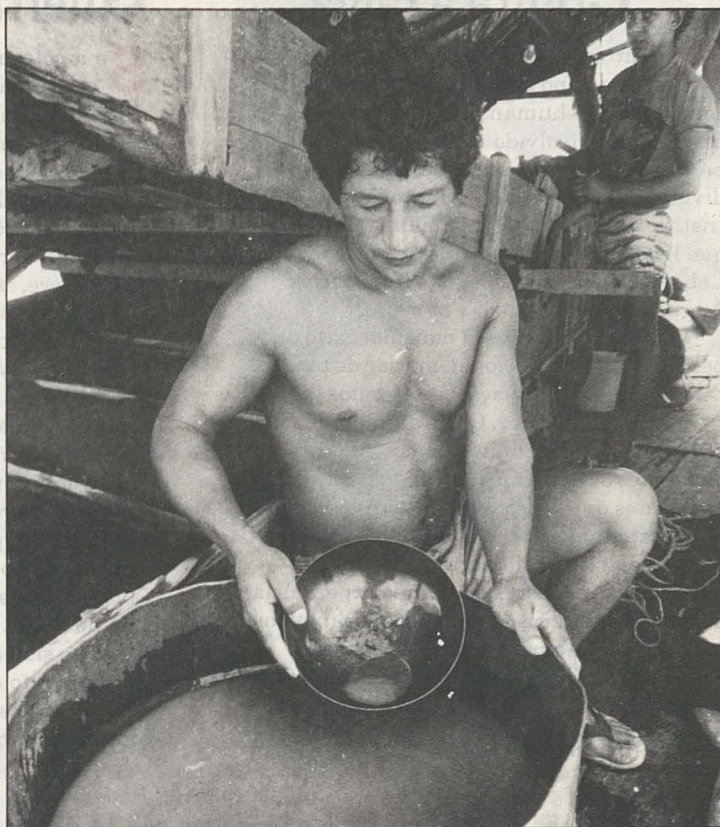
Um dos centros de excelência da pesquisa do país, o Centro Tecnológico de Aeronáutica, recebe uma descrição que mais parece a de um centro de terrorismo internacional.

O Brasil, que pretende entrar na era espacial, sai do livro tão chamuscado que, provavelmente, levará ainda décadas para desenvolver seus foguetes lançadores de satélites. O CTA, de São José dos Campos, de onde surgiu a indústria aérea brasileira, torna-se quase uma sigla maldita, depois de ter sido uma incômoda matriz de concorrência no mercado militar mundial, através das indústrias a que deu suporte.

Da descrição condenatória não escapou sequer a construtora Mendes Júnior, uma das poucas firmas brasileiras do setor a disputar concorrências internacionais com sucesso. Suas estradas serviriam a objetivos militares inconfessáveis. Por sorte, Timmerman não tomou conhecimento dos frangos brasileiros exportados para o Iraque.

O que ele esqueceu, contudo, é que a questão militar internacional não é produzida pelas nações pobres, mas pelas potências que criam as armas, tornam o Terceiro Mundo seu mercado obrigatório e procuram impedir o desenvolvimento tecnológico dos demais países.

Brasas na fronteira



Aderrubada do teco-teco brasileiro em território venezuelano poderia ter se transformado numa guerra, se o acontecimento seguisse os desdobramentos pretendidos pelo empresário José Altino Machado, que preside a União dos Sindicatos e Associações dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal).

A diplomacia parece ter colocado nos trilhos o incidente, no qual morreram o piloto do Cessna, José Xavier de Mendonça, e o garimpeiro Moisés Ferreira, sendo detidos outros três.

Expulsos do Parque Nacional Ianomâmi, onde foi preciso dinamitar dezenas de pistas de pouso clandestinas, os garimpeiros transbordaram para terras venezuelanas, com seu equipamento de extração de ouro e métodos altamente nocivos ao meio ambiente.

A questão tornou-se preocupação militar naquele país e o

surgimento de incidentes era uma questão de tempo. Afinal, calcula-se que passam de 10 mil os garimpeiros brasileiros em território venezuelano da Serra de Paracaima e perto de 1 mil na do Parima, além de outras concentrações. "Causam grande devastação ecológica, além de estarem extraíndo, ilegalmente, ouro venezuelano", reclamam as autoridades de Caracas.

Problemas diplomáticos à parte, fica a preocupação do que fazer com milhares de homens apetrechados para escavar florestas e desbarrancar margens de rios, atrás do metal precioso. E que contam com invejável poder de organização e de deslocamento, seja fluvial, seja aéreo. Um suporte que autoridades temem que seja utilizado também pelo narcotráfico.

Com a pressão venezuelana do outro lado, o Parque Ianomâmi pode voltar a perder a paz há pouco reconquistada.

Contra a raiva

O Instituto Butantã está anunciando para o próximo ano o lançamento de uma vacina contra a raiva humana. Trata-se de um produto desenvolvido no instituto de pesquisas paulista, segundo a informação divulgada por *Símula*, publicação do Instituto Oswaldo Cruz. Foi uma pesquisa que levou seis anos, segundo o chefe do Laboratório de Imunologia Viral, Carlos Augusto Pereira.

O resultado expressa mais um êxito da pesquisa médica nacional, apesar de todas as desvantagens em relação a institutos de pesquisas do exterior. O Butantã produz hoje 26 medicamentos imunogênicos. Mas, os dirigentes se queixam das dificuldades crescentes que seus pesquisadores enfrentam para trabalhar e sobreviver com dignidade. Os baixos salários já afastaram, nos últimos meses, pesquisadores de grande experiência e dezenas de técnicos abandonaram a instituição para ganhar melhor em outros lugares, colocando em risco a sobrevivência do Butantã como um centro de excelência na pesquisa médica brasileira.

Guerra à cólera

Se a cólera viaja de barco na Amazônia, ao menos uma empresa está determinada a impedir que ela penetre no interior através do trem. Transporte hoje fundamental em considerável área da Amazônia, os trens da Estrada de Ferro Carajás, da Vale do Rio Doce, estão recebendo uma inovação em seu sistema de coletores de dejetos. Técnicos da estatal desenvolveram um sistema que permitirá a coleta de todos os dejetos e águas servidas do trem amazônico, impedindo, num primeiro momento, que material contaminado vaze para o leito da ferrovia e daí para córregos e rios (são 36 rios no percurso entre São Luís, no Maranhão, e Parauapebas, no Pará). Num segundo momento, o sistema coletor propicia o tratamento de todo o material, desativando sua eventual carga contaminadora.

Segundo o *Jornal da Vale*, a região servida pela ferrovia "vem sendo considerada como zona de alto risco de propagação da doença, com casos já registrados em alguns de seus municípios. Mesmo sem ter tido ainda qualquer notificação ou suspeita de passageiros contaminados nos trens, a Sufec já prepara também uma campanha educacional e conscientizadora, que será dirigida a todos os usuários. Ocorrendo alguma manifestação, as turmas de equipagem de Carajás estarão aptas às primeiras ações de atendimento e cuidados necessários. Prevendo essa possibilidade, o Serviço de Medicina Ocupacional já providencia o treinamento dos empregados, em conjunto com agentes de saúde do Maranhão e Pará, que encaminharão os doentes aos hospitais de referência indicados ao longo do trecho. Somente após cura total o passageiro poderá seguir viagem".

Educação e saúde

O Fórum de Educação e Saúde no Cemade - Complexo Educacional Municipal Avenida dos Desfiles - reuniu profissionais de educação, saúde, a comunidade, alunos e convidados, numa ampla discussão sobre a importância de uma participação consciente no processo educacional.

"Garantir um espaço de prática e discussão do programa de educação especial é fundamental para a existência de uma escola democrática, com profissionais e crianças politizadas. Com isto se faz uma troca de experiências importante para garantir a qualidade do ensino", diz Anna Maria Pinho e Pinto, diretora geral do Cemade. Ela enfatizou também os excelentes resultados da integração do Cemade com o Posto de Saúde Marcolino Candau, da Terceira Região Administrativa, dirigido pelo Dr. Krishnamurti Sarmento. Este

trabalho dá aos alunos atendimento médico, odontológico e psicológico, palestras e participação em eventos comunitários. Para se ter uma idéia da extensão do trabalho, basta citar que o grupo de psicologia, coordenado por Angela Maria Bernacchi, passou de 20 atendimentos a 240 por mês.

Anna Maria Pinho e Pinto considera que o binômio educação e saúde constitui a mola propulsora na formação de um cidadão consciente.

"Investir em educação, acreditar em educação é pensar no futuro", afirma Maria de Lourdes Russo Ribeiro, diretora-adjunta do Cemade. "O Fórum realizado em novembro no Rio foi muito importante, pois serviu para fornecer ao professor subsídios para uma nova postura educacional", conclui ela. O Dr. Krishnamurti Sarmento, por sua vez, considera que "é importante abrir caminho para a atuação do médico comunitário e que isto se dá com a comunicação e a influência mútua entre a educação e saúde".



Preços sem descanso

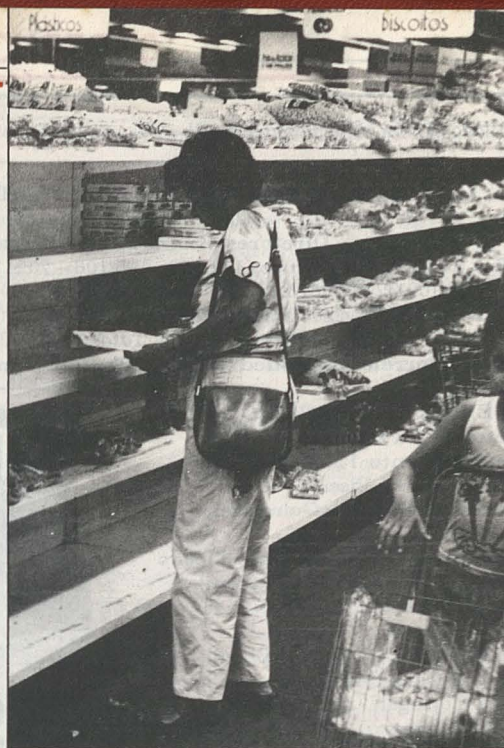
Fundo Monetário Internacional sob controle, Clube de Paris pacificado, empréstimo de emergência garantido, a guerra do ministro Marcílio tem uma frente ainda intensamente conflagrada: os preços da comida, principalmente.

Em São Paulo e no Rio de Janeiro, levantamentos revelaram que o primeiro mês de 1992 registrou altas surpreendentes nos alimentos. Os supermercados paulistas apresentaram alta média de 30% nos produtos, enquanto no Rio os preços da cesta básica subiram cerca de 27%, em média. Análises individualmente, porém, houve produtos que explodiram em

70%, 90% e até mais, servindo o período de chuvas e o aumento de combustíveis como argumentos para as variações registradas. Produtos básicos da alimentação popular, como arroz, feijão e óleo, aumentaram entre 30% e 50%.

Em muitos casos, principalmente nos hortifrutigranjeiros, reduções de preços no atacado não foram repassados aos consumidores, aumentando a margem de lucro dos comerciantes.

O estilo conventual do ministro tranquiliza muitos setores, mas está perdendo para o clima carnavalesco dos balcões.



Um exemplo?

Se um dia o Brasil imaginou dominar a tecnologia e construir helicópteros, deve adiar os sonhos. A Helibrás, montadora daqueles aparelhos em Minas, regredirá à prosaica função de oficina, para atender aos planos da Eurocopter, o consórcio formado pela francesa Aerospatiale e pela alemã Mercedes Benz (MMB), que passa a controlar a Helicópteros do Brasil, estabelecida em Itajubá, no sul de Minas, e que vivia de montar helicópteros franceses da Aerospatiale, com o projeto de nacionalizar progressivamente os componentes.

Agora, o presidente da Eurocopter, Jean-François Bigay, garante que os planos do consórcio franco-alemão não incluem estímulo tecnológico à Helibrás, que se converterá em ponto de reparos de aparelhos.

Estrangulada antes de alçar vôo, a Helibrás é um alerta nestes tempos de neoliberalismo. E levanta uma incômoda preocupação com a Embraer, uma experiência que deu certo e decolou, mas cujo percurso tem sido bombardeado de todos os ângulos.

Afinal, na briga de mercados, nada mais nacionalista que um neoliberal do Primeiro Mundo.

Dúvidas do Censo

Os 240 mil recenseadores e supervisores jogaram nos computadores do IBGE uma proporção inesperada de números esquisitos, que deixarão em suspenso por mais alguns meses os resultados do Censo Nacional de 1991. Despreparo ou desleixo de recenseadores, o certo é que o presidente do IBGE, Eduardo Guimarães, mostra-se conformado em refazer boa parte do trabalho, conferindo os levantamentos em áreas que deixaram no ar algumas dúvidas.

A população, de qualquer modo, variará em torno dos 150 milhões, um pouco abaixo do que se estimava, indicando uma queda da fecundidade da mulher brasileira. O fenômeno merecerá estudos mais detalhados, daqui para a frente, mas considera-se que a causa básica residente na acelerada urbanização, uma vez que cerca de 75% da população residem em núcleos urbanos, onde as condições de vida impõem crescimento menor das famílias.

Algumas áreas do país re-

gistraram taxas de crescimento populacional anual surpreendentes, por se tratar de zonas de atração de migrações. São estados da Amazônia e do Centro-Oeste: Roraima (9,1%), Rondônia (7,9%), Mato Grosso (5,4%), Amapá (4,5%), Pará (3,6%), Amazonas (3,5%), Acre (3,2%), Distrito Federal (2,8%) foram as unidades a registrar expansão mais significativa pela incorporação de populações migrantes.

Os dados provisórios permitem vislumbrar de que áreas partiram as migrações para aquelas "terras novas": foram estados como Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Minas Gerais e sobretudo o Paraná, além de Rio Grande do Sul.

Em dez anos, o Paraná aumentou sua população tão-somente em 700 mil novos habitantes, passando de 7,6 para 8,3 milhões. Considerada a fecundidade normal das paranaenses, pode-se presumir a significativa perda de população que aquele estado sofreu na década de 80.

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio e Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 101/102 - 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 Redação, 232-1759 / 232-3372 Administração

Tel: (021)507-2203 Publicidade e Marketing (021)252-7440 Assinaturas

Fax: 55 21 252-8455 Telex: (021) 33054 CTMB-BR

Correio Eletrônico - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Subeditores: Claudia Guimarães,

Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro

(Brasil), Henry Pease Garcia (Peru),

Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan

Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil),

Roberto Bardini (México), Carlos Pinto

Santos (Portugal), Cristina

Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho

(São Paulo), Clóvis Sena e Memélia

Moreira (Brasília), José Carlos Gondim

(Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel

(Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte)

REVISÃO: Cléia Márcia Soares, Valdenir

Peixoto. DEPTO. DE ARTE: Tell Vilhena

(editor), Carlos Gomes (capa e projeto

gráfico), Silvia H. Pompeu, Sylvio Paixão,

Felipe Ortiz. FOTOS: France Press, André

Louzeiro, Hélio Santos

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:

Jessie Jane V. de Sousa (diretora), Juliana

Iooty, Roberto de Oliveira, Alba Caldas,

Silvia Arruda e Betânia Gonçalves

BANCO DE DADOS e EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA: Macário Costa (chefia),

Andréa Corrêa e Alvaro C. Revelo

ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.

CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS:

Mauro Mendes

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

utiliza os serviços das seguintes agências:

ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Irake), IPS (Inter Press Service), ALASEI

(México), SALPRESS (El Salvador),

Capa: Carlos Gomes (Criação) e Beatriz Bissio (Foto)



SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas: *Africa News* (Estados Unidos), *Nueva* (Equador), *Novembro* (Angola), *Tempo* (Moçambique), *Altercom* (Ilet-México-Chile), *Third World Network* (Malásia), *Israel and Palestine Political Report* (Paris) e *Against the Current* (EUA). Fotos: Agence France Press (AFP)

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro 10/1º andar

Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650

Telex: 42720 CTM-TE-P

ASSINATURAS: REPRESENTANTES NOS DIFERENTES ESTADOS

△ Acre π 542-2329

△ Aracaju π 211-1912

△ Alagoas π 521-4047

△ Belo Horizonte π 271-3861

△ Montes Claros π 221-1641

△ Brasília π 226-2202

△ Ceará π 245-1679

△ Cuiabá π 321-3529/316-8356/322-7442

△ Curitiba π 254-2384

△ Florianópolis π 447-683

△ Paraíba π 322-7536

△ Pernambuco π 231-1485

△ Porto Alegre π 2764952

△ Rio de Janeiro π 252-7440/232-1759

△ São Paulo π 367094

△ Vitória π 223-1062

INTERCÂMBIO

• José Iran Alencar

Rua do Catete, 66/907

22220 Rio de Janeiro - RJ

• Eloneide Piloneto

Lageado Bonito Itapejara

85580 D'Oeste - PR

• Décio Luis Fischer

Rua Epitácio Pessoa, 568

Centro

93700 Campo Bom - RS

• Adauto Vieira Teixeira

Rua Antônio Silva Campos, nº 013

28380 Natividade - RJ

• Jobson Ferreira Barbosa

Rua Irmãos Caetano nº 2

São Gonçalo do Retiro/ Cabula

41100 Salvador - BA

• Geraldo Sola Junior

Caixa Postal 346

07111 Guarulhos - SP

• Sôsto Ulisses Tenório

Rua João Dias Vergara, 35-A

Jardim Olinda

05765 São Paulo - SP

• Carlos Avalone Wolff

Av. Brasil, nº 1312

93700 Campo Bom - RS

• Benedito Almir Faria

Caixa Postal 196

09701 São Bernardo do Campo - SP

• Wagner Lopes Pereira

Rua Baby Faro nº 2

Bairro General

26150 Belford Roxo - RJ

• Elias de Oliveira Filho

Rua Beira Serra, 295

25250 Xerem - RJ

• Maria Bernadete de Almeida

Rua Padre Faustino 345

Nova Vista

31080 Belo Horizonte - MG

• Milena Monteiro

Rua Costa Gomes, 71

Jardim Marconal

75900 Rio Verde - GO

• Carla R. S. Campos

Av. Mato Grosso, 96

78000 Cuiabá - MT

• José Arimá Rocha Brito

Rua Padre Guerra, 1161

Parquelândia

60455 Fortaleza - CE

• Euclides José Carlos

Caixa Postal 3677 F.A.T.

Luanda R.P.A.

• Gilmara Silva

Av. Nereu Ramos, 515

Caixa Postal 25

88380 Piçarras - Santa Catarina

• Omar Corcho Abreus

Apartado Postal # 3

Cumanayagua C.P. 57600

Cienfuegos - Cuba

• José Wanderley Borges

Rua Glaziou, 83 - apt. 302

20750 Pílares - RJ



Avanço das cidades

Gostaria de chamar a atenção para um problema que a longo prazo me parece letal: o avanço paulatino, sorrateiro e irreversível de nossas cidades sobre terras agrícolas, inutilizando, sob coberturas de concreto e asfalto, áreas de dimensões estonteantes, antes produtoras em potencial dos alimentos de que dependemos. As preciosas terras roxas do norte do Paraná e de São Paulo são a origem da riqueza que resultou nas mais de mil cidades dos dois estados, cidades estas que estão vorazmente engolindo a terra que as criou.

A grande São Paulo ocupa hoje cerca de 175 mil hectares de terras permanentemente destruídas como fontes de alimentos. Campinas já consumiu 25 mil ha, Piracicaba 12 mil ha, Americana e Limeira cerca de 10 mil ha cada. Mas entre uma e outra metrópole há dezenas de cidades e vilas menores, como metástases de um câncer generalizado. As 50 principais cidades do interior paulista devem ocupar mais de 500 mil hectares. Só o estado de São Paulo tem quase 600 municípios que, com suas sedes e vilas, elevam o total de área inutilizada para além de 1,3 milhão de ha. Isso equivale a mais de um terço do território

da Bélgica. Sem falar nas superfícies de gigantescas represas necessárias à existência dessas cidades todas: Jupiá, Ilha Solteira, Marimondo, Billings, etc. Só a represa de Itaipu inundou 300 mil ha dos melhores solos do Paraná e do Paraguai.

Conclui-se que o Brasil, com todo seu imenso território, não pode mais dar-se ao luxo de jogar fora suas terras agrícolas. Pois do jeito que vai o mundo, estas serão o artigo de luxo mais cobiçado do futuro.

John Coningham Netto
Barão Geraldo,
Campinas-SP

Timor Leste

Causa indignação e repúdio a omissão do governo brasileiro em não denunciar nos fóruns internacionais o massacre que vem sofrendo, desde 1975, o povo irmão maubere do Timor Leste pelo governo tirânico, fantoche e sabujo da Indonésia. Se, por interesses escusos, o governo brasileiro não denuncia o governo da Indonésia por ser este aliado dos Estados Unidos, os brasileiros devem ter outra postura. Devemos organizar no Brasil um comitê de solidariedade ao povo do Timor Leste, onde a língua oficial é o português, e enviar correspondência ao governo, repudiando sua omissão cri-

minosa. Sugiro que publiquem dados sobre o comércio e as relações que o Brasil mantém com a Indonésia.

Antonio da Silva Ortega
Vila Ede, São Paulo-SP

Catequese com surdos

O VI Encontro Nacional de Surdos e Catequese aconteceu em Campinas, em janeiro. Pela primeira vez, a maioria dos participantes era de surdos. O objetivo era buscar pistas para uma pastoral de acordo com as exigências de uma nova evangelização à luz das diretrizes da ação da Igreja no Brasil. A comunicação é fundamental para os surdos. A catequese deve, portanto, ser mais comunicativa, tendo mais gestos, símbolos, sinais, dramatizações, danças, cartazes ao alcance da cultura e compreensão dos surdos. Mas a comunicação está crescendo. Inclusive, este ano, os surdos brasileiros poderão se comunicar através de aparelhos telefônicos especiais para eles, que funcionam com um teclado e um visor.

Mas é preciso pensar, para o futuro, numa campanha da fraternidade sobre os deficientes. Considerou-se também que o método ver-julgar-transformar e celebrar é o mais adequado à catequese dos surdos, usando mais e melhor os meios de comunicação de massas grupais e populares. Há um elemento novo, vivo, real, que deve ser usado para que a fé e a justiça cresçam nas comunidades.

Frei Bernardo Cansi
Campinas-SP

Meninos de rua

Quero parabenizá-los pelos cadernos do terceiro mundo. Gosto muito dos artigos publicados. Preciso de um livro anunciado na revista, chamado "A criança da favela e sua visão de mundo:

uma contribuição para repensar a escola", de Lígia de Medeiros. Sou psicóloga e estou fazendo mestrado em Psicologia Social na PUC-RS. O tema da tese que pretendo defender é sobre meninos de rua e como eles vêem a sociedade.

Marli Nunes
Passo Fundo-RS

Neste número estamos publicando os dados impressionantes de um dossiê sobre a violência contra a criança no campo brasileiro e, no próximo número, publicaremos uma reportagem sobre a violência contra a infância nas cidades e os meninos de rua. Quanto ao livro, você o receberá pelo reembolso postal.



Siderúrgica

Aproveito esta para pedir uma reportagem sobre as maracutaías da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda. Peço uma reportagem parecida com a que saiu da Usiminas, pois do leite derramado não se faz queijo. Não cite meu nome, pois assim eu seria demitido no ato.

Um operário
Volta Redonda-RJ

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

Retornando às raízes

O desembarque do PFL no governo cria expectativas contraditórias

As mudanças ministeriais são a nova chave do governo Collor para superar as dificuldades de relacionamento com os setores políticos no Congresso. Depois do falhado tiro único na inflação, a pefelização do governo parece representar uma espécie de último cartucho para a travessia dos três últimos anos de governo. É a aposta numa estabilização no até agora tumultuado relacionamento com o Congresso, que se tornou a pedra no sapato da administração.

Vão-se os anéis – O sacrifício dos ministros Alcení Guerra, Margarida Procópio e Rogério Magri foi um gesto de múltiplas significações. Foi em primeiro lugar uma espécie de rendição: aqueles três símbolos das ilusões iniciais do programa Brasil Novo foram varridos sem contemplação, como outros já o tinham sido. Em segundo lugar, a ascensão dos pefelistas Jorge Bornhausen, Ricardo Fiúza e Reinhold Stephanes ao Gabinete Civil, Ação Social e Previdência indicam que o Brasil Novo será construído com o Brasil Velho. Terá o Brasil Velho aderido a um Brasil Novo? Ou Collor, para abrir as portas do Congresso, estará pronto a retomar suas mais longínquas raízes políticas?

O futuro imediato, neste ano eleitoral, será rápido na resposta logo saberemos.

Um aspecto, porém, deve ser destacado e representará um avanço, se predominar o bom senso. Trata-se da reposição, em local de importância, do jogo político.

A relação do Executivo com o Congresso precisa melhorar, como o governo acabou aprendendo à custa de muito apanhar. A racionalidade, que faltou no início da administração, pode ser retomada agora, quando é de se esperar que o voluntarismo quase juvenil de antes dê margem a práticas mais estudadas e negociadas.

O perigo, contudo, reside num even-



Antônio Carlos Magalhães capitaliza a vitória e Collor retoma suas raízes políticas

tual processo de dominação da máquina governamental por interesses fisiológicos do conservadorismo mais atrasado.

Sob tal aspecto, chamou a atenção pública a postura ostensivamente vito-

Magalhães não se viu na triste obrigação de investir contra o próprio genro, dono da empreiteira OAS, que tentou impor preços abusivos nas obras dos Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs) que o ex-ministro Alcení Guerra coordenava. O então ministro denunciou a manobra do genro de Antônio Carlos Magalhães e conseguiu preços abaixo da metade do pretendido pela OAS.

Se a rendição for a esse tipo de pressão e interesses, corre-se o risco de intensa deterioração.

Ficam os dedos? – Cedendo os anéis, resta descobrir, portanto, se o governo Collor terá a capacidade de preservar os dedos e manter a iniciativa, numa forma adequada de convivência com o Legislativo.

As dúvidas são naturais e reiteradas. Mas, pelo menos a disposição governamental de manter em nível elevado o relacionamento com setores da oposição, como o governo do Rio de Janeiro, liderado por Leonel Brizola, demonstra a disposição de Collor de preservar um espaço, que lhe permita criar politicamente, apesar da nova formação de seu círculo gerencial imediato.

Procópio Mineiro

O governo acabou aprendendo, à custa de muito apanhar, que a relação do Executivo com o Congresso precisa melhorar

riosa do governador baiano, Antônio Carlos Magalhães, que procurou capitalizar para si as mudanças ministeriais, depois de se destacar, para espanto de muitos, como um incrível cavaleiro da moralidade, explorando gastos da área da Saúde, como a polémica compra de 23 mil bicicletas numa papelaria. Por sorte, Antônio Carlos

Carnaval, Carnavais



A maior festa popular do país tem uma história de mudanças, que expressa as transformações sociais

Procópio Mineiro

País do carnaval, o Brasil esquece as crises para viver, a cada ano, alguns dias de explosão da alegria e do descompromisso com as regras usuais, sob o embalo cada vez mais explícito da sensualidade. Festa pagã, agora em rede nacional de som e imagem, alcança o estágio de fenômeno mundial, via satélite, e transforma-se já em conduto de interesses econômicos significativos.

Seu sentido cultural de liberação social, uma espécie de confraternização promíscua, é uma marca inalterável, através dos tempos. Mas, as formas de brincar o carnaval têm experimentado variações. Entrudo, cordões, ranchos, blocos, bailes de salão, escolas de samba, frevos, corsos – são múltiplas as fases da mais intensa festividade popular do país, expressando muito das particularidades culturais regionais.

Uma festa sobretudo de desfiles de escolas de samba, no Rio de Janeiro, o carnaval ainda é a multidão solta nas ruas e praças em cidades como Salvador, na Bahia, e Recife e Olinda, em Pernambuco, onde permanece um ar mais espontâneo dos festejos. Para outro setor da população, os clubes são os locais de comemoração, ao som de marchinhas, em geral compostas muitas décadas atrás.

“Mudou o carnaval ou mudei eu?”, pergunta-se, machadianamente, o famoso compositor Banguinha, em recente marchinha, onde registra a evolução do carnaval dos últimos 70 anos. “O carnaval pode ser classificado por épocas, pelo menos desde o século passado”, historia o perito destes festejos Hiram Araújo. “Depois dos ciclos positivista e modernista, vivemos hoje o ciclo pós-modernista”, descreve.

“O vil metal está superando o samba. Dinheiro é bom, mas às vezes atrapalha”, alerta o velho sambista carioca Valdir de Souza, o Valdir 59, um diretor de harmonia assustado com o gigantismo das agremiações e que não conse-

gue entender como se pretende entregar ao computador a definição de um desfile.

“O carnaval já foi requinte, luxo. Hoje é a naturalidade, a pouca roupa”, compara, por sua vez, Geraldo Cavalcante, da fase dos bailes de gala e dos concursos daquelas fantasias que eram obras de arte. “As evoluções, revoluções, mudanças sociais – tudo isso afeta o carnaval, que é manifestação da massa”, explica, por seu lado, o estudioso do tema José Carlos Rego, comparando o brilho e a organização do carnaval carioca de hoje com os primórdios dos ranchos e das escolas de samba, na zona mais pobre da cidade, numa época em que o grande desfile era de agrupamentos da classe média, como as hoje praticamente desaparecidas grandes sociedades e os corsos, os desfiles motorizados, quando possuir automóvel era evidente sinal de riqueza.

A farra do entrudo – Os estudiosos do carnaval destacam o entrudo como a primeira e longa fase dos festejos no Brasil. Sua marca mais acentua-



Hiram Araújo

da era a brincadeira, a gozação, o susto (de que são lembranças, certamente, as figuras dos Clóvis, com as máscaras amedrontadoras e as bolas de bexiga que funcionam como meio de intimidação). Banhos inesperados – nem sempre de água perfumada – e outras suaves



Homens vestidos de mulher: liberação presente nos carnavais de ontem e de hoje

atrocidades não poderiam deixar de descambar em rompantes de violência. Assim, o entrudo passou à história como uma manifestação popular carnavalesca em que os setores mais populares, e mais oprimidos, extravasavam seus recalques, em simbólicas vinganças.

"O entrudo, de origem portuguesa, é o que podemos chamar de fase positivista do nosso carnaval e que persistiu até meados do século passado, pelo menos no Rio de Janeiro", destaca Hiram Araújo. "Eram correrias pelas ruas, as pessoas jogavam detritos umas nas outras, era uma brincadeira até pesada. Entende-se isso, porque carnaval sempre representou uma liberação. Tratava-se de uma sociedade hierarquizada, muito fechada, e o período de carnaval simbolizava a suspensão daqueles padrões, uma certa aceitação das transgressões, que se expressava daquela forma de brincar. Escravos se tornavam senhores, senhores posavam de escravos."

O pesquisador da cultura popular assinala que, já nos primórdios das festas carnavalescas, na Grécia e Roma, quando as festas se faziam por ocasião das colheitas, etc., as bacanais e as celebrações dionisíacas permitiam um tipo de comportamento completamente fora das regras. Era tolerada uma inversão social, num curto período.

"O entrudo expressa exatamente esse período de liberação social. Os escravos saíam às ruas, eles que eram a parte mais baixa da sociedade e consequentemente a mais reprimida, fazendo correrias e simulando ataques às pessoas, lançando-lhes sujeiras, etc. Os senhores participavam das brincadeiras. É conhecido que D. Pedro II, por exemplo, gostava do entrudo", destaca Hiram.

O fato, porém, é que o entrudo era violento. Outro detalhe importante é que o entrudo não tinha música especial. Era, em essência, uma brincadeira de pessoas se sujando umas às outras. Com o excesso de violência nesses dias, começou a repressão oficial ao entrudo.

Várias portarias administrativas começaram a surgir, no século passado, proibindo aquele tipo de brincadeira, mas se passou muito tempo até que surtisse efeito no Rio de Janeiro. Em áreas do Nordeste, o entrudo ainda era preocupação policial há pouco mais de dez anos, isto é, mais de um século de-

pois de entrar em extinção na então capital do país.

As sumidades, o moderno – "Em meados do século passado, por volta de 1855, quando a situação social já se apresentava mais diferenciada, com um progresso maior, certas pessoas da elite, como médicos, escritores, etc., reuniram-se num movimento para importar o carnaval europeu. O movimento tomou o nome de Congresso das Sumidades. Queriam divulgar aqui o estilo de brincar o carnaval dos europeus, como eles tinham visto em Nice, Roma e Veneza. Ou seja: desfiles de mascarados, passeatas de carros alegóricos, grandes bailes", descreve o pesquisador.

O primeiro Congresso das Sumidades Carnavalescas, ao estilo europeu, saiu pela primeira vez em 1855. A partir daí, surgiram outros grupos



A crítica aos políticos faz parte do espírito carnavalesco

Mudou. Mudou?

O compositor Braguinha é famoso por dezenas de músicas carnavalescas, que ecoam nos salões a cada ano. Numa recente produção, ele se preocupa em meditar sobre as mudanças experimentadas pela festa popular, no correr das muitas décadas em que ele a acompanha.

*Onde andará a Colombina
que o carnaval esqueceu,
com seu olhar de menina
travessa que Deus lhe deu?
Onde andará a Colombina?*

*Onde andará seu Pierrot,
sempre à procura de um sonho
que nunca realizou?
Hoje o carnaval está mudado
e o palhaço vai ao baile de blue jeans.
O arlequim não muda de bermuda
e a Maria Antonieta, nua, é o fim!*

*Não há mais lança-perfume
nem serpentinas no ar.
Meu carnaval se resume
em ver a escola passar.
Então, repito a pergunta
que o tempo não respondeu.
O que teria mudado:
o meu carnaval ou eu?*



Braguinha



A criação da Passarela do Samba, em 1984, foi um marco na história do carnaval

carnavalescos, que vieram a tomar o nome de Grandes Sociedades Carnavalescas, hoje ainda existentes, mas apenas como memória.

Era o início do segundo período do carnaval carioca, que se poderia chamar de período modernista. "Caracterizava-se por esse estilo mais refinado de comemorar. O entrudo vai perdendo o espaço e desaparecerá. Prevalece a fase de carnaval europeizado, cujas bases serão as grandes sociedades e os ranchos carnavalescos que logo surgirão. Tornaram-se as atrações máximas do carnaval", define Hiram.

O apogeu dessa fase ocorreu nas duas primeiras décadas do século, quando o entrudo já havia praticamente desaparecido. O carnaval, então, era já uma festa, onde pontificavam os setores mais finos da sociedade.

O negro no carnaval – O negro sempre teve uma participação importante no carnaval. Na fase do entrudo, a predominância era do elemento popular, com destaque para o negro. Com a repressão ao entrudo e o crescimento da participação do elemento social mais rico, houve uma divisão. Os setores mais abonados da sociedade faziam seus carnavais à parte, como os clubes e certas áreas da cidade, entre as quais a Avenida Rio Branco e a Rua do Ouvi-

dor. Eram manifestações de rua dessa classe média em formação.

Do entrudo reprimido, os setores populares, com os negros à frente, passaram a brincar o carnaval nos cordões, que se exibiam em áreas não frequentadas pelos setores mais ricos, como a Saúde e Largo de S. Domingos, onde hoje é a altura da Avenida Presidente Vargas com Avenida Passos. Mais tarde, esse movimento passou para a Praça Onze. "A Praça Onze sempre foi do carnaval do pobre. Era o carnaval mais democrático, sem maiores enfeites. O pobre brincava de qualquer jeito", narra o pesquisador.

Patronos – "Já o carnaval das grandes sociedades era caprichado, com ricas fantasias, era a festa de rua de gala, como hoje são as escolas de samba. Era um carnaval armado na base da solidariedade de grupo, com contribuição das pessoas dos clubes e também do comércio. "Corriam-se os livros de ouro, onde os benfeitores assinalavam a ajuda para os grupos de sua preferência. Um destes comerciantes ficou famoso e chegou a virar nome de rua, certa época. Foi o espanhol Manuel Pavanelas, que assumia todas as despesas que não fossem cobertas pelas contribuições normais em favor do Clube dos Fenianos. Foi um grande benfeitor

do carnaval carioca. Por isso, chegou a ser nome de rua em Brás de Pina. Depois, a rua voltou a se chamar Suruí", lamenta Hiram.

A patronagem de eventos populares era, aliás, uma prática difundida, a partir das próprias comemorações religiosas, cujas festas tinham sempre – como ainda hoje – grupos de organizadores e financiadores, formados pelas pessoas mais abonadas da paróquia. O financiamento do carnaval por benfeitores sempre estendeu o costume às festas profanas.

Com as mudanças econômicas em curso, novos grupos de patrocinadores surgiram: os jornais. Eram o *Jornal do Brasil*, o *Globo*, o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias* que se destacaram a seguir, como patrocinadores do carnaval do Rio.

Dos anos 30 a 50, o carnaval de rua ganhou o suporte musical das marchinhas, com base na divulgação que propiciava o rádio, a grande novidade que vivia seus primeiros tempos no país.

Bicho pós-moderno – A partir dos anos 50, começa a despontar a força do carnaval dos subúrbios, ainda organizado com base na solidariedade de grupo e ajuda do comércio local. Eram já as escolas de samba, em organização crescente. Na década de 60, o carnaval das



O barracão das escolas de samba é um celeiro de criatividade

marchinhas começava a desaparecer, em parte porque o rádio já não dava suporte a esse tipo de música.

Inaugura-se, na cronologia de Hiram Araújo, o ciclo pós-moderno, que se estende até hoje, tendo por base as escolas de samba e um tipo de suporte econômico que não é mais a comunidade nem o comércio local, mas grandes patronos: os banqueiros do jogo de bicho.

Desde 1932, o carnaval tinha sido oficializado e o poder público injetava dinheiro na festa. Mas, em quantidade naturalmente insuficiente, o que, ao

mesmo tempo em que dinamizava a festa, tornava mais necessária a figura do patrono, que permitisse a cada agremiação brilhar em desfiles cada vez mais exigentes.

Assim é que ocorre, a partir dos anos 60, o surgimento de bicheiros no patrocínio de escolas de samba, formadas pelas comunidades onde esses contraventores exerciam influência. A entrada dos banqueiros do jogo de bicho deu nova dinâmica ao carnaval e às escolas de samba, que vinham experimentando uma fase de crescimento.

Desapareceram os problemas financeiros.

Assim, as escolas de samba puderam absorver aquele carnaval rico das grandes sociedades, os carros alegóricos, as fantasias. Aniz (ou Anísio) Abraão David (Beija-Flor), Osmar Valença (Salgueiro e agora Império da Tijuca), Miro (Salgueiro), Castor de Andrade (Mocidade Independente de Padre Miguel), Luizinho Drumond (Imperatriz Leopoldinense), Carlinhos Maracanã (Portela), e outros representam a nova casta de patrocinadores do principal carnaval do Rio de Janeiro.

Segundo Hiram, na década de setenta ocorreu uma revolução visual no samba, decorrente da incorporação de profissionais da área das artes plásticas nos trabalhos de preparação das escolas para os desfiles. Foram e ainda são nomes como Arlindo Rodrigues, Fernando Pinto, Viriato Ferreira, Joãozinho Trinta, Renato Lage, Max Lopes e outros. Os figurinistas e carnavalescos puderam inventar sem susto, por-

ANDRÉ LOUREIRO



Geraldo Cavalcante

O tempora, o mores!

Certa época, a grande atração carnavalesca eram os bailes chiques e os desfiles de fantasias de luxo no Teatro Municipal e clubes de elite. Desse tempo, o estudioso e também carnavalesco Geraldo Cavalcante guarda as mais intensas lembranças.

"O Baile de Gala do Teatro Municipal era uma festa extraordinária. Iam as famílias, lá todos eram bonitos, havia espaço para todos se mostrarem. Quando o baile saiu do Municipal perdeu o brilho, porque a moldura já não era a mesma", define Geraldo.

Ele recorda alguns momentos de especial importância, como a apresentação de Isabel Valença com a fantasia de Xica da Silva, levada por Arlindo Rodrigues. Ela exibiu-se apenas na passarela externa do Teatro Municipal, pois não se permitia a presença de negros no concurso. A ousadia ajudou a derrubar a discriminação e Isabel passou a ser concorrente assídua.

As fantasias de luxo percorriam então o Brasil. Certo clube de São Paulo promoveu uma exibição, a que compareceria Isabel Valença. Presença admitida no concurso, mas vetada para o jantar de gala que se seguiria,

Isabel tornou-se pivô de um incidente, pois outros desfilantes, como Geraldo, recusaram-se a participar da festa, obrigando os organizadores a mudar de local.

"Reeditar hoje aqueles tempos seria difícil", reconhece. "Hoje predomina a naturalidade, a pouca roupa. Naquela época buscava-se o requinte, a elegância. Veja como mudam os tempos. Certo carnaval, a Luz del Fuego tentou entrar no concurso. Iria apresentar-se, naturalmente, como Eva, vestida numa malha de náilon, com as devidas folhas de parreira bordadas a paetês. Além disso, as cobras e os cabelos compridos ajudavam a encobrir o corpo. Pois ela teve a participação vetada, sob o argumento de que insinuava estar nua. Veja só! Hoje, até a malha de náilon é considerada excessiva. As mulheres pintam direto o corpo nu", diverte-se Geraldo Cavalcante.

"Isto prova como seria difícil reeditar as galas, o requinte e a arte do Baile do Municipal. Os tempos mudam!"

que o dinheiro dos banqueiros de bicho permitia realizar qualquer projeto.

Nos anos oitenta, esse modelo de carnaval registrou dois grandes acontecimentos: a construção da Passarela do Samba (1984), apropriada para os desfiles, e a criação da Liga Independente das Escolas de Samba. "Foram dois marcos econômico-financeiros do atual ciclo do carnaval do Rio", assinala o pesquisador. O carnaval passou a dar um retorno financeiro, com o desfile organizado na Passarela, ao mesmo tempo em que as principais escolas se estruturavam em moldes empresariais, através da Liga comandada pelos patronos, de modo a garantir tal retorno

financeiro para si.

"Assim, poderíamos dizer que os anos oitenta marcaram o surgimento da revolução econômico-financeira do carnaval, aprofundando a revolução visual da década anterior. É a fase que vivemos", diz Hiram Araújo.

A própria apresentação das escolas de samba hoje sustenta o carnaval que elas organizam. Quanto mais elas aperfeiçoarem seu gerenciamento empresarial, mais resolvidos terão seus custos financeiros para a festa. Segundo o pesquisador, "isto nos coloca na perspectiva de que, uma vez tendo o problema financeiro resolvido com suas exposições, elas tenderão a se libertar dos bichei-

ros, pois não mais precisarão desse tipo de sustentação".

Show business – O carnaval da Passarela é mesmo *show business* e tende a ser isso, cada vez mais. "É uma coisa que chama a atenção do mundo inteiro. Ali se forma a expressão de um tipo de arte popular que merece ser vista. Temos uma carpintaria popular, na avenida, que em nada fica a dever aos grandes artistas plásticos", assinala.

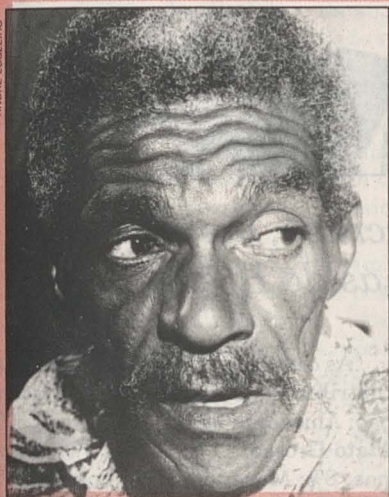
"Um Arlindo Rodrigues levava para a avenida um barroco impressionante. O Fernando Pinto – a outra grande expressão deste atual ciclo pós-modernista do carnaval e também já falecido – distinguia-se por seu espírito tropicalista, embora fosse também um barroco, mesmo porque nosso carnaval é uma festa barroca. Mas, cada qual apresentava uma visão própria, uma carpintaria pessoal, um modo especial de apresentar aquela arte. O Fernando chegou a usar 30 carros alegóricos, na Mocidade Independente de Padre Miguel. Só o abre-las era composto por cinco ou seis carros, um atrás do outro, e tudo funcionou perfeitamente. É uma criatividade inesgotável, que garante que esse tipo de festa está em pleno auge. Não existe show que se assemelhe ao desfile das escolas de samba do carnaval do Rio, uma coisa grandiosa. É o território do *show business*", define o pesquisador de cultura popular.

Quanto às escolas de samba menores, congregadas na Associação das Escolas de Samba, poucas têm patrono e, por isso, dependem quase exclusivamente da subvenção do poder público, que é sempre precário e insuficiente para se fazer desfiles com o brilho das escolas ricas e bancadas por patronos sem problemas financeiros. Mas, algumas já começam a atrair o interesse de bicheiros e até o apoio de grandes empresas, e podem exibir um início de luxo que outras não conseguem apenas com o apoio de suas comunidades.

Quanto ao carnaval popular, depende hoje de iniciativas locais, nos subúrbios e na periferia, com seus desfiles de blocos e bailes de rua. Seu incremento parece depender também do apoio do poder público.

Colaborou nesta matéria
Jerônimo Chagas

Computador no samba



Valdir de Souza

A fase empresarial do samba carioca começa a entrar na sofisticação da informática. No controle financeiro, já não era novidade. Mas, agora, fala-se em controlar a harmonia das escolas de samba à base do computador, o que arrepiou os cabelos da velha guarda.

Valdir de Souza, o Valdir 59, da Portela, é um diretor de harmonia que desconfia do computador: "A harmonia de uma escola no desfile exige improvisação em vários momentos. Ora são problemas de som, ora de pessoal, que a direção de harmonia precisa resolver imediatamente. Não acredito que uma

máquina possa estar preparada para responder ao improviso de um grupo que se movimenta tocado pela emoção. Máquina é boa para contabilidade."

O velho sambista lembra que uma escola desfila sob uma programação prévia, mas que sofre, no decorrer da exibição, arranjos determinados por uma malha de responsabilidades, representados por encarregados de setores e sub-setores em que se divide o conjunto da agremiação. "Isto representa uma pirâmide de responsabilidades. É um conjunto de criatividade em ação e duvido que se possa atuar com a mesma eficiência através do computador. O bom desfile, o que define a vitória, é a harmonia, o perfeito entrosamento entre a dança e o canto. A máquina não faz isso."

O entrosamento é o grande problema nas escolas de samba, que se tornaram gigantescas, algumas com até 8 mil integrantes, mas obrigadas a desfilar em pouco mais de uma hora, o que provoca correrias.

"A solução seria fixar um número limitado de integrantes por ala. O excesso atrapalha o andamento geral da escola, embora não afete os quesitos de alegoria e fantasia. A harmonia, porém, fica muito prejudicada. Com gente demais, corremos o risco de nunca mais ver um bom desfile de samba."

J.R. Ripper/Imagem da Terra

Violência massacra crianças no campo



Tiros, facadas, espancamentos, trabalho escravo, violações e prostituição atingem meninos e meninas do Brasil

Patrícia Terra

De 1980 a 1991, pelo menos cem crianças e adolescentes foram assassinadas em conflitos de terra no Brasil. As causas das mortes são diversas. Tiros, golpes de armas brancas, espancamentos com armas contundentes, fogo, abortos provocados por violência contra a mãe, pisoteamento, intoxicação por fumaça de casas incendiadas, contração de enfermidades letais devido a desabrigo e desassistência por impedimento policial são algumas delas. Toda esta violência se verificou em situações decorrentes de despejos com mandado de reintegração de posse da terra, despejos sem ordem judicial, invasões e destruições de povoados e desalojamentos forçados de trabalhadores rurais em acampamentos. Os dados são de um relatório sobre extermínio de crianças (*ver quadro*) publicado em agosto passado.

O número não engloba os casos em que crianças morreram durante traba-

lho escravo com vigilância armada, por enfermidades causadas pela longa permanência em acampamentos, por subnutrição, por acidentes de trabalho envolvendo agrotóxicos, durante desastres rodoviários no percurso de casa para o trabalho, por soterramentos nos garimpos, durante "invasões" de terrenos vagos em áreas metropolitanas e por linchamentos nas periferias.

36% dos menores de idade cujas mortes foram registradas são apresentados como não-identificados. "Este fato atém-se às próprias circunstâncias das mortes, como nos despejos que envolvem centenas de famílias, provocando dispersão, fuga e desaparecimento. Por outro lado, registra-se também casos de famílias de migrantes, sobre os quais não há referências, cujos membros são vitimados, têm seus cadáveres ocultados ou sepultados nos chamados 'cemitérios clandestinos'. Tais fatores concorrem para a elevação daqueles índices antes mencionados", explica o relatório.

As cem mortes registradas assim se distribuem pelas unidades da federação: Amazônia Legal- 69% (Pará: 30%; Mato Grosso: 11%; Goiás: 9%; Amazonas: 8%; Maranhão: 7%; Roraima: 3%; e Rondônia: 1%); Centro-Oeste- 16% (Mato Grosso do Sul); Sudeste- 12% (Rio de Janeiro: 5%; Minas Gerais: 4%; São Paulo: 3%); Nordeste- 11% (Bahia: 4%; Pernambuco: 3%; Alagoas: 3%; e Sergipe: 1%); Sul- a Região apresenta o índice mais baixo de ocorrências, registrando apenas dois casos, em Santa Catarina.

As fontes consultadas classificaram 69% dos menores assassinados como "posseiros" ou "filhos de posseiros"; 8% como "trabalhadores rurais", 4% como "de atividade desconhecida", 4% como "pequenos proprietários" ou "proprietários"; 1% como "peões" e 1% como "morador". Há ocorrências em que os menores são identificados como "doméstica" e "pistoleiro". Dez crianças índias integram esta estatística de mortes violentas: seis da tribo Ticuna,

três Yanomamis e uma Kambiwá. As crianças Ticuna morreram em massacres promovidos por madeireiros contra a tribo e as Yanomamis foram vítimas da ação de garimpeiros.

A faixa mais atingida pelo extermínio no campo é a que vai do bebê antes de nascer até as crianças de até três anos de idade (nestes casos, as mortes sempre são acompanhadas pelos assassinatos das mães, configurando assim duplo homicídio culposo). Eles respondem por 37% dos casos. Depois, vêm as

crianças e adolescentes com idades entre dez e dezoito anos, que representam um contingente essencial da força de trabalho e correspondem a 31% das ocorrências registradas. Os assassinatos de crianças que têm entre quatro e nove anos de idade, e que normalmente fazem a interligação entre a casa e o trabalho, levando alimentação para os mais velhos, ficam em terceiro lugar, com 15%.

A metade dos assassinatos ocorre em situações de massacre. Os agressores

citados nos registros são pistoleiros, policiais militares, pretensos proprietários ou grileiros, madeireiros e garimpeiros. Mas apesar de serem citados, raramente os criminosos são punidos. "Esta guerra não tem prisioneiros", constata o relatório.

Os pistoleiros são apontados como responsáveis diretos pelas mortes em 31 ocorrências e os policiais militares são culpabilizados por 19 mortes. Em mais da metade dos casos, pistoleiros e PMs são responsabilizados ao mesmo

Um relatório revelador

A violência contra crianças e adolescentes em conflitos de terra no Brasil, entre 1980 e 1991, tem seus números revelados nas 361 páginas do relatório *Extermínio de Crianças no Campo*, publicado em agosto do ano passado.

O relatório, publicado em agosto do ano passado, foi feito por oito pesquisadores, coordenados pelo antropólogo Alfredo Wagner, mediante contrato de prestação de serviços firmado com o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (antiga Funabem). O CBIA precisava de subsídios que amparassem sua participação na CPI do *Extermínio de Crianças e Adolescentes*, promovida pela Câmara Federal. Na falta de controle da situação no que se refere ao campo, por parte do Estado, a entidade apelou para os serviços dos antropólogos autônomos — parte do grupo já havia publicado, em 1987, os resultados da pesquisa "Violência contra mulheres e menores em conflitos de terra".

Sabendo que os órgãos do Ministério da Justiça, as Secretarias de Segurança Pública e o Instituto Médico Legal não dispunham de dados estatísticos sobre o

tema, os pesquisadores partiram em busca de informações contidas em documentos de instituições da sociedade civil. Sindicatos de trabalhadores rurais, associações voluntárias e entidades confessionais, tais como a Comissão Pastoral da Terra, o Conselho Indigenista Missionário e a Animação de Cristãos no Meio Rural foram as principais fontes da pesquisa.

Além disso, todos os antropólogos envolvidos no projeto desenvolvem trabalhos de campo no interior do país. O coordenador Alfredo Wagner, por exemplo, tem 44 anos e há 20 dedica-se a pesquisas relativas a conflitos de terra nos estados do Maranhão e do Pará, cujos resultados revertem principalmente para entidades de direitos humanos. De seu currículo, faz parte um trabalho sobre conflito de terra na Amazônia, feito sob encomenda pelo Pnud/ONU, e a participação, como perito no assunto, do Tribunal Permanente dos Povos, realizado em 1990, na França. Do governo brasileiro, ele participou uma vez, quando foi Secretário Adjunto do Ministério da Reforma Agrária, desativa-

do em fins de 1986.

"Com o fim do Ministério, os dados oficiais passaram praticamente a inexistir", lamenta Alfredo Wagner. "Apesar das dificuldades, no entanto, levantamos um elenco de descrições do problema relativamente consolidado. É uma pena que as graves denúncias contidas no relatório, o CBIA não tenha manifestado reação ainda. A instituição tem demonstrado ineficiência neste caso. Devem ter guardado o relatório na gaveta", imagina.

Em novembro passado, Alfredo Wagner foi convidado a depor na CPI federal da Violência no Campo, onde divulgou, ele próprio, as informações reunidas para o CBIA.

O documento funciona como uma radiografia da situação do menor no campo e conclui que a violência resulta da concentração fundiária e dos valores monetários conferidos ao meio de produção básico, via transações no mercado de terras. Para esmiuçar o quadro, o trabalho é dividido nos seguintes tópicos: menores assassinados em conflitos de terra; denúncias de menores em situação de trabalho escravo; acampamentos: casos de assassinatos e mortes de crianças e adolescentes causa-

das por agrotóxicos; mortes de menores causadas pela seca e pela fome; linchamentos; desaparecidos com suspeita de ocultação de cadáveres; menores designados como "bóias-frias" mortos em acidentes de caminhão, quando transportados entre o local de trabalho e a moradia; menores feridos em conflitos de terra; agressões contra menores; sequestros; prisões ilegais; ameaças de morte; e testemunhas de atos delitivos. O documento conta ainda com textos específicos sobre "Violência contra mulheres e menores em conflitos de terras no Rio de Janeiro", "Crianças camponesas assassinadas no Pará", "Invasões, violência e conflito de terra na periferia de São Luís (MA)" e "Violência contra crianças e mulheres em regime de escravidão nos seringais do Alto Juruá".

Para Alfredo Wagner, só a realização da reforma agrária e a obrigação ao respeito às leis que regulam o trabalho do menor podem reduzir os altos índices de violência contra as crianças no campo. "As famílias de camponeses e de indígenas são tratadas como de segunda categoria. É preciso aplicar o conceito de cidadania a estes grupos", aconselha o antropólogo.

INFÂNCIA

Eneado Camêro/Imagens da Terra



Pequeno carvoeiro trabalha de sol a sol em São João do Araguaia, Pará

tempo pelos assassinatos. "Isto autoriza a hipótese de uma transividade entre as posições de PM e pistoleiro. A primeira posição mencionada pode ser convertida na segunda em algumas circunstâncias", diz o relatório, que exemplifica: "Ilustra bem esta passagem o caso do ex-cabo da PM do Pará, Manoel Dias Aragão, a quem são atribuídas mais de 50 mortes de encomenda na região do Baixo Amazonas, municípios de Santarém e Itaituba. Em 1980, comandou uma patrulha da PM para uma ação de despejo de posseiros em Goianésia. Não localizando os posseiros e diante da negativa de uma família de vendedores ambulantes de lhe dar informações acerca do paradeiro deles, Aragão assassinou Vicente de Pádua Justo, seu cunhado, sua esposa (antes violentada pelos soldados), e as filhas do casal, Edileuza, de 4 anos, e Elizabete, de 1 ano. A chacina valeu a Aragão a prisão e a expulsão da PM. Dias depois, porém, ele conseguiu fugir da pe-

Fazendeiros escravizam crianças e adolescentes

O relatório aponta a existência de 55 imóveis rurais que exploram trabalho escravo de menores. São dezesseis imóveis voltados para corte de madeira, produção de carvão vegetal e reflorestamento (em SP, RJ e MG); doze empreendimentos agropecuários que promovem desmatamentos na Região Amazônica; onze usinas de açúcar (RJ e SP); nove imóveis dedicados ao plantio de chá (SP); duas áreas de coleta de jaborandi e dendê (PA); uma área de garimpo (PA); uma olaria (AC) e três imóveis com atividades não identificadas (BA, RJ e SP). A estimativa é de que nestas empresas rurais haja 9.173 escravos, sendo grande parte deles menores de idade. O relatório revela a ocorrência de dez assassinatos de menores, entre 1983 e 1987, durante trabalhos forçados. Os assassinatos ocorreram em projetos agropecuários, de reflorestamento, de coleta de jaborandi e de produção de chá.

Situações sinistras são trazidas à luz pelos pesquisadores. Em 86, a Secretaria Estadual das Relações de Trabalho de São Paulo verificou, em uma fazenda da Eucatex S.A., que crianças exerciam funções de risco, tais como ir à frente de serradores medindo os 2,20 m de comprimento de cada tronco de eucalipto. Em

outra fazenda, esta do Grupo Votorantim, a blitz do órgão público paulista verificou que: "Apesar da existência de um aviso proibindo a permanência de mulheres e crianças perto dos fornos, elas têm que trabalhar sem registro para que os homens possam cumprir a cota mínima de produção. As achas de madeira são empilhadas nos fornos, que são vedados com tijolos. A combustão para desidratar a madeira leva de quatro a cinco dias, mas para ganhar tempo e cumprir a cota de produção, o trabalhador abre o forno no segundo dia. Então, a temperatura chega a 300 graus Celsius e o ambiente está saturado de fumaça. Para tirar o carvão ainda queimando, todos tomam fôlego, entram e jogam para fora todo o carvão que podem. Isso sem nenhum tipo de proteção."

No Rio, a subdelegacia regional de trabalho de Barra Mansa constatou a presença de 50 menores entre os 160 plantadores de mudas de eucalipto que trabalham em uma fazenda da White Martins. Mas a pior situação levantada pelo relatório é a dos "escravos do chá". Há mais de dez mil menores trabalhando nas plantações de erva-mate paulistas. As crianças são dois terços do total dos trabalhadores neste campo e carregam sacos com até 30 quilos de chá.

J.R. Ripper/Imagens da Terra



Acampamento de famílias despejadas (PA)

nitenciária e passou a viver como pistoleiro, entre Itaituba e Santarém, protegido por poderosos comerciantes de ouro, combustíveis e alimentos. Recrutava jagunços para donos de garimpos, mas jamais foi ameaçado de prisão, porque amedrontava os policiais ou os subornava com dinheiro fornecido por seus patrões."

Os pesquisadores constataram que, durante as chacinas, os criminosos não se contentam em matar suas vítimas: promovem verdadeiros rituais de mutilação dos cadáveres, queimando-os, arrancando-lhes as orelhas, esfaqueando-os. Há denúncias feitas por trabalhadores rurais neste sentido, como a que consta de documento da Coordenadoria de Relações Públicas do Gabinete da Presidência da República (1985) e que assim explica estes rituais: "Na Fazenda Frenova, onde está sendo instalada a destilaria Gameleira, a proprietária Dona Silvana contratou pistoleiros, que somente recebem o pagamento combinado se entregarem uma orelha do posseiro morto. As orelhas estavam sendo penduradas em seu escritório para quem quisesse ver, inclusive de crianças."

O corte de orelhas significa crime de mando no campo. Tem origem no período escravocrata, quando bandos arma-

dos perseguiram os quilombolas e os chamados "facinorosos do sertão". Práticas como esta levam o coordenador da pesquisa a afirmar que, passado um século da abolição da escravidão, o in-

terior do Brasil continua a ser uma grande fazenda, onde as formas repressivas de se tratar a força de trabalho ainda vigoram e atingem também as crianças.



Criança morre por falta de socorro na Transamazônica, região de Altamira, Pará

O drama da prostituição infantil

Há dois grandes pólos de exploração da prostituição infanto-juvenil no campo. Os dois pólos se localizam na Região Amazônica: um em torno dos garimpos paraenses e outro, formado a partir da destruição dos seringais, na periferia das capitais Rio Branco (AC) e Belém (PA).

As "escravas brancas" que servem a uma população masculina de cerca de 150 mil garimpeiros são aliciadas em municípios do Baixo Amazonas, do sul do Pará e do Maranhão. Trabalham em cabarés e boates, localizados próximo aos barrancos de onde se

extrai o ouro. Já chegam aos prostíbulos devendo passagens e despesas feitas durante a viagem. Como pagam diárias aos donos das casas, não conseguem saldar a dívida interminável e são mantidas em cárceres privados: se tentam fugir, são mortas e enterradas em cemitérios clandestinos, conforme denuncia o relatório.

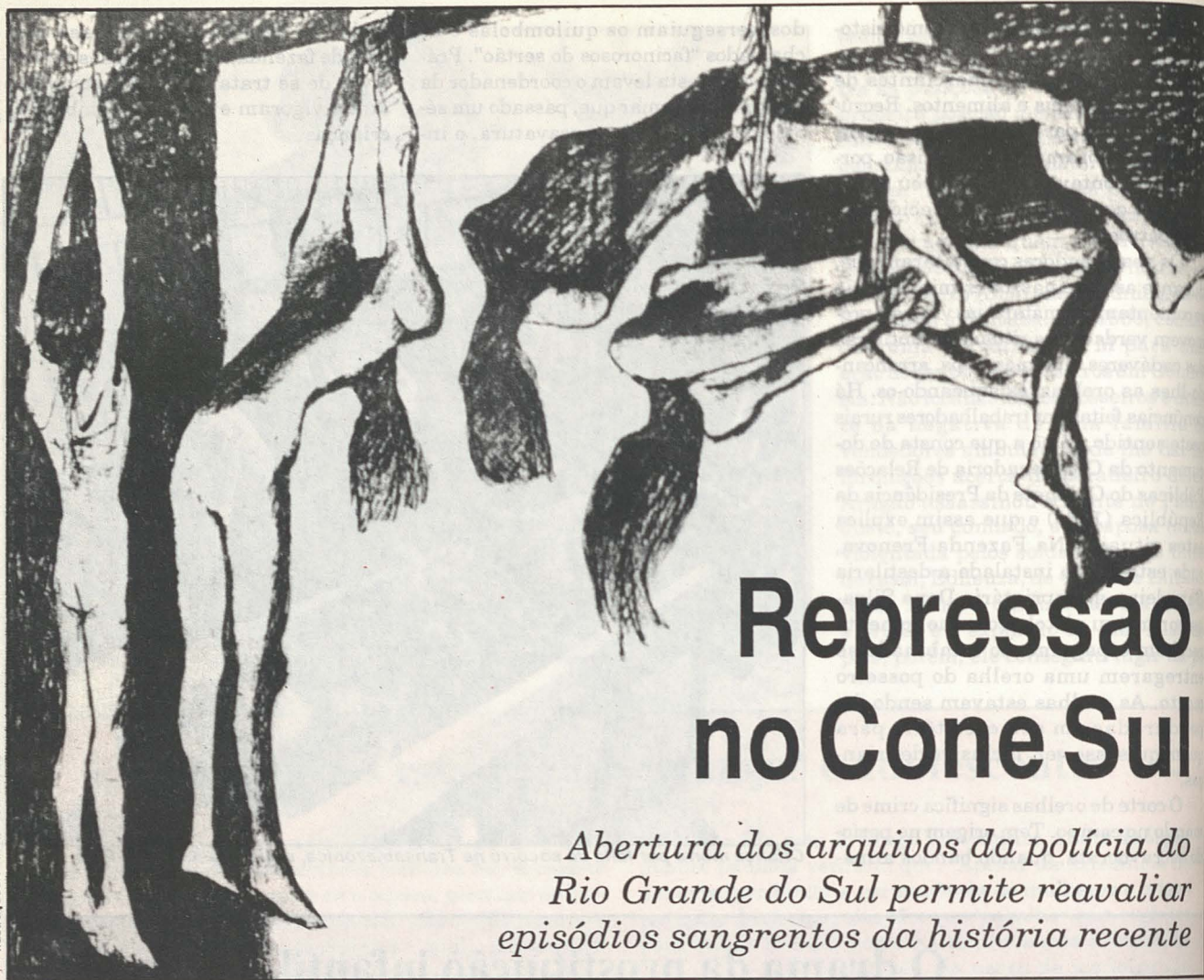
Apenas no garimpo paraense do Cuiu-Cuiu existem cerca de 400 prostíbulos, a maioria frequentados por menores de 11 a 15 anos de idade. O deputado estadual João Batista foi assassinado depois de ter

trazido o fato a conhecimento público. Logo após o crime, no entanto, foram resgatadas três menores (de 17, 14 e 13 anos, respectivamente) do mesmo garimpo. Elas informaram à polícia que haviam sido recrutadas como copeiras, mas que, além de se prostituírem, eram submetidas a torturas e maus tratos.

No Acre, o dono de um prostíbulo em Rio Branco diz que 90% de suas mulheres são menores de idade: meninas de 14, 13 e até 12 anos. Ele afirma que só não tem mais meninas porque seu negócio não comporta. O fenômeno se deve ao des-

locamento forçado de famílias para a capital. Já em 1978, 78% dos imóveis rurais classificados como "minifúndios" ocupavam menos de 2% do território do Acre, enquanto que os latifúndios representavam 20% do número de imóveis rurais e ocupavam 94% da área total. Estes dados são do Incra e explicam a migração das famílias para a periferia de Rio Branco, onde se formou o "clássico cinturão da miséria".

Em Belém, entidades de direitos humanos estimaram, em 1986, em 15 mil o número de prostitutas menores na cidade.



Ilustrações: Anelco Hernández

Repressão no Cone Sul

Abertura dos arquivos da polícia do Rio Grande do Sul permite reavaliar episódios sangrentos da história recente

Tânia Coelho

Não se trata apenas do resgate da história. Não é sequer a importância da construção da memória recente da repressão no Cone Sul o que mais mobiliza na descoberta de documentos que comprovam a atuação integrada de militares uruguaios, argentinos e brasileiros no combate aos movimentos de esquerda nos anos 70 e 80. A perplexidade maior fica por conta da carga de novidade com que estas notícias — em função da total impunidade — continuam a chegar, ainda hoje, à opinião pública.

Não há qualquer dúvida sobre o salto de qualidade que as investigações feitas pelos grupos que lutam em defesa dos direitos humanos podem dar com a descoberta, no Rio Grande do Sul, de um triste tesouro: os arquivos secretos

das polícias Militar e Civil com milhares de documentos inéditos de órgãos militares da comunidade de informações. Um tesouro que guarda histórias de assassinatos, torturas, perseguições, atitudes insanas e crimes bárbaros dos órgãos de segurança dos governos ditatoriais destes países, deixando evidente como um Estado policial pode exercer um controle sobre a sociedade.

Mas não há dúvida também de que este é apenas mais um capítulo de uma trágica novela, marcada nos anos 90 e 91, por longas e dolorosas horas em cemitérios, em torno de valas comuns, atrás de ossadas enterradas clandestinamente, ou no Instituto Médico Legal em busca de fichas e fotos que de alguma maneira pudessem dar novas esperanças na busca de amigos e parentes de desaparecidos políticos.

Sob este ponto de vista, o ano de

1990 foi macabro e teve como palco central o cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo. O país, chocado, viu sair de uma vala clandestina com 30 metros de comprimento, 50 centímetros de largura e 2 metros de profundidade 1.500 ossadas com crânios perfurados a bala e esqueletos fraturados em muitos pedaços. De 1979 para cá, oito desaparecidos políticos foram encontrados em Perus e, com certeza, será possível encontrar muito mais.

No início de 1991, um dado novo: pela primeira vez no país uma comissão formada por representantes de entidades da sociedade civil tem acesso, em Pernambuco, aos prontuários e arquivos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Na ocasião, descobriu-se que, das 144 pessoas consideradas desaparecidas em todo o Brasil, 76 têm fichas no Dops de Pernambuco. As

O triste tesouro dos arquivos secretos das polícias brasileiras deixa evidente a tentativa do Estado de controlar toda a sociedade

cenar macabras se repetiram em outros estados, como no cemitério de Ricardo de Albuquerque, no Rio. Outros arquivos foram abertos, como no Paraná, e mais informações se somaram a este quebra-cabeça.

Enquanto os fichários do Dops de Pernambuco e Paraná divulgaram informações da polícia civil política, os arquivos gaúchos, "descobertos" pelo delegado Newton Muller Rodrigues, presidente da Associação Nacional dos Chefes de Polícias Cíveis do Brasil, permitem o acesso a documentos militares. E se antes proliferavam as denúncias de que os órgãos de segurança dos países do Cone Sul trabalhavam integrados no combate aos grupos de esquerda, hoje sabe-se — a partir dos documentos do Sops (Serviços de Ordem Política e Social) como isto se dava na prática.

A expectativa das entidades de direitos humanos e das famílias de desaparecidos — os quais na Argentina chegam a 30 mil — é de que todo este material permita não só localizar os corpos como reconstituir o que se passou realmente naqueles anos.

"Estes documentos contêm informações das mais preciosas para a localização de uruguaios desaparecidos", afirma Hugo Cores, secretário-geral do Partido da Vitória do Povo (PVP) do Uruguai, que integra a Frente Ampla, uma coalizão de partidos de esquerda. "O que estes fatos confirmam", insiste ele, "é que a colaboração das Forças Armadas dos três países não era apenas no plano ideológico, mas também no plano operacional. Havia, na verdade, uma espécie de Mercosul ideológico".

A intenção dos parlamentares da Frente Ampla uruguaia, ainda segundo Hugo Cores, é reabrir investigações sobre desaparecidos e assassinados políticos, apesar da Lei de Caducidade aprovada há alguns anos no seu país, semelhante à lei de anistia do Brasil. A proposta de Cores é tentar responsabilizar os culpados pelos crimes ocorridos fora do Uruguai. Sabe-se que foram muitos os casos de sequestros e assassinatos de uruguaios na Argentina.

A comissão, formada por lei federal, quer eliminar todos os serviços de informação das For-

ças Armadas, Polícia Federal, etc., mantendo um único organismo, o Serviço de Inteligência do Estado (SIE). O que não é certo, nem lá nem no Brasil, é qual a força política que entidades de direitos humanos ou comissões parlamentares têm para conseguir ter acesso aos arquivos dos serviços de informações das Forças Armadas.

Certo mesmo é que hoje há evidências claras de que a comunidade de informações teceu uma poderosa teia que se espalhava pelo mundo através dos mais diversos e conhecidos artificios (desde a infiltração até a escuta telefônica) para

espionar brasileiros no exterior.

No Brasil, o grupo Tortura Nunca Mais, do Rio, que já relacionou 144 desaparecidos, acompanha passo a passo a abertura dos arquivos e trabalha no sentido de que outros estados permitam o acesso às informações do extinto Dops. Minas diz que seu arquivo foi incinerado. Em Goiás, a informação é que os arquivos desapareceram. Em Pernambuco, são evidentes os sinais de que foi transferido para o Arquivo Público do Estado apenas o que não incrimina os órgãos de segurança. "O que sobrou é flor de laranjeira", constata o historiador Paulo Cavalcanti, preso 11 vezes depois de 1964. No seu prontuário nada consta.

Mas há alguma coisa de novo no ar. "É a possibilidade de intensificarmos a ação conjunta com entidades que lutam pelos direitos humanos e familiares de desaparecidos de outros países, informa João Luiz de Moraes, do grupo Tortura Nunca Mais. Assim como o Brasil, os países do Cone Sul elegeram recentemente seus presidentes em eleições diretas. Sopraram os ventos da democracia, arquivos de órgãos de informação foram abertos, a história recontada e os porões revisitados. Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia são governados hoje por civis.

No entanto, "as eleições livres e o retorno dos militares aos quartéis não eliminaram os abusos contra os direitos humanos", afirma o presidente da Academia Mexicana de Direitos Humanos, Rodolfo Stavenhagen.

A reflexão é oportuna e necessária. Se de um lado tenta-se resgatar uma história de violência de tempos negros, por outro lado não vivemos anos de luz, já que a violência aumenta e a violação dos direitos humanos ultrapassa hoje os limites do razoável em todos estes países. Basta lembrar o massacre de meninos de rua por parte de policiais e a presença cotidiana da tortura nas delegacias brasileiras. Para Stavenhagen, o que ocorre atualmente são violações estruturais dos direitos humanos, enraizadas no cotidiano dos países. Ele questiona: "É possível direitos civis plenos quando as violações estruturais dos direitos econômicos, sociais



e culturais são características permanentes destas sociedades?"

A resposta está na própria sociedade civil que assume hoje a luta pela dignidade e melhores condições de vida, enquanto boa parte dos movimentos políticos não abandona o caminho da reconstrução de um passado que leis de anistia, governos

conservadores e "forças ocultas" insistem em jogar debaixo do tapete.

Os arquivos do Sul mexem com peças decisivas deste tabuleiro de xadrez. Um lance importante sim, mas apenas mais um deste longo percurso pelos corredores obstruídos e nebulosos da memória continental.

O tragicômico em cenas rápidas



São 144 brasileiros desaparecidos. São 147 uruguaios e mais de 30 mil argentinos. Este é o saldo da guerra ideológica que investiu em sofisticados esquemas de informações, exportou *know how* e que traz à tona o tragicômico quadro de uma polícia despreparada, órgãos de comando desinformados e decisões irresponsáveis.

Assim como se descobre nos arquivos do Dops e dos Sops pistas novas para localizar desaparecidos, confirma-se também que todos os setores organizados da sociedade eram controlados: sindicatos, igrejas, centros de umbanda e candomblé, círculos de pais e

mestres, associações de bairro sempre estiveram na mira dos órgãos de segurança.

Pelos documentos descobertos foi possível saber, ainda, que houve estudo determinado pelo Ministério da Justiça, em 1979, para criar um projeto nacional para cadastrar todas as religiões, cultos e seitas brasileiros.

E, como se não bastasse, agentes do extinto SNI registraram, em 1966, a presença de Che Guevara no Rio Grande do Sul, segundo consta dos arquivos do Paraná. Três meses depois os agentes admitiram a confusão: na verdade eles estavam seguindo um comerciante chamado Abram

Jehangotembiewski. O motivo do engano: "O referido senhor fala melhor o espanhol do que o português." A informação está registrada numa das 62 mil fichas dos arquivos do Dops do Paraná.

Entre estas fichas algumas chamam a atenção pois tratam de figuras mundialmente conhecidas, como o escritor francês Jean Paul Sartre ou o presidente de Cuba, Fidel Castro. Esses nomes se misturam a outros de expressão nacional, como o deputado Ulysses Guimarães, ex-presidente do PMDB.

Perseguidos políticos como Leonel Brizola e João Goulart foram seguidos durante o exílio no Uruguai.

Jango não preocupava. O ex-presidente, segundo o relatório, teria preterido o "planejamento de ações subversivas" em função de interesses financeiros. Estaria se dedicando à compra de "grandes extensões de terra e numerosos lotes de gado".

Já com Brizola a situação era outra. Planos mirabolantes, orientação chinesa, atos terroristas contra norte-americanos, tudo isto era atribuído ao governador do Rio em suas fichas no Dops.

Erros lamentáveis e equívocos fatais que traduzem, com muita clareza, a insanidade destes negros períodos do nosso tempo e do nosso continente.

500 anos de resistência

Índios brasileiros se organizam para dar sua contribuição na Rio-92

Rosângela Trolles

No momento em que se discute soluções para diminuir os danos causados ao planeta, ressurgue uma presença há muito abafada: a voz dos indígenas, que ecoa após meio milênio de discriminação e extermínio.

É a partir das mulheres indígenas, as mais relegadas entre os relegados, que o movimento ganha vigor. Caladas durante séculos, assumindo a responsabilidade de gerar e criar filhos, além de cultivar alimentos, a experiência delas lhes permite oferecer importante contribuição. Neste "coro" uma voz pode ser ouvida: a de Eliane Potiguara, índia de família originária da Paraíba que emigrou para o Rio na década de 40.

Professora (formada em Educação e Letras – português-literaturas – pela UFRJ), mãe de três filhos, Eliane é a presidente do Grupo Mulher Educação Indígena – Grumin, e, agora, coordenadora cultural do Comitê Intertribal dos 500 Anos de Resistência. No ano passado foi eleita para atuar junto à ONU na diretoria do Conselho Internacional dos Tratados Indígenas.

Ela trabalha ainda na coordenação do Programa de Combate ao Racismo do Conselho Mundial de Igrejas. Seu objetivo é resgatar o papel que a mulher indígena tinha antes da chegada dos portugueses. Recuperar o papel político que elas tinham antes da colonização européia, quando a decisão final de qualquer assembleia era da mulher e esta podia discordar do próprio pai, marido ou irmão. Este poder foi perdido ao longo de cinco séculos de colonização, "quando a mulher passou à retaguarda para se preservar contra o branco que lhe causava violências físicas, sexuais e morais".

Grumin – O grupo surgiu juridicamente em 85, mas há cerca de dez anos vem trabalhando anonimamente. Atualmente 26 mulheres de diferentes tribos formam a coordenadoria. Uma



Oprimida entre os oprimidos, a mulher indígena brasileira está começando a levantar sua voz

cartilha de conscientização é usada no trabalho junto a professores, enfermeiras, agentes de saúde, etc. O Grumin é volante e onde estiverem suas coordenadoras, está sua central. As coordenadoras mantêm contato constante e ninguém adota uma decisão sem comunicar às outras.

"Estamos vivendo um momento muito desgastante na comunidade indígena. As pessoas estão desanimadas, tristes, optando muitas vezes pelo suicídio. Nós não queremos isso. Estamos trabalhando para ajudar o renascimento das nossas culturas. Vamos renascer do nada, do lixo, da miséria, da fome, da

prostituição", diz Eliane. Um novo enfoque é a criação de um centro de capacitação de mulheres que estará sediado no estado de Goiás. Lá serão dados cursos profissionalizantes para que as índias possam ter acesso ao mercado de trabalho com seu artesanato. Com o apoio da Unicef, este projeto materializa o trabalho de vários anos.

Primeiro encontro internacional - O Grumin realiza seu encontro

nacional nas áreas indígenas. Este ano, no entanto, a reunião se realizou no Rio de Janeiro, em novembro. Discutiu-se um documento para ser encaminhado na Rio-92. Representantes de 30 nações brasileiras estiveram presentes, além da participação de Antônio González, da nação Seri/Chicano dos EUA (Califórnia), presidente do Conselho Internacional dos Tratados Indígenas; Ludmila Chiricente, da Coordenadoria das Nações Indígenas do Peru, e ainda Thomás Banyacya, da nação Hopi dos

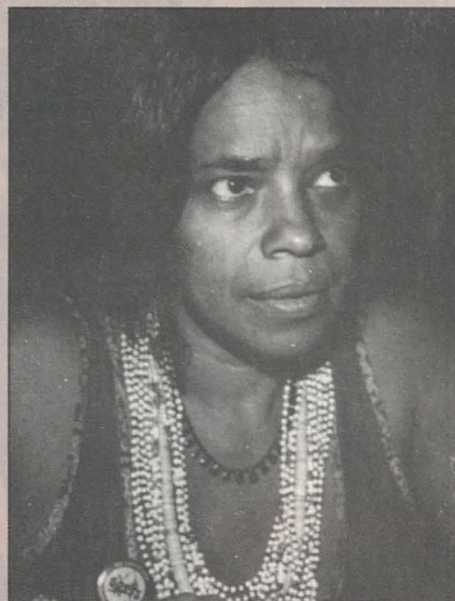
Estados Unidos (Arizona), da Comissão Indígena Internacional.

A conferência orrironã kinatolorenã, que no idioma *pareci* significa "mulheres corajosas", discutiu temas da Rio-92, o novo Estatuto do Índio, a Declaração Universal dos Direitos Indígenas, os 500 anos de escravidão e a participação feminina no movimento indígena. A *Carta do Rio*, elaborada no encontro, será enviada ao Presidente da República e às Nações Unidas.

Plano piloto

Entre as atividades de Eliane estão diversas viagens para a participação de conferências. Uma das que participou este ano foi realizada em Luxemburgo para discutir o plano piloto. Esta é uma articulação iniciada em junho de 90 entre o grupo dos sete (EUA, Inglaterra, Japão, Itália, França, Canadá e Alemanha), o Banco Mundial, Comunidade Econômica Européia (CEE) e o governo brasileiro com o objetivo de investir no "desenvolvimento e conservação das florestas amazônicas".

ANDRÉ LOUZEIRO



Eliane Potiguara

Indicada pela ONU para opinar como representante indígena brasileira, Eliane deu um parecer radicalmente contra o plano-piloto. Ela solicitou ainda que os idealizadores do plano consultassem as comunidades, pois, ao longo da história brasileira, este tipo de iniciativa só tem se traduzido em desrespeito aos povos indígenas. Por outro lado, pronunciou-se a favor de uma ampla discussão com toda a sociedade para definir um projeto social, econômico e ecológico para a Amazônia.

Eliane já esteve em Cuba, Panamá, Itália, França, Suíça e Bolívia, sempre em missões vinculadas com a causa indígena.

A nação coya

Rosalía Gutierrez, da nação coya argentina, representou a Associação de Mulheres Indígenas de seu país no primeiro encontro do Grumin. Ela chama a atenção para a discriminação em relação ao indígena. Seu povo foi dizimado e empurrado para as fronteiras do país.

Hoje existem na Argentina 14 povos, entre eles os Chorotes, Chilupies, Mapuches, Guaranis, Tupiguaranis, Mocovies, Tobas, Tehuelches, todos com uma comunicação muito difícil devido a distância que os separa.

O movimento de reorganização ainda é muito recente. "Só agora os índios tomam consciência e sua luta tem que correr contra o tempo, mas o sistema educativo que não leva em consideração a

cultura e os direitos indígenas acaba correndo mais rápido", afirma a líder coya. O trabalho tem se concentrado nos jovens. A idéia é fazer com que comecem a relatar e a ler sua história escrita. A grande dificuldade é a situação de miséria em que vivem; muitos jovens estão morrendo e outros emigrando para tentar trabalhar na cidade.

"Hoje em dia todos estão interessados em ecologia, mas nada sabem sobre

os métodos para preservar a natureza. "Nós, índios, sentimos a terra com o mesmo sentimento que um branco tem pelo seu Deus. Quando vamos plantar o milho, a batata, falamos com a terra antes. Vemos a terra como uma pessoa e a respeitamos. Agora as pessoas que não são índias falam de meio ambiente. Mas se os índios morrerem se extinguirá a sabedoria e nossa experiência de relacionamento com a natureza", conclui.

As caravelas e os índios

Atuando como consultores no Conselho Econômico e Social junto às Nações Unidas existem, hoje em

dia, 11 organizações indígenas internacionais. O Conselho Internacional de Tratados Indígenas, dirigido por Antô-

nio Gonzáles, um índio da nação Seri, dos Estados Unidos, foi, no entanto, a primeira organização a integrá-la, tendo sido reconhecida em

1977. Ele veio ao encontro do Grumin com o objetivo de organizar a delegação que deverá participar da conferência de ONGs, preparatória da Rio-92.

"O inimigo de nossa gente é o governo dos Estados Unidos, que também é inimigo do mundo", diz Gonzáles. "Estamos exigindo do governo ajuda em educação para a gente indígena. Antes havia a proibição de utilizarmos nossa língua e praticar a nossa religião. Agora o governo não está nos impondo essas restrições, mas também não nos ajuda. A discriminação está nos alicerces da sociedade nos Estados Unidos. O racismo está integrado no dia a dia e até as instituições o praticam."

Antônio frisa que o seu povo pretende demonstrar que a "descoberta" da América é uma grande mentira. "A Espanha, com a ajuda de outros países industriais, está construindo réplicas das caravelas Santa Maria,

Pinta e Nina que deverão ir para Nova Iorque dia 4 de julho de 92, marcando a data de independência do país. Em 12 de outubro elas entrarão na baía de São Francisco, para comemorar a descoberta. Porém, uma manifestação alternativa está sendo organizada, com 500 barcos. Índios e brancos farão uma baricada de barcos, impedindo que as réplicas das caravelas avancem. O caminho só será liberado se esses governos concordarem em assinar um acordo comprometendo-se a não contaminar mais as águas, acabar com a poluição do ar e o enterro de lixo nuclear no interior da terra ou nos oceanos, a respeitar todos os animais, do maior ao mais frágil, e, finalmente, a respeitar todas as formas de organização social das diferentes comunidades humanas.



Antônio Gonzáles diz que as réplicas das caravelas serão impedidas de entrar em São Francisco

Comitê intertribal

Fundado em janeiro de 91, este comitê conta com 70 conselheiros que trabalham para promover um intercâmbio entre os 180 povos indígenas brasileiros. Marcos Terena, coordenador geral, explica que o Comitê é responsável pela participação dos índios na preparação da Conferência de junho de 1992. Ele ressalta o valor da contribuição feminina nas discussões,



Marcos Terena

dada a importância da mulher na vida de uma aldeia. "Os grandes guerreiros são os homens; mas do ponto de vista filosófico e cultural a resistência também está na mulher indígena", observa.

Movimento dos compositores da Baixada Fluminense

Trabalhadores da construção civil, petroleiros, metalúrgicos, gráficos e biscateiros fazem samba de qualidade e pedem passagem

Carlos Lopes

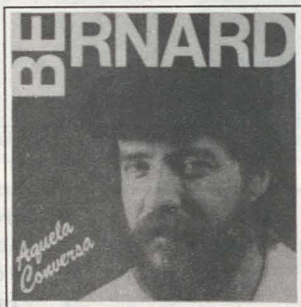
Baixada Fluminense, Rio de Janeiro – Brasil. Localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a Baixada é um dos lugares mais famosos e menos visitados do mundo. Cerca de três milhões de pessoas vivem ali, espalhadas por cinco municípios (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti e Nilópolis), num quadro internacionalmente conhecido de miséria, péssimas condições de saneamento e saúde e altos índices de mortalidade infantil e de criminalidade.

Foi nessa mesma região que surgiu, há três anos, um centro difusor da cultura popular: o Movimento de Compositores da Baixada Fluminense. Composto por trabalhadores que não têm a música como ganha-pão, o movimento faz samba de qualidade, como comprova o disco lançado ano passado por selo independente. O disco reúne cuidado e bom gosto, e resgata o melhor do nosso samba, tão sacrificado pela mania do pagode. Depois do disco vieram outros projetos, e foi criada a Associação de Compositores da Baixada para dar estrutura jurídica ao Movimento. A grande meta é a criação da Casa do Compositor, onde deverá ser ins-



Os compositores se reúnem num bar nos limites entre Nova Iguaçu, Belford Roxo e Meriti

talada uma escola de música. A idéia é proporcionar à comunidade, sobretudo jovem, o contato com instrumentos musicais cujos preços desestimulam a prática instrumental e, em consequência, impedem o surgimento de novos talentos nas camadas populares.



Bernard von der Weid

Educação, uma entidade autônoma que incentiva a discussão e a tomada de decisão junto à população carente, como meio de construção de uma nova sociedade. Músico de carteirinha, que toca com desenvoltura clarineta e cavaquinho, Bernard foi quem teve a idéia de formar esse movimento musical de trabalhadores. Atuando na Baixada desde 1975, ele considera a região um celeiro de sambistas, que cantam seus sentimentos e esperanças nas biroskas, tendinhas e bares, muitos deles com informação musical sobre Noel Rosa, Cartola e Nelson Cavaqui-

nho, entre outros. "O caminho natural do compositor é a escola de samba", explica, "mas as estruturas viciadas de poder nessas agremiações impedem que o sambista possa desenvolver ali um trabalho consistente".

O fato de tocar em rodas de samba na Baixada facilitou o contato do pesquisador com os compositores da região, um contato que Bernard lembra ter sido cercado de desconfiança no início, mas que com o tempo, além de render várias parcerias, permitiu a organização do movimento. Com a assessoria técnica e musical da Nova, os compositores passaram a registrar suas músicas e a cantá-las com mais segurança, pois o roubo de samba também é prática comum na Baixada.

O Movimento de Compositores realiza shows em bairros populares e já chegou a se apresentar na Zona Sul do Rio. Mas conquistar espaço não é um trabalho fácil, e as dificuldades começam dentro de casa. Bernard conta que foi a uma festa de batizado promovida por um dos participantes do Movimento: "O local era dividido entre as crianças, que dançavam ao som das estrelas de programas infantis, e os adolescentes, que caíam no funk. Os compositores ficavam espremidos num cantinho." Com o lançamento do disco e a crítica favorável a situação doméstica melho-

rou muito, e as apresentações do grupo passaram a se constituir num ambiente agradável para as famílias, longe das tensões do dia a dia da Baixada.

No entanto, ainda são muitas as barreiras para que o grande público possa conhecer o Movimento de Compositores. Segundo Bernard, o disco, mesmo sendo um bom produto, não toca nas rádios devido à pressão que as gravadoras exercem, e não chega às lojas, que só o aceitam em consignação, na base do "deixa aí prá ver se vende". As vendas acabam sendo feitas nos dias de apresentação ou pelos próprios compositores, num trabalho de mão em mão. Outras barreiras, de acordo com ele, estão no descaso dos responsáveis pela política cultural nos municípios da Baixada e mesmo na indiferença das administrações mais progressistas, que em geral preferem prestigiar os artistas já consagrados.

"Para furar todo esse bloqueio é preciso muita discussão e muita música", diz Bernard. O movimento já pensa em fazer um novo disco, e repertório de qualidade é o que não falta. A prova é que a seleção de 30 músicas para o novo show acabou demandando um processo eleitoral interno.

Música e camaradagem

Um clima de muita desconfiança ronda a Baixada Fluminense. A "Lei de Gérson", que trata da necessidade de se levar vantagem em tudo, é seguida ao pé da letra por muita gente. Mas como nem tudo está perdido, a Baixada gerou o Movimento de Compositores. A vontade de levar o projeto à frente deu ao grupo uma unidade admirável, num clima de companheirismo e solidariedade, como comprovam as reuniões semanais num botequim situado, estrategicamente, nos limites entre os municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo e São João de Meriti.

Se antes da formação do Movimento era difícil alguém cantar seu samba, com medo de ser passado prá trás, conforme relata Bernard von der Weid, da Nova, durante este período de trabalho algumas músicas foram

feitas de parceria entre gente que só veio a se conhecer quando ingressou no grupo. Formado por cerca de 15 pessoas, o Movimento de Compositores está aberto a novos autores. Do candidato são exigidos boa música e espírito de camaradagem.

O primeiro disco, que leva o nome do grupo, é desses que quem gosta de dançar não pára. Lançado pelo selo independente Galante, em co-produção com a Nova, tem arranjos e regência do maestro Afonso Machado e é embalado por músicos profissionais de primeiro

time. Trabalhadores da construção civil, como Ronaldinho da Matriz, gráficos, como César Martins, petroleiros, como Chiquinho Carinhoso, e biscateiros – por força da crise –, como Coquinho do Vilar, interpretam suas histórias de infância e de vida, seus amores e sonhos.

Derley, 40 anos, é metalúrgico e mora com a mulher e os dois filhos em Vilar dos Teles, distrito de São João de Meriti. Participante do movimento des-



VOCÊ MENINO

Derley

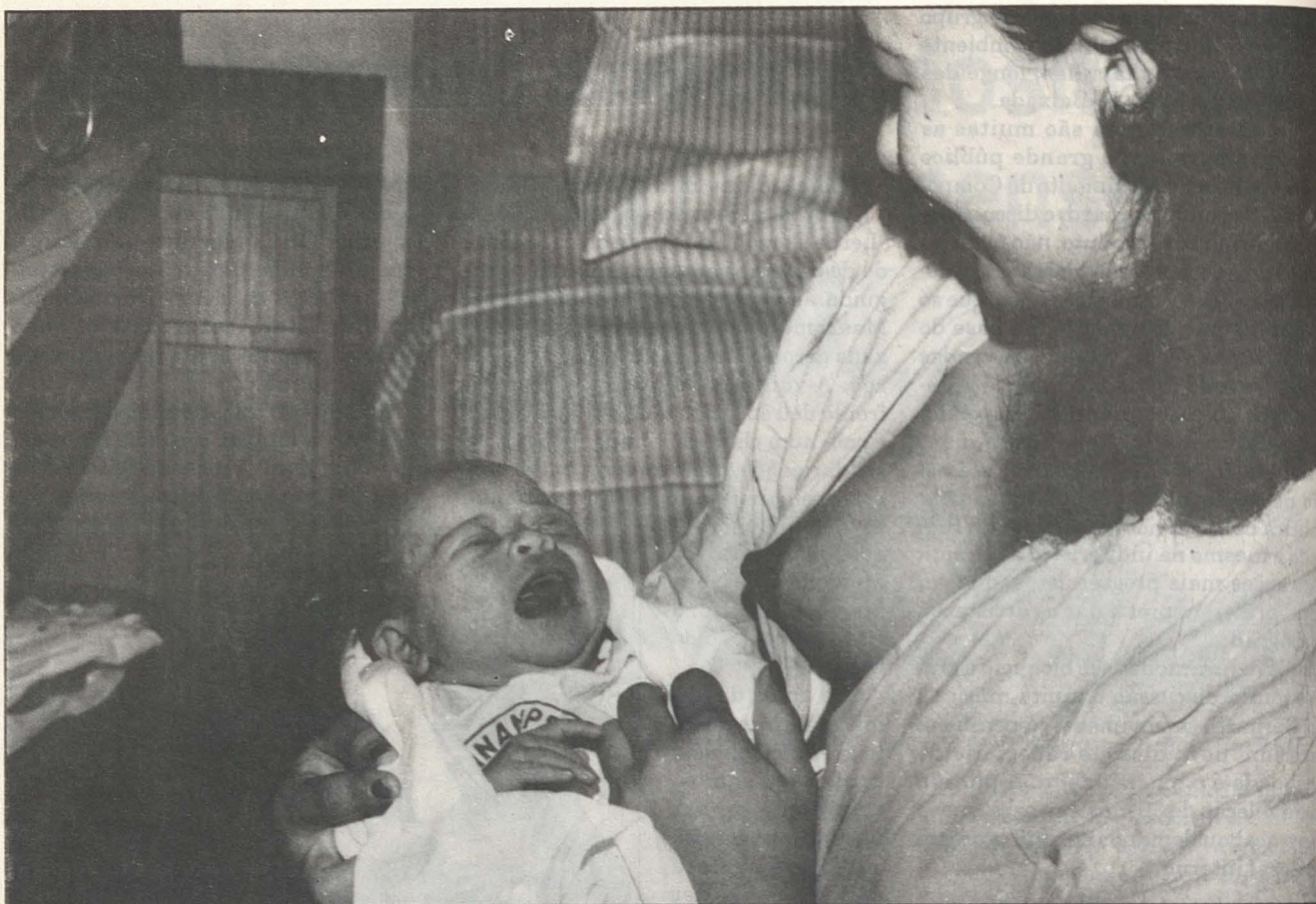


ANDRÉ LOUZEIRO

Mas como é lindo
ver você tão pequenino
com seu corpo de menino
começando a florescer
não vejo a hora
de levá-lo prá escola
carregando uma sacola
com merenda prá comer
Só fico triste
em saber que você cresce
e o seu corpo é quem padece
prá poder sobreviver
pois chega a hora
que não dá prá intervir
o destino é quem decide
o caminho que vai seguir



de a sua criação, tem dois sambas gravados no disco, *Você menino* e *Já fiz muito samba*, demonstrando em ambos muita preocupação social. A música de Derley vem, segundo ele, da inspiração da vida no dia a dia da Baixada: "Ela complementa alguma coisa que está dentro da gente, e é uma maneira de fazer do sofrimento a poesia", diz. Derley é um ardoroso defensor da idéia do Movimento, "dessa busca de realização de um trabalho coletivo", e trouxe para o grupo vários compositores que ele conhecia e que viviam no anonimato. Ele participa da diretoria da Associação de Compositores, criada recentemente: "Com ela, as pessoas vão ficar mais firmes, presas a algo mais sólido." A Associação, para Derley, vai permitir a chegada de muitos outros compositores. A criação da Casa do Compositor, contando com uma escola de música, vai ser, na opinião dele, de muita importância para a região: "Na Baixada ninguém mais tem possibilidade de estudar música."



A engenharia genética, que encara a vida como mercadoria, pode ser perigosa para a mulher

Tecnologia: contra ou a favor do ser humano?

Uma visão crítica da relação entre reprodução, engenharia genética e tecnologia

Zoraya Calheira

O Finrrage – Rede Internacional de Resistência à Engenharia Genética e Reprodução – vem pesquisando e denunciando há anos o uso de métodos contraceptivos e contraceptivos nocivos à saúde e desmascarando o discurso que eleva a moderna tecnologia ao pedestal de panacéia universal.

Paula Bradish, especialista em bio-

tecnologia, esteve presente na Conferência Mulher, Procriação e Meio Ambiente, no Rio, quando analisou as conquistas e dificuldades do movimento feminista. Segundo as feministas, a engenharia genética tem o objetivo de tentar controlar a fertilidade feminina, limitando ou ampliando a quantidade e a qualidade das crianças por nascer.

“Em vez de reverter a esterilidade, melhorar as condições de saúde, domi-

nar a fome ou proteger o meio ambiente, a engenharia genética faz o contrário”, afirma Paula, exemplificando: “A fertilização *in vitro* não cura a infertilidade; apenas tenta criar bebês. Mulheres que usam este método continuam inférteis e não se faz nada para mudar esta situação.”

Sob o pretexto de produzir mais comida e resolver o problema da fome, a engenharia genética está criando, entre

outras coisas, plantas capazes de suportar os mais fortes e perigosos pesticidas. A idéia por trás disto, segundo Paula, é óbvia: "Melhorar os negócios das grandes indústrias químicas, que produzem pesticidas. Todos fazem parte de um mesmo negócio, os que manipulam as plantas e os que produzem e vendem pesticidas."

Já há experiências para desenvolver superanimais, como vacas que produzam leite em quantidade extraordinária ou porcos com o dobro do tamanho normal (porque colocaram extragenes dentro deles). Por quê?, pergunta-se Paula, se na Europa o leite já é de primeira qualidade. Os países europeus não precisam

de porcos gigantes ou vacas superprodutoras. "O que precisamos é de uma distribuição mais justa dos recursos naturais, para que as pessoas, no Brasil ou na Tailândia, possam conservar a comida que produzem para si mesmas, sem ter de exportá-la para alimentar as nossas vacas no Primeiro Mundo", ironiza Paula. ■

Novos métodos questionáveis

Toda mulher aspira a poder ter uma vida sexual, sem se preocupar com a possibilidade de engravidar. A idéia atrás dos modernos hormônios "injetáveis" ou "implantados" é criar e usar métodos que durem muito mais do que o DIU e a pílula, e ainda permitam um maior controle sobre as mulheres que os usam.

Uma vez em que se implante o chamado Norplant ou que se dá uma injeção de hormônios numa mulher, não há como reverter o processo, a menos que se retire o Norplant por outra intervenção cirúrgica. Mas, segundo Paula, geralmente os médicos se recusam a permitir a remoção. É uma maneira de forçar as mulheres a usar um contraceptivo que funciona por um longo período, mesmo que elas decidam mudar de idéia. O pior é que esses dois métodos têm perigosos efeitos colaterais, principal-

mente em mulheres pobres. Pesquisadores estão agora empenhados em produzir novos métodos questionáveis.

A vacina antigravidez, segundo Paula, é uma violência. É como se o corpo fosse invadido, por exemplo, pelo vírus da cólera. O organismo produz anticorpos contra as substâncias que permitem à mulher engravidar. Na realidade, está sendo construída uma imunidade contra as substâncias de seu próprio corpo. O maior perigo, porém, é o argumento de certos médicos que alegam ser este método muito mais fácil e controlado, pois a vacina antigravidez pode ser dada junto com outras vacinas. "Estamos iniciando uma campanha contra esta vacina, que já está sendo aplicada na Índia, e deverá ser muito usada em países do Terceiro Mundo", diz Paula.

Promessas

Uma outra promessa da engenharia genética é o desenvolvimento de tecnologias de produção mais limpas, como, por exemplo, produzir bactérias, microorganismos que podem comer os poluentes na atmosfera, na terra ou na água. Sem dúvida, consideráveis avanços foram obtidos neste terreno. As bactérias já foram testadas e servem hoje, por exemplo, para tratar os esgotos de Paris ou para tratar os resíduos altamente poluentes que se acumulam no fundo dos navios que transportam petróleo. Nos desertos do Kuwait, estas bactérias que comem petróleo também estão sendo testadas para ver se eliminam os restos de vazamento de petróleo que a guerra do Golfo Pérsico deixou. Tais bactérias tanto podem



Biotechnologia vai tratar a poluição que a guerra deixou no Golfo Pérsico

ser usadas para limpar em larga escala como também em proporções menores, como na limpeza de esgotos de pequenas cidades ou mesmo em fossas domésticas.

Os inimigos da biotecnologia, por seu lado, acreditam que, por serem produzidos a partir da manipulação, sen-

do, por isto, completamente artificiais, não há como saber como esses organismos vão reagir a longo prazo, depois de soltos no meio ambiente.

Consumo afeta natureza

Comportamento dos países desenvolvidos prejudica os subdesenvolvidos

Patrícia Terra

Segundo a professora Maria Mies, da Universidade de Colônia, Alemanha, os modelos de consumo dos países do Norte são a verdadeira causa da destruição ambiental e da pobreza dos países do Sul. Mas, ainda hoje, a explosão demográfica é apontada como a principal responsável pela degradação do meio ambiente.

Conforme consta do relatório de 1990 do Fundo das Nações Unidas para a População, 95% do crescimento populacional do planeta nos próximos 35 anos ocorrerão nos países da África, da Ásia e da América Latina. Essa constituirá a maior ameaça, nesse período, à preservação do meio ambiente.

O modelo de crescimento dos países industrializados deve ser seguido pelos países pobres – e foi este o modelo que fez com que a maior parte dos recursos usados e do lixo produzido sejam hoje responsabilidade dos países industrializados, que deveriam responder pelos estragos na camada de ozônio e por quase dois terços do aquecimento da Terra.

O relatório aponta ainda como problema um aumento na produção de carros duas vezes maior do que o crescimento da população nos próximos 30 anos.

“O problema é que eles acham que o que deve diminuir é a população e assim culpam suas vítimas, principalmente as mulheres do Sul. Deveriam, na verdade, estabelecer quotas para

“Como podemos dizer aos brasileiros para não destruírem suas florestas quando nós, ricos, prejudicamos todo o clima do planeta?”

carros, como existem quotas para filhos na China, e assim reduzir a produção inútil, perigosa e descartável que sustenta a economia do Norte.”

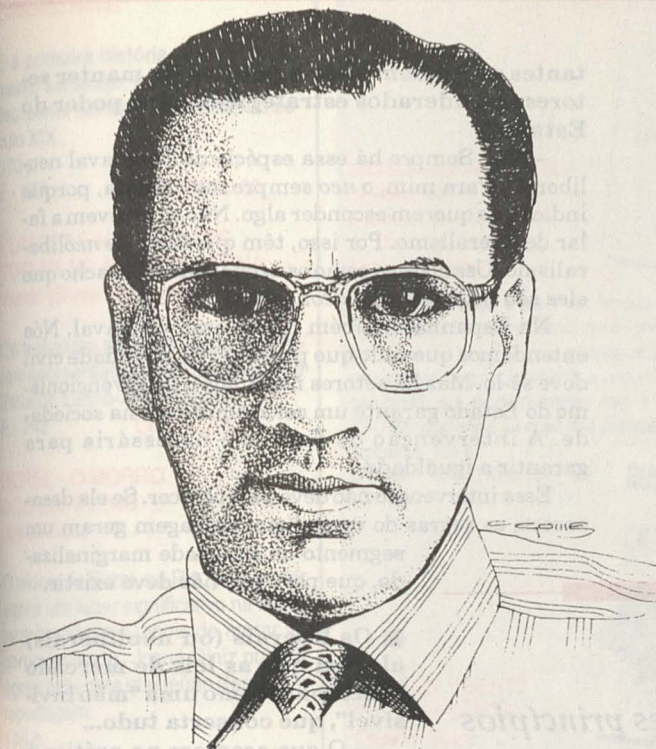
Maria acrescenta: “Não podemos dizer aos brasileiros que não destruam suas florestas, enquanto nós, países ricos, continuamos a destruir o clima de nosso planeta com o crescimento da indústria automobilística.” Ela acredita que o desenvolvimento sustentado seja incompatível com o crescimento industrial voltado para o mercado.

Maria Mies destaca necessidades comuns a ricos e pobres, que devem ser

atendidas prioritariamente: subsistência, proteção, afeição, entendimento, participação, diversão, criação, identidade e liberdade. Ela diz que nas sociedades ricas essas necessidades são atendidas através de paliativos adquiridos no mercado (um carro confere *status*, um cosmético garante sucesso afetivo e assim por diante). “Devemos fugir desse modelo, dando menos brinquedos para as crianças e ficando mais tempo com elas, por exemplo.”

A professora sugere uma economia moral, para impedir a catástrofe planetária que se anuncia. Tal economia seria baseada em princípios éticos e na cooperação entre comunidades, e não nos cálculos custo-benefício do mercado. Ela lembra que há movimentos feministas de libertação do consumidor, que atuam na Europa e nos EUA, criados a exemplo da organização francesa *Terre des Hommes – Frères des Hommes*, cujo lema é “Viver melhor aqui, vencer a fome lá”.

A professora incentiva movimentos deste tipo. Não é para menos. Há 200 anos, o mundo ocidental era apenas cinco vezes mais rico do que os países pobres. Em 1960, já era 20 vezes mais rico, e, em 83, 46 vezes mais rico do que os países do Sul.



Para o dirigente socialista espanhol Alfonso Guerra, o desafio das próximas décadas é entender que na sociedade moderna cada grupo aspira a marcar suas diferenças

Rumo a uma sociedade aberta

Beatriz Bissio

Tendo deixado recentemente o cargo que tinha no governo, de vice-primeiro-ministro, ao lado de Felipe González, Alfonso Guerra é o atual vice-secretário geral do Partido Socialista Operário Espanhol (Psoe), e um dos seus principais teóricos.

Guerra acaba de lançar um livro sobre o socialismo, a bandeira com a qual está mais comprometido agora que suas principais responsabilidades são exclusivamente partidárias. Os anos de exercício do poder lhe deixaram algumas lições, como por exemplo que o poder desgasta, mas a oposição desgasta ainda mais. Uma prova disso seria o fato de que a Espanha já leva dez anos de governo socialista e que o Psoe obteve em três eleições consecutivas maioria absoluta.

O dirigente socialista espanhol confessa que ao participar do governo não abandonou ideais que tinha na oposição, mas compreendeu, com muito mais clareza que antes, que governar não é só estabelecer um plano: é saber estabelecer uma ordem de prioridade em função dos recursos disponíveis.

Na sua opinião, a dificuldade de governar é, justamente, saber dizer sim a alguns pedidos e não a outros. "Isso é muito duro. Mas para ser honesto é preciso agir com muita rigidez."

Nessa entrevista exclusiva a cadernos do terceiro mundo, Alfonso Guerra fala de suas experiências no governo em um momento crucial para a Espanha, quando superava as sequelas do longo período ditatorial de Francisco Franco para integrar-se ao resto do continente europeu. Aborda também questões relativas ao momento atual, com a perplexidade que se observa em muitos setores após a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria.

■ Na América Latina há um grande interesse em conhecer melhor o caminho que a Espanha tem seguido para a reforma do Estado. Gostaríamos que o sr. nos explicasse as linhas básicas desse processo.

— Em 1982, chegamos ao governo com uma equipe jovem, que não tinha tido experiência administrativa anterior. Nos deparamos com uma realidade econômica desastrosa e com um setor público muito grande. Principalmente durante a ditadura do general Franco haviam sido realizadas estatizações arbitrárias. Cada vez que uma empresa privada ia à falência, o governo a estatizava para fazer um favor ao empresário. Havia indústrias estatais de calças jeans, de sapatos, etc. Tudo isso, privatizamos imediatamente.

■ Que setores ficaram em mãos do Estado?

— Os setores estratégicos: a grande siderurgia, a grande indústria naval, a mineração. Chegamos inclusive a estatizar algumas empresas privadas que atuavam nesse ramo, mas que considerávamos estratégicas. Foi o caso da rede elétrica de alta tensão, porque com ela se define que região se desenvolve e qual não se desenvolve. Por isso, decidimos em 1983 estatizá-la.

■ E as telecomunicações?

— A maior parte das telecomunicações está sob controle do Estado e uma pequena parte pertence à iniciativa privada. Mas, nesse último caso, as telecomunicações estão divididas em diferentes mãos. Existem cláusulas que impedem um único acionista de aumentar sua pequena porcentagem de participação.

Na área da telefonia, por exemplo, a Companhia

Telefônica é majoritariamente do Estado, enquanto uma minoria das ações está repartida entre muitos cidadãos.

■ **Pode se deduzir dessa política que o Psoe não aderiu à onda neoliberal tão em moda atualmente?**

— Nossa política tem sido simplesmente não encarar como dogma que as privatizações são progressistas, nem que as estatizações representam um retrocesso. As privatizações não são *a priori* boas ou más, depende.

■ **Depende de quê?**

— Depende de que setor se trate e de como é vendido, se se obtém benefícios para que o Estado possa fazer novos investimentos. Esse é o princípio que nos tem guiado.

Na Espanha, temos quebrado todos os tabus. Não temos um manual determinando o que deve ser feito ou não. Temos feito tudo o que acreditamos que *devia* ser feito, explicando sempre nossas decisões aos cidadãos.

■ **O sr. afirma que os resultados das privatizações dependem, entre outras coisas, dos benefícios que o Estado obtém para realizar novos investimentos. Ou seja, há formas e formas de privatizar. Em alguns países da América Latina, concretamente o Brasil e Argentina, os governos têm aceito...**

— Têm aceito "micos pretos". Esse não foi o caso da Espanha. Quando se privatiza alguma empresa, só se aceita pagamento em dinheiro. Não se aceitam papéis de dívidas, em nenhum caso.

■ **Pagamento em dinheiro e à vista?**

— Exatamente.

■ **Quais são os setores que, na sua opinião, não podem ser privatizados?**

— Os setores dos quais dependam decisões que afetam a soberania nacional. Os parlamentos e os governos são depositários da soberania nacional de um povo. São eles que têm que tomar decisões que afetem essa soberania e não grupos econômicos, que são legítimos, mas que podem estar tomando decisões por interesses de grupo e não por interesses nacionais. Os setores que obedeçam a interesses nacionais devem ser estatais.

■ **O Psoe teve que enfrentar forças impor-**

tantes ao implementar a política de manter setores considerados estratégicos sob o poder do Estado?

— Sim. Sempre há essa espécie de "vendaval neoliberal". Para mim, o *neo* sempre me assusta, porque indica que querem esconder algo. Não se atrevem a falar de liberalismo. Por isso, têm que falar de *neoliberalismo*. Usam o *neo* como os *neonazistas*. Eu acho que eles são nazistas, não *neonazistas*.

Na Espanha, também houve esse vendaval. Nós entendemos que tudo que possa ser da sociedade civil deve sê-lo. Mas há setores nos quais o intervencionismo do Estado garante um certo equilíbrio na sociedade. A intervenção do Estado é necessária para garantir a igualdade.

Essa intervenção não deve desaparecer. Se ela desaparece, as regras do capitalismo selvagem geram um segmento da sociedade marginalizado, que para nós não deve existir.

■ **Os liberais (ou neoliberais) alegam que as leis de mercado funcionam como uma "mão invisível", que conserta tudo...**

— O que acontece na prática é que a "mão invisível" das leis selvagens do mercado termina sempre dando a bofetada na mesma cara.

A intervenção do Estado em setores que definem a soberania nacional, por exemplo em setores industriais que podem fazer o país caminhar em uma direção ou outra, continua sendo muito importante.

■ **O sr. tem defendido uma solução para o problema da dívida externa do Terceiro Mundo. Por que essa preocupação?**

— Considero que para a sobrevivência do mundo esta é uma meta imprescindível. Não é só por um ato de generosidade ou de solidariedade. Trata-se, principalmente, de uma questão de sobrevivência: os países mais industrializados devem saber que as relações atuais entre o Norte e o Sul, o aumento da diferença de bem-estar entre os povos mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos tornam inviável esse mundo.

Essa injusta distribuição provoca rebeliões sociais, dão origem ao fundamentalismo. Portanto, a própria sobrevivência dos mais desenvolvidos coloca em jogo a necessidade de novas relações na sociedade internacional.

■ **Como poderia a América Latina negociar melhor no terreno internacional sua dívida externa e, em geral, defender mais fortemente seus interesses?**

— Eu não posso dar lições à América Latina. Seria muito pretensioso da minha parte. Mas me parece

*"Os grandes princípios
continuam imutáveis:
a justiça, a igualdade,
a democracia,
a solidariedade.
Esses são os princípios
da razão, princípios
que permanecem vivos"*

que a América Latina deveria saber mandar em sua situação econômica difícil e não seguir sempre as receitas dos organismos internacionais.

É possível conseguir um pacto social nos países para começarmos do zero, construindo uma sociedade sólida, sem processo inflacionário, sem que haja diferenças tão grandes entre o salário mínimo e o mais alto do país. É possível buscar as soluções nas próprias sociedades sem que ninguém tire do bolso um manual de medidas.

Pode-se conseguir a união em torno de um projeto mais justo e mais eficiente da sociedade. Então, provavelmente, a cooperação internacional será mais fácil, porque certos países não terão o pretexto de que é inútil dar ajuda econômica à América Latina porque os mecanismos internos das sociedades não dão um objetivo produtivo aos recursos concedidos.

■ **Nesses últimos meses, o sr. tem se empenhado na discussão do tema do socialismo. Por quê?**

— Porque a sociedade muda muito mais rápido que os partidos políticos. O mundo tem mudado de forma vertiginosa. Se perguntássemos a qualquer pessoa qual é o país que hoje tem mais poder econômico e militar, não duvidaria em responder que são os Estados Unidos.

Mas quando Marx e Engels escreveram em 1848 os primeiros textos socialistas, os Estados Unidos eram um país de 20 milhões de habitantes, onde a escravidão era legalizada e 63% da população se dedicavam à agricultura. Hoje, a sociedade norte-americana não se parece em nada à da época em que se organizou o pensamento socialista.

Se a sociedade caminha a esta velocidade, como não vão mudar os partidos? Por isso, eu acho que os partidos, os sindicatos, as organizações sociais têm obrigação de mudar conforme o ritmo da sociedade.

■ **E se não o fizerem?**

— ...quem não o fizer dentro de muito pouco tempo vai desaparecer do mapa político. Temos que nos renovar.

As novas descobertas tecnológicas farão com que nos próximos 15 anos a Humanidade avance mais no terreno científico que nos 100 mil anos de existência do ser humano na Terra.

■ **Como fica em meio a estas mudanças a questão do socialismo?**

— Considero que o socialismo será capaz de es-

tar à altura das mudanças tecnológicas e das mudanças culturais que vão ocorrer a curto prazo.

■ **Levando em conta o que aconteceu no mundo comunista, onde o chamado socialismo real caiu vítima de seus próprios erros, quais seriam as teses socialistas superadas e quais ainda manteriam sua vigência?**

— Nos países onde o chamado socialismo real estava no poder, ficou demonstrado que era onde menos real se apresentava o socialismo. Era um socialismo irreal; um comunismo em sistema fechado.

O que deve ser modificado? Basicamente, a consciência clara de que não restam verdades absolutas. Já não é possível se manter aferrado a nenhuma ideologia. Não se pode hoje em dia dizer "as coisas são assim e sempre serão assim".

A prova mais palpável de que a verdade não pode ser absoluta é que a ciência não é nada mais que uma concatenação de propostas refutáveis e refutadas.

Aquilo que não pode ser refutado não é científico, é místico, religioso.

■ **Em meio a todas essas interrogações sobre o futuro, podemos ter algumas certezas?**

— Vamos construir uma sociedade aberta, na qual o direito mais reivindicado pelos cidadãos, na minha opinião, será o direito à diferença. O direito a não sermos uniformes.

As filosofias que não sejam capazes de entender isso, não vão durar muito tempo. Por isso, acho que devemos abandonar qualquer esquema dogmático, qualquer sistema fechado. Não devemos impor modelos à população. Os modelos deixaram de existir. É preciso oferecer às pessoas a possibilidade de elevar continuamente seu grau de consciência coletiva.

■ **Existem princípios ou idéias que na sua opinião continuam sendo válidos?**

— Os grandes princípios continuam imutáveis: a justiça, a igualdade, a democracia, a solidariedade. Mas a solidariedade como um princípio novo, que vem substituir o princípio da fraternidade da Revolução Francesa. Este é mais amplo, porque é solidário entre povos, não apenas entre cidadãos, entre homens e mulheres.

Esses são os princípios da razão, princípios que permanecem vivos. Mas não se pode pensar em implementá-los com os mecanismos do século XIX. Nós estamos, hoje em dia, com máquinas do século XIX e homens do século XIX. É preciso que, pelo menos, sejam do século XX, porque estamos às portas do século XXI.

"Considero que o socialismo será capaz de estar à altura das mudanças tecnológicas e das mudanças culturais que vão ocorrer a curto prazo"

Como a Itália superou a Inglaterra

Para o professor Márcio Wohlers de Almeida, a explicação do sucesso da economia italiana, em detrimento da inglesa, é a ação chave do Estado nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento do país

José Maria Rabelo

A Inglaterra neoliberal, que vendeu a maior parte de seu setor estatal, vive hoje uma situação de retrocesso social e econômico, que a deslocou do quinto para o sexto lugar do ranking das maiores nações capitalistas.

A Itália, com forte e crescente setor público, atravessou com êxito as últimas crises mundiais e exibe uma das economias mais prósperas da Europa. Foi ela justamente que suplantou a Inglaterra, assumindo o quinto lugar entre os países mais ricos do mundo.

As privatizações na Inglaterra retiraram do governo grande parte de seu poder de influir nas políticas industriais e levaram a uma substituição dos monopólios estatais por monopólios privados, com queda da eficiência em vários ramos e o encarecimento acentuado de preços e tarifas.

A decadência do sistema produtivo inglês vem colocando o país num quadro de crescente desvantagem competitiva com outras potências industriais. Tudo, a um custo social elevadíssimo: o agravamento da recessão e do desemprego, com a deterioração dos serviços sociais, principalmente na saúde, educação e habitação.

O modelo estatal italiano, com formas originais de controle de suas empresas (em torno de 600), experimentou um processo de modernização, que assegurou ao país uma posição invejável não só quanto ao crescimento global da economia, mas, qualitativamente, no campo das indústrias de alta tecnologia (robótica, aeroespacial, chips para computador, telecomunicações, bioenergética, etc.) possibilitando-lhe disputar os mais competitivos mercados mundiais.

O professor Márcio Wohlers de Al-

meida, do Instituto de Economia da Universidade de Campinas (Unicamp), fez um detalhado estudo comparativo entre as duas experiências – a inglesa e italiana – e chegou a resultados irrefutáveis, segundo os quais a Itália, com forte setor estatal, superou amplamente a Inglaterra, símbolo da política neoliberal. Em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, ele apresenta as conclusões de seu trabalho.



**Inglaterra:
privatização não
impediu o declínio**

Embora a mídia venha realizando intensa campanha divulgando que a tendência do mundo contemporâneo é a

da privatização, promovendo-a como o novo símbolo da "modernidade", – afirma o Prof. Márcio Wohlers de Almeida – um exame mais acurado das experiências internacionais não referenda tal avaliação.

O processo de privatização inglês, por exemplo, que vem sendo apresentado como um modelo para os outros países, principalmente do Terceiro Mundo, enfrenta hoje fortes questionamentos na própria Inglaterra. Intelectuais e economistas, que anteriormente haviam apoiado o programa, como influentes professores da London Business School, começaram a criticar o rumo tomado pelo projeto. Os respeitados professores Mathew Bishop e John Kay realizaram um estudo em profundidade das privatizações inglesas, publicado já em 1988 com o sugestivo título: "A privatização funciona?" (*Does privatization work?*).

De acordo com os autores, houve um grande desvio quanto aos objetivos anunciados do programa, cuja finalidade última deveria ser o incentivo à concorrência e não um reforço dos monopólios, como acabou acontecendo, por exemplo, no setor das telecomunicações.

Três grupos bem definidos foram os que lucraram com a privatização na Inglaterra – ainda de acordo com os especialistas ingleses – e foram em grande parte os responsáveis pelos desvios ocorridos.

Em primeiro lugar, como aliás está acontecendo também no Brasil, estão os titulares do setor financeiro que inter-

mediaram o processo de venda, tais como os bancos, as corretoras, as sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as consultorias de avaliação, as Bolsas de Valores, além das empresas que fizeram as campanhas de marketing e propaganda.

O segundo grupo inclui as diretorias e as gerências das empresas privatizadas, que tiveram uma substancial elevação de seu *status* econômico, pois seus salários e regalias praticamente dobraram, em termos reais, após a privatização. No curso dos últimos anos, esses rendimentos chegaram a quadruplicar.

No decorrer do processo de tramitação das leis disciplinadoras do processo, esta "tecnoburocracia" agiu com invejável desenvoltura política, a fim de obter posições privilegiadas, nitidamente de forma a excluir outros grupos, como os sindicatos, os fornecedores de equipamentos e os próprios consumidores.

Finalmente, o terceiro grupo foi o dos pequenos acionistas, cuja participação evidentemente ocorreu de maneira distinta dos dois anteriores, constituindo uma importante base de apoio político ao programa.

A fim de persuadir o grande público a adquirir ações das empresas a serem privatizadas, além de promover uma fantástica campanha publicitária — exatamente, repito mais uma vez, como está acontecendo no Brasil — o governo inglês ofereceu as ações a um preço subvalorizado, de forma a induzir um maior número de pessoas a um negócio sem risco e excepcionalmente lucrativo.

O preço das ações da *British Telecom* (BT), por exemplo, subiu cerca de 33% já no final do primeiro ano do lançamento, em dezembro de 1984. Como o governo parcelou o pagamento das ações em três vezes, o ganho imediato de cada ação atingiu 86%, atestando a brutal subvalorização do preço básico inicial. A perspectiva de ganho imediato fez com que 40% dos acionistas vendessem suas ações nos três anos seguintes, reduzindo o número de acionistas de 2,3 para 1,4 milhão.

Quebra da política industrial — Ao privatizar estatais da área de infraestrutura que realizavam grandes encomendas e podiam induzir o desenvolvimento tecnológico das empresas fornecedoras de equipamentos, como é o caso típico do setor de teleco-

municações, a Inglaterra abriu mão de importante instrumento de política industrial, que continua extremamente ativo em outros países desenvolvidos.

Os casos bem-sucedidos da *Siemens* alemã e da *Alcatel* francesa, além de outros exemplos norte-americanos e japoneses, mostram como o poder de compra do Estado pode propiciar vantajosas economias de escala, auxiliando estas empresas na concorrência internacional.

Além da crítica dos intelectuais que inicialmente apoiaram o programa, observa-se que a privatização não contribuiu para reestruturar a economia da Inglaterra, que continua uma nação em declínio, recentemente suplantada pela Itália, em termos de Produto Interno Bruto (a Itália figura hoje com 871,9 bi-

*“Ao privatizar
estatais que
poderiam induzir
o desenvolvimento
tecnológico, a
Inglaterra abriu
mão de importante
instrumento de
política industrial”*

lhões de dólares, contra 834,2 bilhões da Inglaterra, segundo resultados de uma pesquisa do *Conference Board*, com sede em Nova Iorque, analisando os maiores PIBs do mundo, entre países e empresas).

A política de privatização inglesa, ademais, foi apenas um dos itens da ortodoxia neoliberal. Além de reduzir a importância dos sindicatos na vida nacional, ela incluiu também a redução dos sistemas de proteção social, como o da saúde e, principalmente, o educacional. O número de professores da rede pública foi diminuído em 10%, os gastos públicos com relação à renda nacional declinaram de 43% para 38% durante a fase *thatcherista*.

Enfim, a continuação da decadência

do sistema industrial inglês (em contrapartida, é verdade, a uma presença maciça do capital japonês em setores específicos), o retorno da recessão e do desemprego, além da deterioração dos serviços de proteção social, foram o legado de Margareth Thatcher, que rapidamente passou da condição de “Dama de Ferro” para a de “Rainha da Sucata”.

Itália: setor estatal, fator de progresso

Na Itália, — prossegue o prof. Wohlers de Almeida — as privatizações não se tornaram prioridade política dos diferentes governos que se sucederam durante os anos 80, não obstante o enorme peso da máquina estatal e da dívida pública deste país. O tamanho do setor público italiano situa-se dentre os maiores do mundo e a produção de suas estatais, em geral, é feita de forma eficiente, abrangendo desde itens da indústria alimentar até setores de alta tecnologia.

O governo italiano tem uma filosofia própria a respeito das privatizações, privilegiando programas de longo prazo. Elas são concebidas como um instrumento de reestruturação financeira e, no caso do IRI, o maior grupo estatal da área industrial, são também admitidas como uma forma de aumentar a participação dos acionistas privados em empresas majoritariamente controladas pelo governo.

Um dos objetivos do IRI é o permanente saneamento e reestruturação de suas empresas, incluindo a maior colocação de ações na Bolsa de Valores, sem perda do respectivo controle acionário. As privatizações de maior peso ocorrem em setores que hoje em dia não são mais vistos como estratégicos, como o automobilístico e o têxtil.

Os recursos obtidos com essas vendas foram destinados a capitalizar a atuação do Estado em outras áreas, atualmente consideradas fundamentais, como as de robótica e de fabricação de *chips* para computadores. Apesar do país apresentar uma das maiores dívidas públicas do mundo (em torno de 100% do PIB, contra 50% da brasileira), não foi destinado um único centavo dessas vendas ao Tesouro. Todos os recur-

tos obtidos foram aplicados no fortalecimento da ação estatal em setores de alta tecnologia, para que a Itália, como nação, pudesse ser cada vez mais competitiva internacionalmente, realizando parcerias e *joint-ventures* de forma adequada à sua política industrial.

As estatais italianas – Um dos segredos do modelo italiano reside na forma de organização de suas estatais e nas constantes negociações com a sociedade, aí incluídos os partidos e o Parlamento. Este modelo permite que o sistema das estatais seja moderno e relativamente estável, onde a privatização ou a estatização não tem conotação ideológica, e são consideradas mera compra e venda de empresas, fazendo parte de suas atividades estratégicas de ocupação de mercados, como ocorre com qualquer corporação empresarial de grande porte.

Mas nem todas as atividades produtivas do governo compõem esse sistema. As atividades públicas de natureza mais social, como ferrovias, transporte urbano e correios não são organizadas sob a forma jurídica de empresa privada, e sim como uma espécie de autarquia. Somente quando a atividade for potencialmente lucrativa, poderá então adquirir natureza jurídica de empresa privada, adequando-se a uma parceria entre o setor público e o privado.

As empresas estatais do governo central (cerca de 600) estão organizadas em uma estrutura piramidal e se concentram em um único Ministério, denominado de Participações Estatais. No topo do sistema existem três grandes *holdings* (IRI e Efim, na indústria, e ENI, no petróleo), as quais detêm o controle acionário de outras sub-*holdings*, que atuam em diversos setores industriais.

Estas, por sua vez, controlam as empresas diretamente produtivas, estruturadas sob o estatuto jurídico de empresa privada. As ações das empresas e sub-*holdings* mais rentáveis são normalmente transacionadas na Bolsa de Valores, com o governo mantendo sempre o controle acionário.

A contribuição dos setores e das empresas rentáveis de cada uma das *holdings* públicas, juntamente com os aportes do Tesouro, é fundamental para que o conjunto do setor possa superar as conjunturas de crise econômico-financeira, tal como a ocorrida no

início dos anos 80.

As grandes *holdings* centrais (IRI, ENI, Efim), além de deter o domínio acionário das sub-*holdings* setoriais, realizam as atividades superiores de planejamento (decisões gerais de investimento, etc.), indicando as variáveis macroeconômicas necessárias, fornecendo as diretrizes políticas globais e efetuando a negociação junto ao Parlamento e a outros ministérios. As sub-*holdings* setoriais retransmitem as diretrizes políticas globais e efetuam a coordenação técnica, comercial e financeira das empresas controladas..

Esta lógica de atuação orgânica e em grupo é muito nítida no caso do IRI (Istituto per la Ricostruzione Indus-

“A Itália organizou suas estatais (cerca de 600) num esquema piramidal, submetida a um só ministério, mas há uma grande elasticidade entre elas”

trial), o maior grupo estatal da Itália, que opera em 14 setores industriais distintos, incluindo os das telecomunicações, de siderurgia, de produção de *chips* para computadores, bancário, de aviação, aeroespacial e de distribuição de alimento.

A atuação neste último setor teve início nos anos 50 para evitar que a Itália ficasse na dependência das grandes multinacionais de alimentos e também pudesse implantar uma política de industrialização de regiões mais atrasadas, como o Mezzogiorno, no sul do país.

Embora atualmente o setor de distribuição alimentar não seja mais considerado estratégico, não houve consenso no Parlamento para sua privatização em bloco. Registra-se, assim,

uma presença expressiva do IRI nesse campo, dominando 27% do mercado italiano de derivados de tomate, 32% dos sorvetes e 18% de alimentos congelados. A rentável operação desses ramos contribui para a capitalização financeira do conjunto estatal, que atenua os impactos negativos das perdas verificadas nos setores em transformação, como o siderúrgico e o da construção naval.

Vigiar o mercado – A atuação nas áreas de construção civil pesada e de telecomunicações também mostra a capacidade do IRI em agir organicamente. Nos setores de construção pesada e de operação de transporte rodoviário existe uma sub-*holding* (Italsa) que controla cerca de 75 empresas, com aproximadamente 25 mil empregados. Enquanto isso, a Autoestrada, altamente rentável, opera grande parte do sofisticado sistema de rodovias do país, ficando a manutenção operacional a cargo de outra empresa do grupo, a Pavimental.

Uma outra firma, a Italstrade, realiza parte das obras civis pesadas do sistema rodoviário italiano e também participa no mercado externo. A justificativa para a existência de uma estatal de construção de grande porte é de que esta é a única forma do governo não ficar refém das poderosas construtoras privadas, conhecer os custos verdadeiros das obras e dar continuidade a elas, caso haja boicote ou fornecimento a preços exorbitantes, pela iniciativa privada.

Um sistema de operação semelhante verifica-se no setor de telecomunicações, onde o IRI atua, através da sub-*holding* Stet, que – juntamente com a estatal francesa *France Cables et Radio* – acaba de adquirir o controle de uma das duas empresas em que foi dividida a Entel, empresa estatal de telecomunicações argentina (ver artigo nesta edição: “A Operação Túpac Amaru”).

As áreas de atuação estatal ocorrem fundamentalmente nos setores considerados estratégicos para o desenvolvimento italiano. Nos anos 50, era a indústria de base, e nos anos 90 são os setores de alta tecnologia e as grandes redes de infra-estrutura, como as de energia, transporte e telecomunicações. A orientação é a de tornar a nação competitiva internacionalmente, envolvendo não só as grandes empresas, mas boa parte do vasto conjunto das pequenas e médias.

Operação Túpac Amaru

Em um processo que recebeu popularmente o nome do líder indígena peruano espartilhado pelos espanhóis em 1780, as empresas públicas foram desmembradas e vendidas a preços irrisórios

Marcelo Montenegro

Em tempo recorde, comparando com a experiência de outros países, o governo do presidente Carlos Menem privatizou na Argentina totalmente os serviços de telecomunicações, reduziu ao mínimo a participação estatal na exploração dos transportes aéreos e pulverizou a empresa estatal de petróleo mais antiga da América Latina, a Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), entregando aos investidores privados suas atividades mais lucrativas.

Em 1990, foram vendidas a vários consórcios internacionais – integrados majoritariamente por companhias estatais de países europeus – as empresas *Entel* (de telecomunicações) e *Aerolíneas Argentinas* (de navegação aérea).

No ano seguinte, o governo anunciou sua decisão de continuar aceleradamente com o plano de privatizações em todas as áreas e aprovou um ambicioso programa de transferência ao capital privado dos melhores campos de petróleo atualmente em produção.

Um defensor incansável do monopólio estatal do petróleo, o advogado e professor argentino Adolfo Silenzi de Stagni traçou um quadro crítico da política de privatizações em seu país e no restante da América Latina.

Em uma conversa ex-

clusiva com **cadernos do terceiro mundo**, Silenzi comparou os processos que estão sendo implementados em todo o mundo e defendeu que o grande inspirador dessa política é o Banco Mundial (Bird), que atualmente está assessorando, só na área do petróleo, 35 países com dívidas externas importantes.

A seguir, publicamos os principais trechos da entrevista do professor Adolfo Silenzi.

As privatizações na Argentina -

A política de privatizações começou com o governo constitucional do presidente Raúl Alfonsín (83/89). A diferença com o atual governo de Carlos Menem é a rapidez com que este age. Quando se age com excessiva rapidez podem se cometer grandes erros.

Em 1991, houve na Argentina duas grandes privatizações. A dos telefones (*Entel*) e a da *Aerolíneas Argentinas*. O

resultado foi o seguinte: a *Entel* foi dividida em dois grandes territórios, norte e sul. Uma área foi entregue à *Telefónica de España*, empresa estatal espanhola de comunicações, e a outra à *Telecom*, estatal francesa, e *Stat*, do Estado italiano. Ou seja, dividimos a *Entel* por dois e a entregamos totalmente a três empresas estatais estrangeiras.

Aqui cabe formular a primeira advertência: em todas as partes do mundo onde houve privatizações sérias, sempre se tratou de não "estrangeirizar" a economia, sobre tudo quando estão envolvidos setores fundamentais para o país, como pode ser o caso das comunicações.

A Grã-Bretanha, por exemplo, sob o governo de Margaret Thatcher exigiu, a princípio, um máximo de 15% de participação estrangeira e depois de grandes protestos esse limite aumentou 10% mais. Em outras palavras, naquele país o capital estrangeiro está limitado a



"O principal instrumento de capitalização na América Latina é o petróleo"



Adolfo de Stagni: "A YPF foi esquartejada"

uma participação máxima de 25% na compra de empresas públicas.

Na França, durante a gestão de Jacques Chirac (um líder de centro-direita, atualmente prefeito de Paris), só se permitiu 20% de participação do capital estrangeiro.

Nós, em compensação, sem levar em conta os antecedentes que já existiam no Primeiro Mundo, estamos entregando na Argentina as chaves fundamentais da economia a empresas estrangeiras. Se eles se cuidaram e tiveram a precaução de não abrir a propriedade das empresas públicas ao capital externo, nós, com mais razão por sermos menores, deveríamos seguir o seu procedimento.

A preço de banana – Há dois aspectos que merecem ser destacados no caso das privatizações da Argentina. Primeiro, que os ativos foram calculados a um preço ridículo. E em segundo lugar, que os compradores não foram privados.

Isso significa, a princípio, que instalações cujo valor podia ser de sete bilhões de dólares, terminaram sendo vendidas por 500 mil dólares. Essa foi a regra.

Na prática, as empresas estavam sendo dadas. Porque quando o preço de uma coisa é ínfimo, na verdade se trata de um presente. Principalmente porque pagaram com títulos da dívida externa que no mercado secundário estavam cotados entre 12 a 15% do valor nominal. Por exemplo: um título de 100 dólares era comprado por 12 a 15 dólares, no máximo. Essa foi uma forma de liqui-

dar com o patrimônio nacional, que custou muito para ser criado.

No caso da *Aerolíneas Argentinas* foi ainda pior. Foi entregue à empresa estatal espanhola *Ibéria*, que não é a mais importante, nem remotamente, entre as empresas de navegação aérea do mundo. E o serviço não melhorou em nada.

Aerolíneas era uma empresa séria, muito importante, que todos os anos recebia uma alta qualificação da Iata (Associação Internacional de Transportes Aéreos), porque era uma das poucas empresas do mundo que não tinha tido um acidente desde que foi criada. A *Ibéria* a comprou por um preço irrisório. Houve até atrasos nos pagamentos e foram vendidos aviões da própria *Aerolíneas*, para poder saldar os

"Sem levar em conta os antecedentes do Primeiro Mundo, estamos entregando na Argentina as chaves fundamentais da economia a empresas estrangeiras"

compromissos da *Ibéria* com o governo argentino.

Por outro lado, o governo argentino, sem nenhuma precaução, está entregando o patrimônio estatal a compradores estrangeiros, com o pretexto de que essas empresas em mãos do Estado são ineficientes. Um argumento estranho, levando em conta que nós as transferimos a empresas públicas estrangeiras...

O papel do Banco Mundial – Existe, na minha opinião, uma explicação para tudo isso, que fica particularmente clara no caso do petróleo. O Banco Mundial (Bird) está orquestran-

do uma política de longo prazo na América Latina, com o objetivo de desestabilizar a atividade petrolífera em todos os países nos quais ainda se mantém o monopólio estatal.

O Bird é uma instituição de planejamento a médio e longo prazos com uma aparência internacional. Mas, de fato, seus presidentes sempre foram norte-americanos, sem exceção. É diferente do FMI, cujo diretor atual é Michel Camdessus e o anterior foi De Lavoisier, ambos franceses.

O Fundo Monetário Internacional está dirigido por funcionários provenientes de diferentes nacionalidades que mantêm, apesar disso, uma grande coerência na rigidez das políticas econômicas que aconselham aos países-membros. São todos monetaristas.

Mas é o Banco Mundial que mais me preocupa, porque há uma intenção política de pressionar os países com maiores dívidas externas a adotar certas receitas. Neste momento, o Banco Mundial assessora mais de 35 países em todo o mundo na área de petróleo, com planos dirigidos a privatizar a atividade e pôr fim ao monopólio estatal do petróleo em muitas dessas nações.

O valor do "ouro negro" – Na América Latina, há três países com monopólio estatal nessa área. O México, cuja empresa *Petróleos Mexicanos* (Pemex), foi fundada em 1938; o Brasil, com a Petrobrás, que nasceu em 1953 e começou a operar em 1954; e *Petróleos de Venezuela S.A.* (PDVSA), constituída em 1975. Os três países sofreram grandes pressões internacionais, que tentavam evitar a nacionalização da exploração do petróleo.

Esse processo se deu no México, no Brasil (onde o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 1954, teve muito que ver com as tremendas pressões que recebeu depois de sancionar a lei do petróleo número 2004, em 1953) e ocorreu na Venezuela.

Neste último caso, a política de desenvolvimento industrial baseada na concessão de áreas petrolíferas levou a resultados tão negativos que, em 1975, todos os partidos se uniram sob a palavra de ordem "Basta de concessões na Venezuela" e o petróleo foi nacionalizado.

É importante advertir que a ativi-

dade petrolífera é o item mais lucrativo no mundo atualmente e que por trás dela existem interesses muito fortes. Por isso, quando se discutem os problemas estruturais que sofrem os países periféricos, é preciso perguntar: como se pode capitalizar um país pobre? Quando há pobreza, como se forma o capital?

Os economistas que trabalham para as grandes empresas têm procurado demonstrar que esses países só podem resolver seu problema através do endividamento externo, pela via dos investimentos de capital estrangeiro, ou através dos empréstimos de bancos no exterior. Isso não é verdade.

A capitalização séria se forma em casa, com poupança interna, com o esforço nacional. E o principal instrumento de capitalização interna que têm os países da América Latina é precisamente a exploração do petróleo através de empresas estatais eficientes.

E aqui chego à outra conclusão. Não é casual que os três países mais importantes da América Latina, aqueles onde existem as maiores empresas, sejam justamente os três que têm o monopólio estatal do petróleo. Segundo dados de 1990, em primeiro lugar está a Venezuela, com sua estatal PDVSA, que tem uma faturamento anual de pouco mais de 23 bilhões de dólares. Em segundo vem o Brasil, com a Petrobrás, que fatura pouco mais de 20 bilhões de dólares. Depois está o México, com a Pemex, com 19 bilhões de dólares.

O fato de que o monopólio estatal lhes tenha permitido situar-se entre os três primeiros lugares demonstra o fator de capitalização interna que significaram as empresas estatais de energia.

A quarta empresa maior na América Latina é outra estatal brasileira, a Eletrobrás, com um faturamento anual de pouco mais de 6,3 bilhões de dólares. Em quinto, aparece pela primeira vez uma empresa privada, a IBM do Brasil, e, em seguida, a argentina YPF.

Destruição premeditada –

O que ocorreu na Argentina (e isso tem especial significado porque a YPF foi a primeira empresa organizada pelo Estado em um país latino-americano para explorar seu petróleo, em 1922) é um exemplo de esvaziamento e destruição premeditada de uma empresa. Sem

monopólio estatal e com péssima administração, a YPF foi levada à falência. Houve um esvaziamento técnico, um esvaziamento econômico e financeiro da empresa.

Na Argentina se fez o impossível para quebrar a principal alavanca de capitalização interna que teve o país, sua maior empresa. A pulverização da

*“Não é casual
que os três
países mais
importantes da
América Latina
sejam justamente
os três que têm
o monopólio estatal
do petróleo”*

YPF começou, na realidade, em 1958, com o presidente Arturo Frondizi. Foram entregues áreas já descobertas, em contratos de concessão.

Uma coisa são os contratos de risco através dos quais se outorgam campos

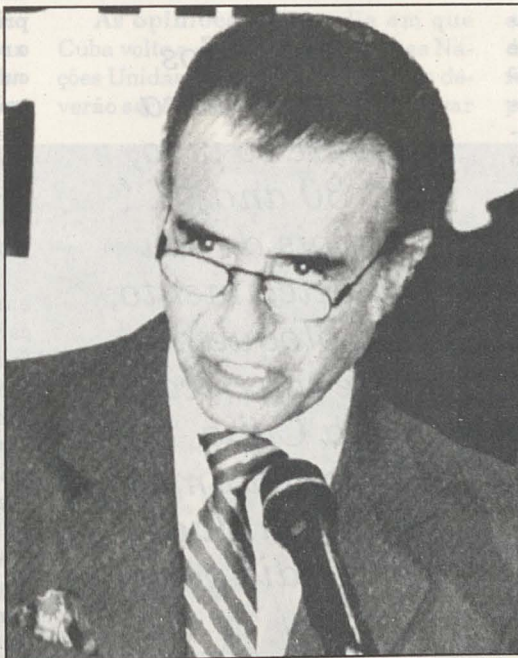
inexplorados a uma empresa – estrangeira ou privada nacional – que se encarrega de fazer a prospecção geofísica e perfurar. No caso de que se encontrem jazidas com valor comercial, a empresa pode explorá-los. Paga 20% ao Estado e os 80% restantes se dividem entre a empresa estatal do país e a firma privada ou estrangeira que fez a descoberta. Esse é um procedimento normal, adotado em muitos países, como a Colômbia, por exemplo.

Na Argentina, em compensação, de uma forma um tanto quanto surrealista, estão se entregando áreas onde já se descobriu petróleo e nas quais a YPF fez todos os investimentos necessários para colocá-las em condições de produzir. Agora, a YPF compra seu próprio petróleo das empresas estrangeiras privadas, cujo único trabalho é simplesmente explorar o negócio, porque os investimentos – técnicos e financeiros – já tinham sido feitos.

E o pior é que a produção não aumentou e não se fazem novos investimentos. Em 1990, a Argentina produziu o mesmo que em 1980: cerca de 27 milhões de barris de metros cúbicos por ano (equivalentes a 170 milhões de barris). As reservas não só não aumentaram, como diminuíram. E isso apesar de que as áreas entregues a empresas privadas estrangeiras e nacionais são equivalentes ao território médio de uma província da Argentina. São áreas chamadas de *centrais*, aquelas que têm o custo de produção mais baixo.

Durante o segundo semestre de 1991, foram entregues, por um prazo de 35 anos, os melhores campos petrolíferos da Argentina a um preço fixo de 700 milhões de dólares, que pode ser pago com títulos desvalorizados da dívida externa. A renda média desses campos é de 2,5 bilhões de dólares ao ano. Isso quer dizer que em 35 anos se produzirão 87 bilhões de dólares. E as empresas pagaram 700 milhões com *títulos desvalorizados*.

Em quatro meses, recuperam o investimento e daí para frente, durante 35 anos, é só lucro. YPF foi desmembrada, esvaziada e vendida a preço de banana. Todo o patrimônio público foi submetido ao mesmo processo de “esquartejamento”. Por isso, popularmente, as pessoas chamam esse processo como *Operação Túpac Amaru*.



Menem: criticado pela forma como privatizou as estatais



O embargo comercial imposto há 30 anos agrava a crise de abastecimento de produtos básicos (acima, fila para comprar

Silêncio acusador

Aldo Gamboa

Parecia uma cena de filme de quinta categoria: corredores apinhados de gente carregando grandes pastas, cochichos em tom conspirativo em cada elevador e um tenso vaivém de pessoas pelos andares atapetados, tudo indicando um clima de tempestade iminente.

Porém, não se tratava de nenhum cenário montado nos estúdios de Hollywood, mas do edifício central da ONU, em Nova Iorque. E a preocupação daquelas pessoas não era infundada. Os representantes dos Estados Unidos tinham deixado claro — através de um telegrama enviado a todos os embaixadores credenciados nas Nações Unidas — que seu país seguiria atentamente o voto de cada delegação na questão do bloqueio a Cuba e que veria com desagrado qualquer sinal de apoio ou simpatia à moção. A pressão foi tanta, e tão descarada, que a tempestade terminou caindo em outras paragens.

Apesar dos esforços para mantê-lo vivo, 30 anos depois de seu estabelecimento, o bloqueio norte-americano a Cuba alcança uma unanimidade: o repúdio geral

História antiga — O fio da meada desse episódio pode ser encontrado nos primeiros anos da década de 60, quando o recém-instalado regime revolucionário cubano nacionalizou as empresas estrangeiras nos setores estratégicos, que por acaso eram todas norte-americanas. O governo dos Estados Unidos decidiu então declarar um bloqueio econômico e comercial total contra a ilha e pressionou os "amigos" a imitar seu gesto.

Mas a origem da crise desencadeada em fins do ano passado está em uma carta de apenas nove linhas datilografadas, com data de 19 de agosto de 1991, enviada pelo representante permanente de Cuba nas Nações Unidas, Ricardo Alarcón de Quesada, ao então secretário-geral dessa instituição, Javier Pérez de Cuellar. Na carta, Alarcón solicitava a inclusão de um tema suplementar na agenda do 46º período de sessões da Assembleia Geral. Assunto: "Necessidade de pôr fim ao bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Uni-

dos da América contra Cuba."

A carta desencadeou um verdadeiro temporal. A mera possibilidade de que o plenário da ONU discutisse o bloqueio foi considerada pelos Estados Unidos uma intromissão em seus assuntos internos. Imediatamente, a delegação norte-americana enviou telegramas às representações de todos os países com um texto cujo tom ameaçador não deixava lugar a dúvidas. Em seguida, mandou pessoalmente emissários perguntarem se o telegrama tinha sido bem entendido.

A onda de pressões de todo tipo tinha um sentido claro: discutido no plenário, seria muito difícil que o bloqueio contra Cuba não angariasse o repúdio generalizado. De qualquer modo, nada indica que uma moção da ONU condenando o bloqueio faria Washington rever ou desistir de tal prática. Mas, a nível diplomático, seria um golpe de misericórdia em uma política há muito tempo rejeitada.

A saída - A delegação cubana na ONU percebeu que, se a questão do bloqueio fosse votada, provavelmente ganharia, mas isso significaria mais dificuldades para a maioria dos países que dependem de programas de ajuda dos órgãos internacionais, onde a opinião norte-americana é decisiva.

O escritório de Cuba no edifício da ONU viveu momentos únicos: uma fila enorme na porta mostrava representantes de países subdesenvolvidos - e alguns nem tanto - manifestando sua solidariedade com a moção, mas acrescentando em voz mais baixa que essa

compreensão do drama que vive Cuba não era suficiente para darem seu voto. As pressões eram mais fortes.

A saída encontrada foi pedir ao secretário-geral a retirada da questão do bloqueio da agenda, com a esperança de poder apresentá-la no decorrer de 1992, momento para o qual é esperado um novo temporal. As autoridades cubanas denunciaram a onda de pressões que os Estados Unidos desencadearam para impedir que o bloqueio seja discutido na ONU, caracterizando-a como antidemocrática.

Em 25 de janeiro último, conhecidos intelectuais, artistas, políticos e religiosos de diferentes países realizaram em Nova Iorque um ato contra o embargo comercial imposto a Cuba pelos Estados Unidos. Entre os oradores estavam o ex-procurador geral dos Estados Unidos, Ramsey Clark - que denunciou na ocasião a ameaça de invasão de Cuba pelos EUA -; o deputado inglês Tony Benn, líder da facção esquerdista do Partido Trabalhista; o ator norte-americano Martin Sheen e o cantor Harry Belafonte, e frei Beto. As personalidades cubanas convidadas para o ato, como a bailarina Alicia Alonso, não receberam visto de entrada no país.

As opiniões - Até o dia em que Cuba volte a apresentar o tema nas Nações Unidas, novas relações de força deverão ser articuladas para reequilibrar



Alarcón: um telegrama desencadeou o temporal

a balança. Um dos instrumentos a serem usados será a Organização dos Estados Americanos (OEA). A entrada do Canadá ao organismo, somado aos esforços desenvolvidos pelos presidentes da Colômbia, Venezuela e México, deverá criar as condições para uma aproximação. Os interesses dos Estados Unidos e do Canadá em relação a Cuba não são coincidentes, ao ponto de que este último país é atualmente um dos principais parceiros comerciais da ilha caribenha. E nada parece supor que estariam dispostos a renunciar a esse fluido intercâmbio comercial e turístico em nome de interesses alheios.

Há alguns anos os representantes cubanos vêm defendendo a necessidade de modificar alguns mecanismos de funcionamento da ONU, e até o próprio presidente Fidel Castro já se pronunciou sobre o assunto. Os diplomatas cubanos perceberam que nas raras vezes em que se utilizou o voto secreto no plenário da ONU, as moções favoráveis aos países subdesenvolvidos ganharam por amplíssima margem. Assim, o voto "cantado" serve para que os Estados Unidos vigiem a boa conduta de seus "amigos".

Um chargista poderia representar o bloqueio como sendo um velho decrépito, todo esfarrapado, mas com força suficiente para apertar, com seu punho gigantesco, a maioria dos países pobres.



O governo norte-americano fez pressões para impedir a discussão do bloqueio no plenário da ONU

Em tempo de reconstrução

A assinatura dos acordos de paz abre uma nova etapa para o país, onde o principal desafio será o estabelecimento de um sistema realmente democrático e a reconstrução econômica

A paz finalmente começou em El Salvador com o acordo firmado no México em janeiro. Uma das consequências políticas mais expressivas é que deverá surgir um novo tipo de Exército, com uma mentalidade diferente da que vem vigorando na região nos últimos 30 anos.

O Exército de El Salvador, de agora em diante, não se envolverá com questões políticas internas, vai se limitar a defender o país de ataques externos, obedecerá a uma autoridade civil e não mais terá, como antes, poderes sobre certos setores do governo.

Unidades inteiras serão dissolvidas, entre elas os batalhões de elite treinados na Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Os grupos paramilitares do Exército, responsáveis pelos esquadrões da morte que aterrorizavam a população, também serão extintos.

Ou seja, os guerrilheiros não venceram militarmente a guerra civil, mas conseguiram a desmilitarização do seu país. Pelo acordo, o Exército recolherá suas tropas em menos de 100 quartéis e a guerrilha se concentrará em 50 zonas liberadas por ela. Mais tarde, ambos os lados reduzirão ainda mais seus efetivos e posições. O cessar-fogo formal começou em 1º de fevereiro e vai até 31 de outubro. Até lá, as partes decidirão as questões ainda pendentes.

Além disto, emerge do conflito uma liderança guerrilheira que deixa as armas e entra na política partidária com um novo tipo de consciên-

cia e de visão de mundo. Como guerrilheiros, queriam ser uma opção de luta; hoje são uma opção de poder. Ernesto Cisneros, representante da Comissão Político-Diplomática da FMLN resume este novo pensamento:

"Antes, queríamos assumir ou assaltar o governo para fazer mudanças a partir do poder. Agora, nosso conceito de revolução é alterar essa relação de subordinação da sociedade civil, dizer

que o Estado deve estar em função da sociedade civil e que a sociedade civil é quem deve transformar a sociedade como um todo."

Cisneros propõe construir uma sociedade participativa. E conclui: "É possível ser poder sem ser governo. O problema da esquerda é que, sem ser poder, tem pretendido ser governo."

Exilados: esperanças e dúvidas

— "El Salvador nunca mais será o mesmo", diz Antonio Mathus, 28 anos, estudante de arquitetura em São Francisco, Estados Unidos, preocupado com o destino do filho de cinco anos que ele deixou em seu país. "Sempre havia alguém para cuidar das crianças, mas muitos morreram e outros se dispersaram pelo mundo", conclui.

Para Mathus e mais de dois milhões de salvadorenhos espalhados pela Europa, Estados Unidos e até Austrália, a chance de reunir-se à família é remota, mesmo em tempos de paz.

"Adoraria voltar, preciso voltar, minhas duas filhas estão crescendo sem mim, mas como? Meu país está falido", diz Elias Flores, 40 anos, que sustenta a família em El Salvador com o que ganha trabalhando na Califórnia.

Já Clara Luz Navarro, que também vive em São Francisco, simboliza a esperança. Ela está pronta para voltar, mas deixa nos Estados Unidos seu filho Douglas, de 21 anos. Os médicos aconselharam esta solução, pois eles dizem que as pessoas muito



Para a população civil, a paz traz a esperança de dias melhores

torturadas podem se desestruturar-se voltarem ao local de seu drama. Clara consola-se pensando que seu filho continuará sendo bem assistido e poderá reunir-se à família no futuro.

Tratamento médico em Cuba – A volta ao país de 300 guerrilheiros salvadoreños que vivem em Cuba é outra questão polêmica. Estabelecidos nos subúrbios de Havana, a maioria deles veio recuperar-se de ferimentos de guerra ou de torturas. Outros conseguiram sair de El Salvador como parte do acordo que libertou a filha do então presidente José Napoleón Duarte, sequestrada pela Frente Farabundo Martí para Libertação Nacional (FMLN) em 1985.

Os homens e mulheres passam os dias estudando o alfabeto Braille (muitos ficaram cegos), cuidando de cabras ou fazendo suas próprias próteses, sob a supervisão de um norte-americano veterano da guerra do Vietnã, também mutilado de guerra. Professores cubanos ensinam os analfabetos a ler e escrever. Seis deles estudam na universidade e outros seis se preparam para trabalhar como enfermeiros.

O governo de Cuba os trata com muita consideração, dá-lhes alimentação balanceada, inclusive leite, alimento escasso nestes tempos difíceis para os cubanos. Como o resto da população de Cuba, os feridos de guerra têm assistência médica gratuita.

Para preparar o regresso desses guerrilheiros, um funcionário do governo Cristiani deve visitar Havana. Mas comenta-se entre os exilados que o governo, da direita Arena, não tem grande interesse em ver de volta ao país estes homens e mulheres altamente politizados.

Felipe, um salvadoreño de 26 anos, diz que 180 de seus companheiros feridos poderiam voltar imediatamente, pois não precisam de tratamento especializado e seu maior desejo é reunir-se às famílias. Felipe não esconde sua admiração pela revolução cubana e acrescenta: "Já que supostamente estamos numa democracia agora em El Salvador, é preciso respeitar todas as crenças. Aliás, esta falta de respeito à democracia foi a principal causa da guerra."



ONU vigia acordo de paz

Mary Jo McConahay*

Um contingente especial da ONU chamado Onusol supervisiona os acordos de paz e o respeito aos direitos humanos em El Salvador. Em La Florida, remoto lugarejo nas montanhas, camponeses de chapéu de palha e mulheres com filhos ao colo se reúnem para fazer as perguntas que mais os afligem no momento.

Sentada em um tamborete em meio à multidão, uma jovem alemã, envergando a túnica azul da Missão de Observação das Nações Unidas, responde em tom calmo e confiante. Não longe dali, outros membros da missão entrevistam, um a um, os residentes, na tentativa de esclarecer denúncias de atrocidades cometidas pelo governo ou pelos guerrilheiros.

Desde agosto, cerca de 180 jovens advogados e educadores de 24 países, com o entusiasmo próprio da idade, têm sido enviados a pequenas cidades e aldeias para fiscalizar o acordo de direitos humanos, assinado no ano passado, entre os rebeldes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) e o governo do presidente Alfredo Cristiani. Depois de firmado o acordo de paz

de janeiro, mil observadores da Onusol, chamados boinas azuis, começaram a chegar para fiscalizar seu cumprimento.

Transportadas em jipes brancos com bandeiras azuis tremulando ao vento, as equipes reúnem-se com os combatentes de ambos os lados. Segundo o primeiro relatório completo da missão, publicado em 30 de novembro passado, houve mais de mil denúncias de violações do acordo, inclusive tortura pelas autoridades, recrutamento forçado por ambas as partes, e ameaças e ataques dos esquadrões da morte contra civis em pequenas comunidades.

Após ouvir as denúncias, os membros da equipe apresentam um relato formal das acusações aos comandantes dos guerrilheiros ou ao quartel do destacamento local do Exército, dependendo do lado que é acusado. Somente quando não consegue resolver dessa forma, a missão envia as acusações ao secretário-geral da ONU.

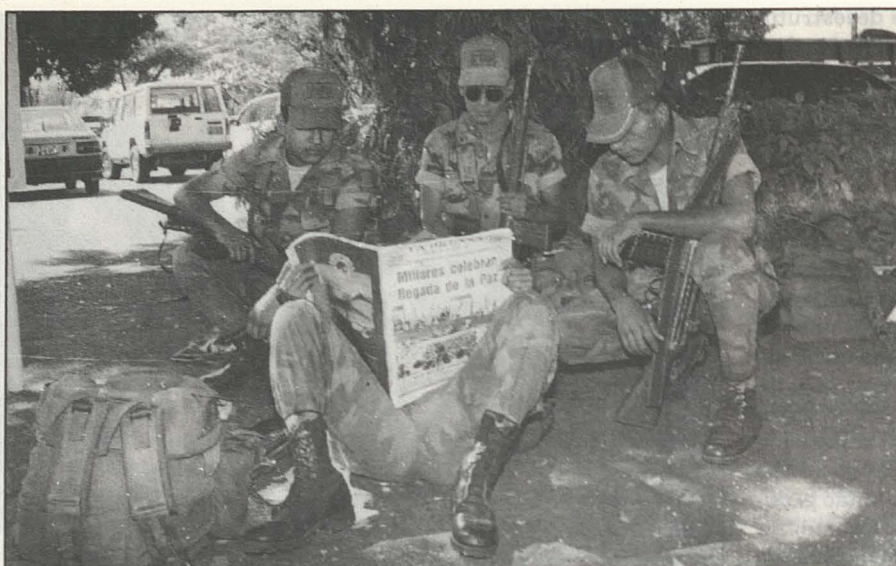
Fortalecimento da ONU – Com um orçamento de 23 milhões de dólares, a Onusol é o mais recente sinal do crescente papel político das Nações Unidas no continente americano, que teve iní-

cio em 1989 quando equipes de observadores foram enviadas à Nicarágua para levar a cabo, pela primeira vez, a missão de monitorar eleições em um país soberano. Logo depois, um pedido formal foi feito à ONU por presidentes da América Central no sentido de desarmar os *contras* e outros grupos financiados pelos Estados Unidos para sufocar movimentos de insurreição ou desestabilizar governos legitimamente constituídos, como ocorreu na Nicarágua.

Caso a Onusol seja bem-sucedida em El Salvador, a ONU provavelmente adotará o mesmo modelo em outras regiões do mundo e reforçará seu papel na solução de conflitos civis.

Mas aqui, no centro dos acontecimentos, surge toda espécie de obstáculos. "O que é preciso – diz aos camponeses a educadora Birgit Gerstenberg – é que vocês percam o medo e nos digam o que está acontecendo. Só podemos investigar os abusos que nos forem denunciados."

Segundo os residentes, mais da me-



No futuro, os policiais militares (acima) serão substituídos por uma força civil

tade da população de La Florida resolveu não comparecer à reunião, por medo de represálias por parte do Exército. Medo que, aliás, é justificado. A maioria deles chegou a La Florida em fins da década de 80, escapando das zonas rebeldes que estavam sendo bombardeadas por aviões do governo.

Obstáculos à reconciliação – A desconfiança em relação ao Exército aumentou quando tropas do governo ocuparam as casas dos camponeses durante três dias, após uma reunião, em setembro, de representantes da Onusol com chefes guerrilheiros na aldeia.

"É difícil acreditar que os dois lados vão agora respeitar os direitos huma-

nia nacional e ameaçam comerciantes que fazem negócios com membros do órgão.

"A lua-de-mel terminou, mas sabíamos que isto aqui não iria ser um mar de rosas", diz Mario Zamorano, da missão que dirige a campanha de informações públicas da Onusol. "Estamos tentando convencer as pessoas de que devem se abraçar depois de 12 anos de guerra."

Em um posto do Exército localizado em Suchitoto, a duas horas a nordeste da capital, em uma região devastada pela guerra, outro membro da Onusol – José Morales, coronel da Polícia Civil Espanhola – procura tranquilizar 50 soldados do Batalhão Pantera, afirmando que a ONU não veio aqui para substituí-los, e sim para garantir um acordo assinado pelos próprios generais salvadorenos.

Inicialmente desconfiados, os soldados vão aos poucos fazendo perguntas. "É preciso entender que este país está a caminho da democracia – responde o coronel espanhol – e que não se reage a insultos ou a diferenças ideológicas com o argumento da força bruta."

* Editora do Pacific News Service (PNS) para a América Central

O comandante
Herson Martínez, do
Comitê Político da FMLN,
anuncia sua incorporação
à vida política



Novos horizontes em Luanda

O fim da guerra estimula a recuperação econômica deste país rico em diamantes e petróleo



Quarto maior produtor de café e diamantes do mundo, Angola começa a atrair investimentos estrangeiros. Com o acordo de paz firmado em maio passado entre o governo do Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA), comandado pelo presidente José Eduardo dos Santos, e a Unita, apoiada pelos Estados Unidos e África do Sul, criou-se um clima de entendimento.

Hoje, a atmosfera de paz faz com que os próprios países inimigos do governo de Angola durante os 16 anos de guerra estejam interessados em investir no país.

"O problema para os investidores era o risco da guerra", reconhece Maria Luisa Abrantes, diretora do Departamento de Investimentos Estrangeiros, criado há dois anos. "Com a limpeza dos campos minados e a reabertura das estradas, estamos atraindo mais empresas estrangeiras", diz ela.

Para estimular os investimentos, o governo angolano oferece taxas e impostos bastante reduzidos.

Investir na capacitação de pessoal – Na época da independência, em 1975, 90% dos angolanos eram analfabetos. Além disso, para facilitar a dominação, o colonialismo português estimulava o tribalismo e a divisão entre as diferentes etnias. Hoje, embora se faça um esforço no sentido da criação de uma identidade nacional, ainda não foi possível reverter totalmente este quadro. Assim, o governo angolano pede aos investidores estrangeiros que invistam sobretudo na capacitação e na educação dos trabalhadores locais.

Em 1990, o departamento autorizou apenas dois contratos de investimentos estrangeiros e no ano passado foram firmados 13, com empresários de Portugal, Suécia, Coreia do Sul, Espanha, França e até os inimigos do passado, África do Sul e Estados Unidos.

Estes investimentos serão realizados principalmente nas áreas de mineração, pesca, construção e agricultura. E mesmo o Japão, que nunca teve maiores laços

com Angola, tem seis projetos no departamento.

A gigantesca empresa de mineração sul-africana De Beers assinou no ano passado um contrato de 50 milhões de dólares com a Companhia de Diamantes do Estado Angolano para explorar novas reservas.

"Como a África do Sul tem progredido e está desmontando a sua legislação segregacionista, estamos permitindo que suas empresas entrem em Angola", explica Abrantes. Ela prevê que os maiores investimentos no país sejam feitos por sul-africanos.

Os EUA ainda não reataram relações com Angola, mas a Coca Cola está negociando um contrato com Luanda.

A volta dos portugueses – Os que chegam em maior número são os portugueses, esperançosos de que o conhecimento que têm de sua ex-colônia os ajude na corrida para fazer bons negócios. Quando Angola se tornou independente, em 1975, os portugueses fugiram em massa do país. Hoje, há 200

propostas de empresas portuguesas sendo examinadas pelo Departamento de Investimentos Estrangeiros.

No final de janeiro, uma missão portuguesa visitou o país para negociar a reorganização dos bancos angolanos (o Poupança e Crédito, Comércio e Indústria e Caixa de Crédito Agropecuário e Pescas). A missão portuguesa vai discutir também a dívida angolana com os bancos privados portugueses, calculada em 400 milhões de dólares.

É interessante observar que Angola é o único país africano de língua portuguesa que não tem dívida junto ao Estado português. Outros quatro países colonizados por portugueses – Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – devem ao Estado português cerca de 800 milhões de dólares.

Como parte dos esforços para a reconstrução econômica do país, recentemente a Comunidade Européia aprovou um crédito a fundo perdido de 200 milhões de dólares.



Será muito difícil para a Índia encontrar um mercado alternativo ao da ex-URSS, para quem vendia chá, café, arroz e tabaco

Tempos de mudança

I. K. Gujral*

O terremoto na antiga URSS abala todo o continente asiático, em especial a Índia, principal parceiro econômico da ex-União Soviética na região

A desintegração da União Soviética é comparável a um terremoto que provoca movimentos sísmicos também à sua volta, muitas vezes nem perceptíveis. É o que está acontecendo com os países asiáticos próximos à antiga URSS.

Desde que a Índia se tornou independente da Grã-Bretanha, em 1948, construiu-se um duradouro edifício de relações indo-soviéticas. Como parte do mesmo, a diplomacia de Nova Déli tinha consciência de que a sorte do subcontinente indiano e da Ásia central estavam historicamente vinculadas.

Antes da Revolução Russa, o impé-

rio czarista, que chegava até o rio Oxus, e o poder britânico, que brigava para expandir-se a partir da Índia, olhavam-se com hostilidade. As guerras do Afeganistão e as expedições armadas da Grã-Bretanha no Tibet pretendiam conter a ambição – tida como certa – dos czares em alcançar as “águas quentes” do Golfo Pérsico.

A revolução de Lênin deu uma nova dimensão às ansiedades do regime colonial britânico. E apesar das preocupações dos ingleses por causa da Primeira Guerra Mundial, as Forças Armadas indianas receberam a ordem de invadir o Turquestão russo.

Aqueles que participavam da luta pela independência indiana olhavam com outros olhos a Revolução de Outubro e ficaram particularmente impressionados pelas transformações sociais operadas no Turquestão russo. Por isso, a opinião pública da Índia não deu muita atenção à campanha de Stálin para eliminar os *kulaks* e os remanescentes da ordem feudal na União Soviética.

Relações econômicas em perigo – A libertação e a partilha da Índia coincidiram com o começo da Guerra Fria entre os aliados da Segunda Guerra Mundial. E enquanto a Europa ocidental se reconstruía com a ajuda dos Estados Unidos (o Plano Marshall), a

URSS desenvolveu uma gigantesca tarefa de recuperação econômica baseada nos seus próprios recursos.

Naqueles anos, a Índia desenhou sua política externa, que enfatizava a preservação de sua soberania e evitava associar-se com qualquer dos blocos rivais. Considerava-se que, se não seguisse essa linha, a nação veria comprometida sua própria liberdade de ação. Mas a política adotada pelo então secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles procurava arregimentar todos os países asiáticos, especialmente os vizinhos da URSS.

Surgiram assim alianças militares anti-soviéticas – como a Seato (Organização do Tratado do Sudeste Asiático), em 1954 e a Cento (Organização do Tratado Central), em 1955 – cujo objetivo era conter a “expansão comunista”. A resposta dos países do sul da Ásia a tais políticas foram diferentes. Enquanto o Paquistão participou com armas e bagagens de tais alianças, a Índia concentrou seus esforços na organização do Movimento Não-Alinhado (Noal).

Isto deu origem a um modelo até então desconhecido de cooperação econômica indo-soviética. Enquanto Washington puniu Nova Déli tomando partido do Paquistão, Moscou prestou assistência à Índia. Um inovador acordo comercial, que previa o pagamento

das importações da URSS em rúpias (moeda indiana), ajudou Nova Déli a construir uma impressionante infraestrutura industrial. O Tratado de Amizade e Cooperação assinado em 1971 entre a Índia e a União Soviética deu uma nova dimensão às mutuamente satisfatórias relações bilaterais.

O desenvolvimento industrial da Índia, consideravelmente ajudado por créditos soviéticos suaves e de longo prazo, expandiu muito o intercâmbio bilateral, até alcançar seu nível atual de 4,5 bilhões de dólares.

Futuro incerto – Com esse pano de fundo, é fácil entender porque a dissolução territorial e o caos econômico na URSS estão afetando de forma negativa a Índia, que atualmente compra de seu vizinho quatro milhões de toneladas de petróleo, três milhões de toneladas de produtos derivados de petróleo e grande quantidade de fertilizantes, pagos todos em rúpias. Não é difícil obter estes produtos de outros mercados, mas não é fácil contar com as divisas necessárias.

Não é segredo para ninguém que as Forças Armadas da Índia estão equipadas principalmente com armamentos soviéticos. Daqui para frente, é provável que a compra de peças de reposição seja prejudicada. A Índia poderia obtê-las na Europa ocidental, mas pagando com marcos alemães ou dólares.

As exportações da Índia à antiga URSS chegavam a 2,5 bilhões de dólares por ano e estavam compostas por uma grande variedade de produtos que



Desde antes do governo de Indira Gandhi, a Índia tinha laços estreitos com a URSS

incluem chá, café, fumo, arroz e outros bens de consumo. E a crise veio num momento em que as exportações são de vital importância para a Índia. Será muito difícil encontrar um mercado alternativo para estes produtos.

A dissolução da URSS, além de implicar o enfraquecimento de um poderoso rival, serve aos objetivos das potências ocidentais. A penetração no vasto mercado soviético agora se torna fácil. A parte européia deste país deverá ser convertida em um sócio minoritário da projetada Nova Ordem Mundial, ao mesmo tempo em que as repúblicas situadas na Ásia serão manipuladas

para responder aos interesses do Ocidente no Oriente e no sudeste asiático.

Maus presságios – Estes fatos trazem maus presságios para a Índia, para quem a evolução nas repúblicas centrais da antiga URSS é de interesse vital. O regime de base dogmática que implantou-se ali, quaisquer que fossem as suas deficiências, havia modernizado uma sociedade medieval. A reversão deste processo promoverá o fundamentalismo e desencadeará entre estas repúblicas guerras civis que podem se projetar obscuramente sobre o subcontinente indiano e a Ásia meridional em sua totalidade.

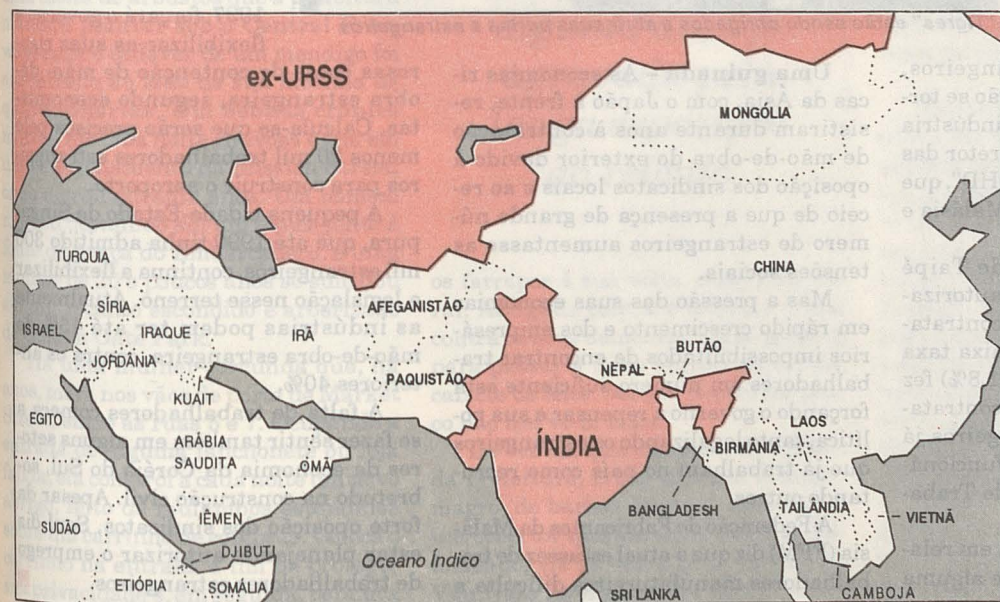
Por outro lado, uma estrutura de poder mundial unipolar se verá tentada a pressionar a Índia em relação a temas como o Tratado de Proliferação Nuclear, a tecnologia de mísseis, a questão de Cachemira e dos direitos humanos etc. O FMI já está sendo utilizado para reclamar reduções nos gastos de defesa, a abertura de mercados internos e a aceitação das reivindicações ocidentais sobre direitos de propriedade intelectual e patentes.

A sorte do Afeganistão tem sido sempre de vital importância para a Índia. A nova situação dominante na antiga URSS tem levado a que, de fato, tenha desconhecido seus compromissos militares com o regime de Kabul e é difícil prever a evolução dos acontecimentos. Terá que se ver se Washington estimulará os setores fundamentalistas dos *mujahedines* ao assumir o governo de Kabul ou promoverá uma coalizão de elementos moderados.

Será necessário observar também o curso futuro dos fatos nas repúblicas da Ásia central e em tudo que concerne aos movimentos fundamentalistas e secessionistas no Paquistão e na própria Índia.

Neste momento, a situação predominante nas ex-repúblicas asiáticas da União Soviética é sumamente fluida e exige da Índia, além de iniciativas, uma atenta vigilância diplomática.

*I. K. Gujral foi ex-ministro das Relações Exteriores da Índia (1989-90) e embaixador na União Soviética (1975-80)



Mão-de-obra escassa

A necessidade de contratar trabalhadores estrangeiros para manterem seu ritmo de crescimento obriga os "Tigres Asiáticos" a flexibilizar suas leis migratórias

Leah Makabenta

A medida que as suas economias avançam, os "Tigres" da Ásia se vêem obrigados a abrir suas portas a trabalhadores estrangeiros para manterem o seu crescimento.

Desde obras de construção em Taipé (Formosa) a plantações de borracha na Malásia, uma escassez de mão-de-obra qualificada cria dores de cabeça a empresas e indústrias, e suscita dúvidas sobre a capacidade destes países de manter as elevadas taxas de crescimento dos últimos dez anos.

Na Malásia, onde os empregos nas plantações já não atraem a mão-de-obra local, está em marcha uma ação de recrutamento de trabalhadores estrangeiros para salvar a indústria. "Não queríamos trabalhadores estrangeiros, mas diante da situação, eles vão se tornar um dado permanente da indústria local", disse Bryan Cooper, diretor das agências de plantação "SDN BHD", que administra 65 plantações na Malásia e Indonésia.

Em outubro, o governo de Taipé anunciou ter sido concedida autorização às empresas locais para contratarem 15 mil estrangeiros. A baixa taxa de desemprego em Formosa (1,8%) fez com que a proibição no país à contratação de trabalhadores estrangeiros já não seja realista, segundo um funcionário do Conselho de Assuntos de Trabalho de Formosa.

A flexibilização da política em relação aos estrangeiros aliviou de alguma

forma a situação de milhares de trabalhadores de países asiáticos pobres. Devido às restrições impostas à mão-de-obra estrangeira nos seus vizinhos mais prósperos, eles se viram obrigados a trabalhar ilegalmente, sujeitos ao abuso e exploração. Só no Japão, o número de trabalhadores ilegais oscila entre 100 mil e um milhão.



Os "Tigres" estão sendo obrigados a abrir suas portas a estrangeiros

Uma guinada - As economias ricas da Ásia, com o Japão à frente, resistiram durante anos à contratação de mão-de-obra do exterior devido à oposição dos sindicatos locais e ao receio de que a presença de grande número de estrangeiros aumentasse as tensões sociais.

Mas a pressão das suas economias em rápido crescimento e dos empresários impossibilitados de encontrar trabalhadores em número suficiente está forçando o governo a repensar a sua política, tanto legalizando os estrangeiros que já trabalham no país como recrutando outros.

A Federação de Fabricantes da Malásia (FFM) diz que a atual escassez de trabalhadores manufatureiros dificulta a

expansão da industrialização do país.

Algumas firmas simplesmente não podem funcionar nos três turnos por falta de trabalhadores, segundo James Alfred, presidente do Comitê Assessor de Recursos Humanos da FFM, que calcula faltarem no setor cerca de 80 mil trabalhadores.

Os investidores estrangeiros na Malásia, principalmente Formosa, Japão e Comunidade Européia, advertiram que a menos que se tomem medidas para resolver o problema, muitas das suas indústrias, a maioria de base agrícola, deverão transferir-se para outros países.

O governo da Malásia iniciou o processo de legalização dos trabalhadores estrangeiros na lavoura e na construção e está estudando medidas de flexibilização semelhantes para a indústria de transformação, hoteleira e afins. De acordo com as estimativas, há cerca de 100 mil trabalhadores ilegais no

país, a maioria oriunda da Indonésia, Tailândia e Bangladesh.

Empresas de Formosa afirmam necessitar de cerca do dobro da cota inicial de 15 mil trabalhadores estrangeiros aprovada pelo governo. Em Formosa há pelo menos 20 mil trabalhadores ilegais.

Mudar as leis - O novo aeroporto de Hong Kong, cuja construção deverá terminar em 1997, forçará o governo a flexibilizar as suas rigo-

rosas cotas de contenção de mão-de-obra estrangeira, segundo economistas. Calcula-se que serão precisos pelo menos 20 mil trabalhadores estrangeiros para construir o aeroporto.

A pequena cidade-Estado de Singapura, que até 1990 tinha admitido 300 mil estrangeiros, continua a flexibilizar a legislação nesse terreno. Atualmente as indústrias podem ter até 45% de mão-de-obra estrangeira, contra os anteriores 40%.

A falta de trabalhadores começa a se fazer sentir também em alguns setores da economia da Coreia do Sul, sobretudo na construção civil. Apesar da forte oposição dos sindicatos, Seul diz estar planejando autorizar o emprego de trabalhadores estrangeiros.



Nova Iorque: um sem-teto, expulso pela polícia do lugar em que vivia, junta seus pertences em três carrinhos de supermercado

Cemitério de sepulturas anônimas

Bill Kisliuk*

Venho trabalhando há três anos na cobertura do problema dos sem-teto de São Francisco, e hoje a cidade me parece um cemitério de sepulturas sem nome.

Diariamente, passo de carro por uma moita de arbustos que a prefeitura mandou plantar sob o Central Freeway, onde o cadáver de um mendigo foi encontrado ao lado de sua mochila de quinquilharias. Um bêbado crônico morreu em uma noite chuvosa e fria em um estacionamento da Mission Street, onde morou durante anos. Um homem morreu dormindo em um banco junto à fonte da praça do Embarcadero, e uma mulher de 20 e poucos anos se suicidou em um recanto escondido e arborizado do Golden Gate Park.

Há uma mulher corcunda que, há anos, mora nos vãos de porta de Market Street, entre as ruas 5 e 7. Ocupando a entrada de alguma lanchonete ou loja falida, ela constrói a cada noite um novo abrigo, feito de mulambos estendidos sobre um carrinho de compras. Coloca o carrinho na entrada a fim de proteger sua privacidade e, em seguida, pendura

*Dia sim, dia não,
uma pessoa que
não tem onde
morar morre em
São Francisco de
alguma doença
agravada pela
longa exposição
ao relento*

os farrapos à sua volta, como num varal. Abrigada contra o tempo e talvez contra os seus demônios, ela se prepara para passar a noite enroscada em um caixote de leite. Sei que dentro em pouco não irei vê-la mais.

De vez em quando, perto do edifício da prefeitura, cruzo com um velhinho magro, de barbas brancas, envolto em um cobertor que lhe serve de capa. Esfomeado, ele às vezes pede esmola na Van Ness Avenue ou na Civic Center

Plaza. Certa vez, me disse que passa a noite no playground de uma escola pré-primária, localizada a cinco quarteirões da prefeitura. Vez por outra, chega uma professora que o acorda carinhosamente e lhe oferece alguma fruta. Ele não come a fruta porque lhe faz mal ao estômago. A única coisa que consome é vinho, embora saiba que o álcool vai terminar matando-o. "Já não tenho mais salvação", diz ele.

Morte pelo frio - Quando o tempo esfria em São Francisco ou uma tempestade desaba sobre o norte da Califórnia, muita gente morre na rua. Ontem, vi um pobre tremendo de frio em uma esquina da Minna Street; não deve ter sobrevivido à temperatura da noite passada. Certa vez, telefonei à polícia para avisar que havia alguém caído no meio-fio, na rua O'Farrell, com a cabeça na sarjeta. De outra vez, estendi um pulôver sobre um corpo agachado num vão de porta. Três horas depois, a mulher continuava ali, imóvel.

Tenho visto pessoas que não têm onde morar e que caminham à noite pelas ruas para se aquecerem, para se manterem vivas. Pela manhã, ao longo

da Golden Gate Avenue, vejo seus corpos estendidos em baixo das marquises. Muitos estão enrolados em cobertores; outros dormiram apenas com a roupa do corpo, em posição fetal ou contorcidos, como se tivessem sido vítimas de morte violenta. Às vezes, alguém procura abrigo entre as colunas romanas da fachada da Associação Cristã de Moços, protegido contra o vento gelado. Quanto mais escondidos, melhor.

Muitos desabrigados passam seus dias no Parque Boeddeker, no bairro de Tenderloin, ou nos becos e esquinas abandonadas da cidade velha, à beira-mar. Quem se der ao trabalho de falar com eles, ouvirá a história de como foram parar ali.

Insensibilidade social - Certo dia, encontrei um velho sentado em cima de um caixote de leite onde guardava suas posses. Durante anos, tinha trabalhado como operário de uma indústria madeireira do Colorado; depois, perdeu o emprego e o contato com a família. Barbudo e maltrapilho, parece um mendigo das fábulas de Dickens, embora tenha apenas pouco mais de 40 anos.

E há também uma mulher de apenas 30 anos, mas com cicatrizes nos braços e nas mãos, que caminha com dificuldade, falando, em voz rouca e cansada, de que seria capaz de ir para a cama com um desconhecido, somente para encontrar abrigo por uma noite.

Nos últimos seis anos, todo mês de dezembro, um jornal de bairro, o *Tenderloin Times*, publica uma relação de mendigos mortos, revelando como morreram. As reportagens são, às vezes, reproduzidas pelo resto da imprensa ou mencionadas na TV, geralmente em meio a notícias da chegada de um Papai Noel sorridente ou de membros do Exército da Salvação que vão alimentar os pobres.

Um dos motivos pelo qual a existência dos sem-teto é um problema de solução tão difícil nos Estados Unidos é que os norte-americanos não conseguem imaginar-se refletidos nos olhos das centenas de milhares de mendigos deste país. Para muitos, é inconcebível que eles e seus parentes possam um dia vir a morrer nas ruas, como os desabrigados da sociedade mais rica do mundo.

* Pacific News Service. O repórter Bill Kisliuk é colaborador do *The Tenderloin Times*, que publica um levantamento da taxa de mortalidade da população pobre de São Francisco.

O drama das cidades pequenas



A maior oferta de emprego nas grandes cidades contribui para esvaziar as do interior

Apesar do êxodo rumo às metrópoles, as pequenas cidades norte-americanas tentam sobreviver e manter seu estilo de vida onde predomina o espírito comunitário

George Rebeck*

De vez em quando, nos Estados Unidos, uma revista de circulação nacional ou jornal de cidade grande publica um artigo compassivo e indulgente sobre "o desaparecimento das cidadezinhas do interior". Intencionalmente ou não, esses artigos tendem a reforçar certos mitos ingênuos a respeito das cidades pequenas, mitos que tornam mais difícil compreender o que realmente são essas comunidades, quais os seus problemas e virtudes, e o motivo pelo qual elas são tão necessárias ao país.

"Para os cidadãos das grandes metrópoles", diz Ken Munsell, diretor executivo do Small Town Institute, de Ellensburg, Washington, "todas as cidades do interior são iguais. No entanto, uma pequena vila industrial de New Hampshire é muito diferente de uma cidadezinha mineira do Colorado ou de uma comunidade agrícola do Mississippi".

O instituto, que publica uma revista bimensal com o nome de *Small Town*, estuda e divulga informações sobre a vida nas cidades do interior norte-americano. Cada cidade pequena, diz Munsell, tem suas características próprias. "Até mesmo duas cidades vizinhas são, às vezes, completamente diferentes."

Esvaziamento econômico - Segundo recente pesquisa de opinião pública, três entre quatro norte-americanos dizem preferir viver em uma cidade pequena. Afirmam isso, mas hesitam em fazer a mudança. O número de março de 1991 do *American Demographics* revelou que três entre quatro norte-americanos residem em áreas metropolitanas e, desses três, dois moram em subúrbios ricos. De modo geral, o número de residentes rurais, em comparação com a população total dos Estados Unidos, continua a diminuir.

Por que essa discrepância? É verdade que a criação de empregos nas zonas rurais é bem mais lenta que nas zonas urbanas. A cultura norte-americana é dominada pelas cidades grandes, com o seu dinheiro e os seus meios de comunicação de massa.

Mas é provável que o verdadeiro motivo tenha raízes mais profundas. Há muitos anos, livros como *Main*

Street, de Sinclair Lewis, ajudaram a criar, em relação às cidades do interior, uma imagem de vazio cultural e fofoca - imagem que ainda hoje permanece no espírito do público. Os norte-americanos podem gostar da vida comunitária, mas ainda apreciam o nosso intenso estilo de vida urbana - e nossa privacidade.

Emenda pior que o soneto - Alguns dos remédios propostos para as dificuldades das cidades pequenas podem matar o paciente. Um dos tipos identificados por Munsell é o "desenvolvimentista", que vive a falar em "progresso" e "crescimento". "Pessoas desse tipo - diz Munsell - esquecem que a cidadezinha não vai indo tão mal assim. 'Progresso', para elas, geralmente significa uma população maior, maior número de lanchonetes e estradas mais largas."

A atitude do desenvolvimentista traz para a cidade toda espécie de presentes de grego. Um dos erros cometidos por muitas cidades pequenas é a tentativa de atrair novas indústrias. "O resultado - diz Bowermaster - costuma ser uma enxurrada de concessões, como incentivos fiscais, doação de terrenos, edifícios e até mesmo dinheiro em espécie. Em certos casos, indivíduos oportunistas se estabelecem na cidade, aceitam todas as vantagens oferecidas e, alguns anos depois, mudam-se para outra localidade que lhes faça uma oferta melhor."

Thomas Rawls, ex-editor da revista *Harrowsmith Country Life*, descreve em seu livro *Small Places* outro tipo de praga que costuma atacar as cidades pequenas: o morador da cidade grande que procura lugares pitorescos para consumi-los. "São pessoas que chegam com dinheiro no bolso - diz Rawls na introdução do livro - e usam-no para transformar a pequena cidade rural em novo centro residencial para ricos: melhores escolas, estradas asfaltadas, terrenos valorizados que passam a pagar mais imposto. Dentro em pouco, os cidadãos locais não poderão mais se dar ao luxo de viver ali."

E há também o "vírus das cadeias de lojas". Uma nova loja estabelece-se na cidade. Atraído por sua aparência "moderna", pelas marcas novas de mercadorias e pelos preços mais baixos, o dinheiro local vai passando para as mãos da cadeia nacional e dei-

xando os comerciantes locais a ver navios. Dentro de um ano ou dois, a nova loja consegue esgotar grande parte do valor comercial da cidade.

Para a economia desta última, o efeito é devastador. "Os comerciantes locais terminam fechando as portas", diz Munsell. "E, quando isso acontece, os contadores se mudam, os advogados se mudam, porque esses comerciantes usam serviços locais", ao passo que as cadeias de lojas utilizam serviços centralizados na metrópole. O que antes era uma boa profissão passa a ser uma atividade mal remunerada. "Pouco a pouco, tudo o que contribui para o senso de comunidade vai sendo destruído."

Munsell acredita que é esse senso de comunidade, e não o tamanho da população, que "define" a cidade pequena. "Senso de comunidade significa que as pessoas passam a conhecer os seus vizinhos e a interagir constantemente com eles. E isso tem o seu lado bom e o seu lado mau." O lado mau, naturalmente, costuma ser a perda da privacidade. Mas o lado bom, diz ele, "é a participação, o interesse, a solidariedade que não se tem em uma cidade grande".

Maior participação e mais solidariedade - Embora ofereçam essas vantagens, as cidades pequenas continuarão a sofrer pressão cada vez maior nos próximos anos. Ainda assim, Munsell está convencido de que elas sobreviverão. O que é preciso, diz ele, não é desenvolvimentismo, e sim liderança - essa força que vem de pessoas interessadas no lugar onde moram e que estão dispostas a preservá-lo. Os programas de assistência estadual e federal ajudam, mas somente quando não interferem com o modo de vida da cidade. Diz Munsell: "A melhor solução é, quase sempre, o controle local."

Por que é preciso salvar as cidades pequenas? Certamente não para transformá-las em "peças de museu", diz Munsell, mas sim porque são comunidades vivas e ativas, capazes de oferecer solidariedade e participação. Nem todo mundo se adaptaria a elas, mas até mesmo os que preferem morar em cidades grandes podem aprender muita coisa com o estilo de vida que prevalece nas cidades do interior.

* Reproduzido do *Utne Reader*, novembro/dezembro 1991.



Doloroso testemunho

Um catedrático africano mostra como foi vítima do crescente racismo europeu quando viajou à Espanha para participar de um seminário de direitos humanos

Kempton Makamure*

Antes mesmo de partir do Zimbábue para uma viagem de trabalho de cinco semanas na Europa, já estava preocupado com o tratamento que receberia dos funcionários da alfândega. Minha angústia era consequência de uma má experiência que tive no aeroporto de Nice, França, em 1989, onde cheguei em um avião no qual era o único passageiro negro.

Naquela época, a conferência que motivou minha viagem ia se realizar na vizinha cidade italiana de San Remo. Todos os passageiros brancos puderam atravessar a fronteira sem serem incomodados. Comigo foi diferente. Apesar de estar vestido de uma maneira formal, os funcionários da alfândega me levaram para uma sala onde meus objetos pessoais foram espalhados em uma mesa sem a menor consideração,

além de terem revisado a minha bagagem – e a mim – completamente.

Senti-me humilhado pelo tratamento obviamente discriminatório que me deram. Quando cheguei a San Remo, descobri que todos os delegados africanos haviam recebido um tratamento parecido das autoridades francesas na fronteira.

Durante minha recente viagem à Europa, o pior tratamento que recebi foi em Barcelona, na Espanha. Aparentemente porque não era norte-americano nem escandinavo, me pediram que fizesse uma fila para pessoas do Terceiro Mundo, enquanto os colegas do Primeiro Mundo eram gentilmente enviados para postos de controle reservados para cidadãos da Comunidade Econômica Européia (CEE).

Protesteí diante dos funcionários, mas eles insistiram em que eu voltasse à fila dos terceiro-mundistas. Me ne-

guei, acrescentando que as leis internacionais me amparavam, e lhes pedi que cancelassem meu visto, já que tinha uma passagem de volta a meu país.

Ironicamente, estava na Espanha para participar de uma conferência sobre direitos humanos. Embora depois de muitas discussões tenham me deixado passar, a fila de terceiro-mundistas continuava ali e as circunstâncias fizeram com que fosse difícil para mim sentir-me uma pessoa de sorte.

Para ser justo, devo destacar que fui tratado com respeito pelos funcionários da Dinamarca, Holanda e Suécia, mas não pelos da Grã-Bretanha, que levaram tempo demais estudando meu passaporte apesar de eu estar apenas em trânsito.

A situação que enfrentamos nós, os viajantes negros, foi resumida por um professor holandês, que me disse evitar sempre as filas em que há pes-

soas de cor porque sabe que "andam muito devagar".

Respeito aos direitos humanos?

Como se explica esse comportamento dos europeus em uma época em que sua política externa está supostamente inspirada nas melhores intenções democráticas e de respeito aos direitos humanos?

Uma explicação foi oferecida pelo colunista William Pfaff no *International Herald Tribune*. Pfaff lembra que o ex-presidente francês Giscard d'Estaing qualificou a imigração de cidadãos não-brancos como "uma invasão" e pediu que se desse a cidadania francesa baseada apenas nos laços sanguíneos e não no local de nascimento (ver **cader-nos do terceiro mundo**, nº 146: "O ovo da serpente"). Tal medida garantiria, sem dúvida, que a França continuasse sendo um país de brancos.

Pfaff assinala que o mesmo movimento que na França procura expulsar os negros — especialmente os oriundos da chamada "África subsariana animista" — também é forte na Itália, Alemanha, Espanha, Grã-Bretanha e até, surpreendentemente, nos países nórdicos.

Pfaff sintetiza a posição da Europa em torno dos imigrantes da raça negra com as seguintes palavras: "Os alemães de cabeça raspada (*skinheads*), as forças políticas que promovem a exclusão e o racismo na Europa mediterrânea e inclusive na Escandinávia demonstram que há um limite social e político na disposição dos europeus em aceitar uma nova imigração maciça."

Incoerência histórica — O que diz Pfaff pode ser uma correta observação sobre os conceitos subjetivos do europeu comum que vê o mundo através de um prisma sumamente estreito e chauvinista. Mas não é convincente em termos históricos, práticos e humanísticos.

Do ponto de vista histórico, a Europa não tem direito a questionar a imigração de outros povos a seu território. Ao longo dos séculos, a Europa exportou mais gente que nenhum outro continente — e da forma mais selvagem — exterminando em muitos casos as populações autóctones.

Se considerarmos de um ponto de vista prático, o movimento rumo ao Norte foi causado pela transferência desproporcional de recursos da África e

Um jovem alemão faz a saudação nazista em frente à prisão de Spandau, onde ficou preso desde o final da Segunda Guerra Rudolf Hess, lugar-tenente de Adolf Hitler

América Latina para a Europa, Estados Unidos e Japão. Os imigrantes sempre buscam as regiões prósperas e que oferecem melhores oportunidades econômicas.

As relações comerciais Norte-Sul são cada vez mais injustas. Enquanto a Europa continuar comprando barato da África e lhe vendendo produtos caros, fica difícil ver como a África fará para acumular excedentes que possa investir em seu desenvolvimento econômico.

Também custa imaginar como a África poderá competir quando não tem controle sobre os preços de seus próprios produtos. Ou como fará para que suas economias se desenvolvam com todo o dinheiro que deve à Europa e Estados Unidos. Dinheiro este cobrado com taxas de juros extorsivas que transformam os credores em "agiotas internacionais".

Medidas draconianas — Nas atuais circunstâncias, a Europa pode e deve esperar que os africanos desesperados pela sua situação econômica continuem tentando imigrar para aquele continente.

Os governos europeus se equivocam ao tentar frear a imigração de africanos tomando medidas draconianas para fazer frente a uma situação que responde a motivos econômicos e pode ser resolvida por meios econômicos. A Europa deve enfocar o problema da imigração apoiando com maior determinação o desenvolvimento econômico da África e tomando as medidas necessárias para pôr fim à transferência maciça e imoral de recursos do Terceiro Mundo à Europa, Japão e EUA.

Os europeus e seus governos cometem um grave erro político ao se opor à imigração de pessoas da raça negra. Com tais atitudes, constituem e comprometem seriamente suas tradições democráticas.



Dar um tratamento diferente a um ser humano baseado na cor da sua pele é o pior que pode ocorrer a uma democracia. Quando se chega a este ponto, a democracia desaparece e os seres humanos começam a se comportar como animais. Não há uma verdadeira democracia onde existe racismo — e nenhuma forma de racismo é justificável.

O chamado Tratado de Schengen e outros instrumentos que estão sendo elaborados com o objetivo de deter a imigração de negros para a Europa negam totalmente o conceito de democracia europeia. Têm, além disso, consequências internas para suas populações e para os negros que são cidadãos de países europeus. Criam profundos complexos psicológicos nas populações de cor e estimulam a convicção entre os europeus brancos de que o racismo tem uma justificativa.

As legislações racistas rebaixam e desumanizam a mente europeia. Por isso, devem ser consideradas inaceitáveis sob qualquer circunstância por todos os que desejam o progresso da civilização em benefício da paz. ■

* Kempton Makamure é o decano da Faculdade de Direito da Universidade do Zimbábue



A imprensa norte-americana aceitou fazer o jogo do governo e dos militares na guerra

ESTADOS UNIDOS Imprensa submissa

Passado mais de um ano do fim da guerra do Golfo, um estudo divulgado nos Estados Unidos promete reabrir as cicatrizes deixadas pela intervenção militar norte-americana naquela região.

O estudo, divulgado pelo Centro de Integridade Pública, critica a atuação dos grandes meios de comunicação durante o conflito, acusando-os de uma clara submissão aos interesses do governo norte-americano.

Assinado por Jacqueline Sharkey, premiada jornalista, ex-editora do *Washington Post* – o trabalho se baseou em entrevistas com funcionários do Pentágono e em centenas de documentos militares.

Segundo Sharkey, os meios de comunicação são culpados, em grande medida, pela forte censura às informações transmitidas ao mundo sobre a guerra do Golfo. “Eles toleraram o sistema de *pool*, que garantiu o controle do

Pentágono sobre o que os repórteres viam. E não só cooperaram com esse sistema, como denunciaram jornalistas que tentaram trabalhar por conta própria”, afirma.

O documento critica também a autocensura de alguns órgãos. Como exemplo, cita a decisão de um editor da agência AP de não transmitir a imagem de um cadáver iraquiano carbonizado, por considerá-la “demasiado sangrenta”. Para a autora do estudo, atitudes como esta contribuíram para dar a visão “higiénica” do conflito que desejava o governo de George Bush.

O documento afirma também que a imprensa em geral aceitou as estatísticas exageradas do Pentágono sobre o êxito de seus sistemas de armas. “Muitos jornalistas repetiram as afirmações do Pentágono de que a ‘taxa de êxito em lançamentos’ do míssil *Tomahawk* foi de mais de 95%.” Só depois da guerra se esclareceu que a frase significava ape-

nas que o míssil tinha sido disparado sem problemas.

Da mesma forma, os meios de comunicação em geral não questionaram os comunicados emitidos pelo Departamento de Estado, quando elogiava o sistema antimísseis *Patriot* por interceptar mísseis *Scud* iraquianos sobre a Arábia Saudita e Israel. Hoje, afirma a jornalista, já há fortes indícios para se chegar à conclusão de que os *Patriots* raramente destruíram as ogivas dos *Scuds*.

O estudo critica ainda o fato da imprensa ter utilizado vídeos do Pentágono mostrando bombas “inteligentes” que sempre acertavam no alvo. Sharkey lembra que só depois do fim da guerra, a Força Aérea reconheceu que menos de nove por cento das bombas foram lançadas por sistemas “inteligentes”, enquanto que as restantes – mais de 75.000 toneladas – não tinham mecanismos de precisão.

Mas para a jornalista o maior responsável pelas distorções da cobertura da guerra do Golfo foi o próprio governo norte-americano. Segundo ela, os esforços do presidente Bush para controlar o que o público norte-americano e por extensão do mundo inteiro via nas televisões incluiu uma campanha de dez milhões de dólares realizada pela empresa de relações públicas *Hill & Knowlton*, a maior de Washington.

Além disso, prossegue o estudo, o Pentágono ofereceu ajuda às produtoras que desejassem dar uma boa imagem da intervenção militar norte-americana, autorizando-as inclusive a filmar em áreas proibidas e fornecendo assistência técnica para editar as gravações. Em contrapartida, repórteres que escreveram artigos críticos ou se queixaram da censura receberam advertências de que seu futuro acesso às tropas seria limitado.

URUGUAI

Pela quinta vez desde a posse do presidente Luis Alberto Lacalle, os uruguaios realizaram uma greve geral, que contou com o apoio maciço da população.

Organizada pela Central Única do Plenário Intersindical dos Trabalhadores (PIT-CNT), a paralisação atingiu desde fábricas, repartições públicas e bancos até cinemas e teatros. Os jornais também não saíram às ruas. Só os hospitais,

refinarias e alguns centros estratégicos mantiveram as portas abertas, enquanto que o porto e aeroporto da capital, Montevideu, reduziram ao mínimo suas atividades. A greve geral ocorre um mês após uma paralisação parecida por melhoria nos salários. Desta vez, o protesto se concentrou na rejeição ao aumento salarial de 12% para os funcionários públicos e às medidas de privatização de empresas públicas. A greve, entre outros motivos, colaborou para derrubar todo ministério do presidente Lacalle.

VENEZUELA

Um alerta

Assentada a poeira do golpe que tentou derrubar o presidente Carlos Andrés Pérez no início do mês, políticos e dirigentes tratam agora de explicar as causas do levante e prever suas implicações não só para a Venezuela, como para o continente em geral. O primeiro fato que chamou a atenção foi a magnitude do golpe. Foram presos 135 oficiais e 956 soldados de seis batalhões sublevados em quatro cidades diferentes.

Mas, o que talvez mais tenha surpreendido é que a interferência militar com a justificativa de curar os problemas nacionais — uma experiência comprovadamente fracassada em todo o continente — tenha voltado a aparecer justamente na até então mais estável democracia sul-americana.

Sem dúvida, havia fatores que, em parte, explicavam o descontentamento rei-

nante entre certos setores das Forças Armadas venezuelanas. De uma forma velada — e às vezes nem tanto — os militares já tinham deixado claro o seu repúdio ao rumo das negociações oficiais com a Colômbia sobre a delimitação do golfo da Venezuela, onde se encontram as principais jazidas de petróleo do país. Também haveria descontentamento sobre a forma como estava sendo levada adiante a defesa das fronteiras, no que se refere à invasão de garimpeiros de outros países, principalmente do Brasil.

Mas, o principal combustível que alimentou os golpistas foi de fato a crise econômica. O próprio ministro da Defesa, general Ochoa Antich, reconheceu que os oficiais rebeldes tinham “excelente trajetória militar” e que, sem dúvida, “o estado da economia do país criou e influenciou uma situação nos quadros das Forças Armadas”.

Tão logo tomou posse, em 1989, o presidente Carlos Andrés Pérez adotou um rigoroso programa de ajuste econômico, seguindo a receita do Fundo Monetário Internacional. Não demorou nem um mês para que a receita neoliberal provocasse uma violenta onda de protestos, com um saldo de 300 mortos.

Desde então, a situação social se agravou. Embora tenha reduzido a inflação e aumentado o Produto Interno Bruto (como resultado da subida dos preços internacionais do petróleo), o modelo neoliberal fez crescer o desemprego, achatou os salários (quase a metade dos trabalhadores ganha pouco mais de 100 dólares por mês, comendo apenas uma vez ao dia) e fez proliferarem os ranchos (favelas) pela capital.

A direta relação entre o golpe e a receita fundo-mone-



A polícia venezuelana em ação

tarista foi colocada no mesmo dia da intenciona pelo senador e ex-presidente Rafael Caldera, que fez um dramático apelo ao FMI e credores internacionais: “O responsável por isso é a pressão que nossos países estão sofrendo para pagar a dívida externa”. Em uma advertência a todos os governos que estão adotando o mesmo modelo, o senador afirmou que “o que aconteceu aqui pode ocorrer em qualquer outro país da América Latina”.

EL SALVADOR

Dois anos depois do assassinato de seis sacerdotes jesuítas e dois assistentes em San Salvador, dois militares foram condenados a 30 anos de prisão pelo crime.

A sentença ratificou uma anterior emitida em setembro passado, quando um júri popular considerou Ricardo Benavides, ex-chefe da Escola Militar, culpado pelo múltiplo crime, e o seu assistente, Yushy Mendoza, responsável por uma das mortes.

O juiz encarregado do caso, Ricardo Zamora, condenou ainda a três anos de prisão o tenente-coronel Camilo Hernández “por encobrir e destruir provas documentais”. Outros dois tenentes receberam a mes-

ma punição por planejarem atos terroristas.

Segundo a resolução do juiz, os cinco militares serão despojados de seus direitos civis e declarados incapazes de exercer cargos públicos até que sejam expressamente reabilitados por uma autoridade competente.

Benavides e Mendoza não poderão se amparar na lei de anistia aprovada pela Assembleia Legislativa, que abrange todos os implicados em delitos políticos cometidos nos quase 12 anos de guerra civil. A anistia exclui os condenados por júris populares e os responsáveis por crimes de grande repercussão, que serão investigados pela Comissão Verdade, integrada por três personalidades estrangeiras.

CHILE

Uma comissão formada por juristas de vários países determinou que o Chile pague uma indenização de 2,6 milhões de dólares aos parentes do ex-chanceler Orlando Letelier e sua assistente norte-americana Ronnie Moffit, assassinados em 1976, em Washington, por ordem do ditador Augusto Pinochet.

Um juiz civil concluiu em dezembro o sumário do processo onde estão sendo acusados de planejar o atentado o general reformado Manuel Contreras — responsável na época pela Direção de Inteligência Nacional (Dina), o serviço secreto da ditadura chilena — e o brigadeiro Pedro Espinoza. Mas a sentença ainda não foi dada. Desde fins de dezembro, os dois militares estão em liberdade sob fiança.

O governo chileno se mostrou satisfeito com a decisão da comissão, enquanto que o deputado socialista Juan Pablo Letelier, filho do ex-ministro, afirmou que o mais importante foi ter sido reconhecida a responsabilidade do Estado chileno no ato terrorista cometido em Washington por agentes da ditadura.

ÁFRICA DO SUL Acordo multirracial

As estruturas criadas pelos brancos sul-africanos para dividir os negros ficaram tão arraigadas que agora, quando elas não interessam mais aos próprios brancos, os problemas continuam.

Um acordo entre o governo de De Klerk e o Congresso Nacional Africano, liderado por Nelson Mandela, para reduzir a violência foi obtido no final de janeiro, mas o partido Inkatha, organização negra que apóia o governo e se opõe ao CNA, negou-se a firmá-lo.

O Inkatha alega que só assina o documento para acabar com os conflitos que já mataram milhares de pessoas em choques entre grupos negros de etnias e ideologias diferentes se o CNA desmobilizar seu braço armado, o Umkhonto We Sizwe. O acordo cria a figura de um juiz militar independente encarregado de investigar

denúncias contra a polícia sul-africana e um conselho de defesa multipartidário, para tratar da política militar.

Numa demonstração das dificuldades da pacificação, a imprensa revelou que, dois meses depois de o governo suspender a proibição ao funcionamento de organizações políticas no país, a polícia elaborou um sofisticado plano contra o CNA. O plano revela que os serviços de segurança espionavam cerca de 300 mil cidadãos e 9 mil organizações.

O ex-integrante do comitê central do Inkatha, Mbongani Khumalo, revelou que a polícia do governo branco tinha uma ligação direta com a organização. Ele informou a um jornal local que a polícia mantinha organizações destinadas a treinar militantes do Inkatha para fortalecer a organização de modo que ela pu-

desse suplantiar o CNA. Militantes receberam, inclusive, instruções militares em massa pouco antes da violência começar, em 1990. Ele revelou ainda que centenas de quadros do Inkatha foram treinados, com dinheiro da polícia branca, em Israel e na Namíbia, quando ainda estava ocupada pelos sul-africanos.



A rivalidade entre os grupos negros tem sido explorada pelos brancos da África do Sul

CONGO

O alto comando do Exército depôs o primeiro-ministro do Congo, André Milongo, e pediu ao Conselho Superior da República que nomeie um novo primeiro-ministro. Partidários de Milongo protestaram nas ruas e prometeram resistir. A crise instalou-se, no final de janeiro, neste país produtor de petróleo do centro-oeste africano, com 2,3

milhões de habitantes e a mais alta densidade demográfica da região. Os militares acusaram Milongo de incompetente e comprometeram-se a garantir a transição para um governo democrático. André Milongo rejeitou as acusações e teria se refugiado no interior. Estão marcadas eleições gerais para o final deste ano e as forças políticas locais estão na disputa pelo voto, procurando garantir melhores condições no futuro pleito.



Mobutu está no poder desde 1967

ZAIRE

A Comunidade Européia decidiu interromper a ajuda financeira ao Zaire enquanto não recomenciar a Conferência Nacional, convocada para decidir o destino do país.

O primeiro-ministro Nguz Karl-I-Bond suspendeu a conferência em que participavam o governo e os principais partidos da oposição. A suspensão levou uma parte do Exército a se rebelar, tomando o prédio da rádio estatal e exigindo a renúncia do presidente Mobutu Sese Seko. Algumas horas depois, os revoltosos foram vencidos por tropas de elite do governo, que empregaram armas automáticas e pesadas.

Diante da situação, a CE congelou a ajuda. O Zaire é um dos países da África beneficiados pelos acordos conhecidos como Convenção de Lomé, que também favorecem nações do Pacífico e Caribe. Segundo a Lomé III, que cobre o período 1985-90, o Zaire deveria receber 165 milhões de dólares. O porta-voz da CE informou que até agora 122 milhões foram oferecidos, mas só uma parte foi realmente gasta. O motivo foram problemas internos do país e a luta para derrubar Mobutu, que está no poder desde 1967 e que muitos setores acusam de tirania.

A CE resolveu, porém, continuar com a ajuda humanitária, enquanto que o governo belga (que colonizou e explorou a região desde o século passado) cortou até a ajuda financeira.

ÁFRICA

Lutas agravam a fome



No Sudão, a fome mata milhares de pessoas

Os conflitos políticos e a seca contribuíram para piorar a fome e sede na África subsaariana. Só na Somália, 4,5 milhões de pessoas estão seriamente ameaçadas, segundo relatório da Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO).

O documento da FAO sobre abastecimento na África subsaariana prevê que as colheitas na Somália serão reduzidas em 30 a 40% e constata que o gado está doente. A organização calcula que este ano será preciso importar 480 milhões de toneladas de alimentos e atribui parte desta situação a conflitos internos no país.

No Sudão, nas províncias de Kordofan e Darfur e em parte do leste, 5,5 milhões estão afetados pela seca e "necessitados de ajuda alimentar até a próxima colheita", adverte o relatório. Os sudaneses vão precisar de 924 mil toneladas de cereais, 130 mil toneladas de legumes e 60 mil de óleo de cozinha. Em outras partes do país prevêem-se boas colheitas, mas em

geral a situação é grave, pois há quase 2 milhões de desabrigados no sul por causa da guerra civil e desastres naturais.

Quanto à Etiópia, a FAO calcula que sua produção este ano chegará a 6,5 milhões de toneladas de cereais e legumes, cifra um pouco menor do que a colheita do ano passado. No norte, houve mais chuvas e a situação melhorou, mas no sul, inclusive por causa da guerra civil, a produção de alimentos é precária.

Na Eritreia, estima-se que serão necessárias 460 milhões de toneladas de alimentos para 3,3 milhões de pessoas. Isto implica importar 400 mil toneladas, das quais 290 mil seriam ajuda alimentar.

Em Djibuti, a presença de 90 mil refugiados da Somália e da Etiópia torna a situação dramática. A seca e a guerra do Golfo afetaram os 420 mil habitantes do país, cuja principal atividade é o pastoreio de animais e que importa a maior parte da alimentação que consome.

CAMARÕES

Depois de 30 anos de submissão, a minoria de língua inglesa decidiu lutar por seus direitos na República de Camarões. O Movimento do Camarão de Língua Inglesa está fazendo abaixo-assinados e manifestações para pedir o retorno ao sistema federativo de governo, abandonado em 1972. Segundo documentos do movimento, o estado de língua inglesa do sul de Camarões e o estado de língua francesa da República de Camarões (que mais tarde se converteram em Camarão do Leste e Camarão do Oeste) resolveram, como estados independentes e soberanos, formar uma federação em 1961. Mas 30 anos depois, o Camarão inglês considera-se discriminado e desrespeitado nos seus

direitos culturais e constitucionais. Em primeiro lugar, dizem os de língua inglesa, o plebiscito de 1972 que aboliu os dois estados, juntando-os num só e dividindo-os em províncias, foi fraudulento. Em segundo lugar, documentos denunciam "o abandono das regiões de língua inglesa e a sistemática discriminação de seus habitantes por parte do governo". "Temos sido tratados como povo conquistado e nosso território como terra conquistada. Geramos riqueza que se usa para desenvolver projetos apenas nas zonas do Camarão de fala francesa", conclui o documento. Parte dos camaronenses denuncia ainda a decisão do governo de aderir ao bloco dos países de língua francesa.

ARGÉLIA

A volta de Mohamed Boudiaf à Argélia e ao poder, depois de um exílio de 29 anos é um bom exemplo das ironias da história.

Boudiaf, herói nacional da resistência contra o colonialismo francês, tem hoje 72 anos. Há quase 30 anos, foi condenado à morte por seu companheiro de lutas Ahmed Ben Bella e exilou-se no Marrocos. Ben Bella inaugurou os governos da Frente de Libertação Nacional (FLN). Introduzido o multipartidarismo no país constitucionalmente em 1989, a vitória da Frente Islâmica de Libertação (FIS), uma organização fundamentalista, nas eleições levou o regime ao caos. O presidente Chadli Benjedid renunciou, o pleito foi cancelado e, através de um golpe branco, os militares apontaram a volta de Boudiaf como saída para a crise.

O curioso é que Boudiaf se desentendeu com Ben Bella por ser a favor do pluripartidarismo e da democracia. Hoje, ele chega ao governo através de um golpe, mas se compromete, ao mesmo tempo, a implantar a democracia no país. O povo não foi recebê-lo no aeroporto, no dia seguinte o governo mandou prender militantes fundamentalistas e dois dias depois pistoleiros mataram um soldado no primeiro ataque às forças de segurança desde que as eleições foram canceladas.



Os angolanos se juntam na tentativa de criar uma África Austral comunitária

INTEGRAÇÃO

Seguindo a tendência verificada em outros continentes, a África procura dar maior impulso à integração regional. Nesse sentido, está a decisão de fortalecer a SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), criada há 12 anos por Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

Os governos da SADCC estão procurando transformá-la para que deixe de ser uma organização intergovernamental e se converta em uma genuína comunidade da África Austral.

A "Declaração de Lusaka", carta de fundação da Conferência, estabeleceu como objetivo reduzir a dependência econômica, em especial mas não exclusivamente, da África do Sul, e criar vínculos para facilitar uma integração regional genuína.

Apesar de seus êxitos, o secretário-executivo da SADCC, Simba Makoni, declarou que a maioria dos 70 milhões de habitantes da região ainda não participam das iniciativas da organização. "Enquanto não fizermos da integração uma tarefa de todos os nossos povos, não tornaremos realidade a comunidade da África Austral", admitiu.

A recessão nos Estados Unidos está levando o governo norte-americano a uma agressiva campanha para ampliar o mercado dos seus produtos no exterior. Depois de uma viagem a Tóquio, onde tentou sem êxito conseguir acordos para vender os carros norte-americanos para os japoneses, o presidente George Bush investe agora contra a China.

As autoridades norte-americanas não se conformam com o enorme superávit comercial acumulado por Beijing nos três últimos anos (o intercâmbio entre os dois países chega a 20 bilhões de dólares, dos quais 13 bilhões são favoráveis ao país asiático).

Para reverter esse quadro, o governo norte-americano decidiu pressionar os chineses, utilizando como pretexto a controversa questão dos royalties e patentes.

COMÉRCIO EUA versus China

Há anos, os Estados Unidos vêm exigindo nos fóruns internacionais que os países em desenvolvimento lhes paguem royalties por produtos "descobertos" em seus laboratórios, mas muitas vezes criados a partir de matérias-primas levadas do próprio Terceiro Mundo.

Em relação à China, Washington vem mantendo negociações há vários anos para que Beijing respeite o que os norte-americanos consideram ser seu direito. O governo Bush fixou janeiro como o prazo final para que a questão se resolvesse, ameaçando criar impostos



Os EUA querem equilibrar seu comércio com os chineses

GATT

Em um esforço para resolver divergências nas negociações comerciais do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), foram iniciadas em Genebra conversações que visam a abrir mercados do Norte ao Terceiro Mundo.

As conversações da Rodada Uruguai do Gatt já duram cinco anos e têm por objetivo eliminar ou reduzir as barreiras comerciais a milhares de produtos no mundo. Trata-se do maior foro internacional de discussão sobre as relações Norte-Sul sob o ângulo do intercâmbio comercial.

Diante da oposição dos países da Comunidade Européia em diminuir os subsídios agrícolas, o diretor geral do Gatt, Arthur Dunkel, apresentou em 20 de dezembro um convênio de compromisso sobre 26 setores comerciais. Porém, falta a aprovação da maioria das 108 nações que participam no Gatt.

de até 100% sobre o valor das importações chinesas.

Irritado com o ultimato, o governo chinês advertiu que se Washington cumprisse suas ameaças, tomaria represálias contra as importações dos Estados Unidos, que somam 1,2 bilhão de dólares.

Os norte-americanos exportam para a China grãos, aço e aeronaves. A imposição de restrições à entrada desses produtos afetaria fábricas nos Estados Unidos, que dão emprego a milhares de pessoas.

Ao final, o governo chinês se comprometeu em firmar a Convenção sobre Direitos de Propriedade Intelectual de Berna e a Convenção sobre Fonogramas de Genebra.

Para Washington, sem dúvida foi uma vitória, mas o governo ainda está longe de vencer a guerra pela colocação de produtos norte-americanos nos mercados externos.

TIMOR LESTE

Portugal recorre à ONU

Em mais uma ofensiva diplomática para solucionar o problema da ocupação de Timor Leste pela Indonésia, o chanceler português, João de Deus, propôs ao secretário-geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali a participação de timorenses em um diálogo direto com o governo de Jacarta.

Desde que o governo indonésio reprimiu uma manifestação pacífica em Dili, capital de Timor, em novembro passado, o diálogo entre Lisboa e Jacarta foi suspenso. O massacre deixou um saldo de 50 mortos, segundo as autoridades indonésias, e 183, de acordo com os grupos que lutam pela independência do país.

Em dezembro de 1975, o Conselho de Segurança da ONU aprovou por unanimidade uma resolução pedindo a retirada da Indonésia da ex-colônia portuguesa no arquipélago de Java no sudeste asiático. Porém, o apoio ao governo do general Suharto por parte dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão e Holanda, permitiu a Jacarta ignorar a resolução do Conselho de Segurança.

A ofensiva diplomática de Portugal, reconhecida pela ONU como "potência administrante do território até a realização de um referendo para a sua autodeterminação", aumentou desde o mas-

sacre de Dili, filmado por um canal de televisão britânico.

Em uma recente visita oficial aos Estados Unidos, o presidente português Mario Soares abordou o tema de Timor Leste com George Bush, criticando a intransigência do governo indonésio.

Em fins de janeiro, um novo fato veio tornar ainda mais delicada a situação de Jacarta. Segundo um relatório da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, existe na Indonésia a prática da tortura, "em particular nos casos que são considerados uma ameaça à segurança do Estado".

O informe foi apresentado pela ONU durante a 48ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos, realizada em Genebra. O documento foi feito a partir de informações levantadas pelo jurista holandês, Peter Kooj-

mans, que passou 11 dias em Jacarta e Dili.

Segundo Koojmans, "a tortura é frequentemente praticada quando o detido está incomunicável", embora a legislação indonésia não permita prisões ilegais. "O fato da polícia dispor de completo controle nos primeiros 20 dias de detenção, torna impossível ao preso apresentar posteriormente denúncias relacionadas à tortura, pois a sevícia ocorre nessa fase", concluiu o relatório.



Mario Soares criticou a intransigência do governo indonésio

Apesar das intimidações, o grupo prossegue suas atividades. No momento, a Infight tem dado prioridade ao trabalho político de base entre os trabalhadores urbanos. "Em geral, as condições de vida dos trabalhadores da Indonésia pouco mudaram nas últimas décadas", explica Topatimasang. "Continuam recebendo baixos salários e tendo más condições de trabalho, sem garantias de assistência médica, nem outros benefícios sociais e, o que é mais importante, sem direito a formar seus próprios sindicatos".

Segundo ele, quem mais sofre são as mulheres, concentradas principalmente nas fábricas de têxteis. "Ganham os piores salários e não têm direito nem à licença maternidade", enfatiza.

Outro campo onde a Infight tem procurado atuar é junto ao movimento estudantil, apoiando suas denúncias sobre os danos causados à população pela construção de grandes represas. Desde 1989, os estudantes formaram um grupo de solidariedade com os 30.000 agricultores expulsos de suas terras pelos militares por causa da barragem de Kedung Ombo. Segundo Topatimasang, os camponeses passaram a sofrer intimidações depois de protestar contra as irrisórias indenizações oferecidas pelo governo.

INDONÉSIA

Mais violações dos direitos humanos

À Frente Indonésia de Defesa dos Direitos Humanos (Infight) voltou a denunciar a perseguição que sofrem seus membros por parte do governo do general Suharto, no poder desde o golpe militar de 1965.

Nos seus três anos de existência, a organização tem atuado em diversos campos, denunciando a detenção de pessoas por motivos políticos, as condições de vida dos trabalhadores e as pressões que sofrem agricultores para abandonarem terras onde serão construídos grandes projetos hidrelétricos.

Por isso, frequentemente o grupo sofre perseguições. "O primeiro passo das autoridades é nos mandar uma advertência através de um telefonema de um funcionário militar local. O segundo passo é sequestrar um dos nossos membros. O passo seguinte é o interrogatório e a tortura", afirma Roem Topatimasang, co-fundador do grupo e responsável pelas relações internacionais.

Violência: a deusa mora ao Norte

Alípio Manoel Paiva Mendes Júnior

O fuzil AK-47 é relativamente leve para os seus 90cm de comprimento. Pesa 4 quilos. Tido, por especialistas, como obra de arte em matéria de simplicidade, possui uma cadência de tiro em torno de 600 disparos por minuto. Se colocássemos em mira uma pessoa a uma distância equivalente a sete piscinas olímpicas emendadas, as balas a atravessariam ainda que estivesse por detrás de uma árvore. A origem é soviética. Mas americanos dominaram o segredo e o fabricam facilmente, com pequenas modificações de eficiência.

E, obviamente, o vendem mais fácil ainda. Por 400 dólares e o aceite da exigência de assinar um documento garantindo que não é delinquente fichado, a única espera – nos EUA – por um “kalashnikov” (o outro nome do AK) será pelo tempo de feitiço do embrulho. Comprar um revólver de seis tiros já é bem mais complicado: a investigação da vida do cliente pode levar até 15 dias. Ou mais de 100 dólares para que não aconteça. Patrick Purdy, um californiano (branco) de 26 anos, tinha pressa, ao que consta, e optou pela simplicidade. No formulário de antecedentes, simplesmente mentiu sobre seu passado de drogas, assaltos e agressões. Saiu da loja com a “preciosidade” de baixo do braço e, poucas horas depois, apertou o gatilho pela última vez – contra a própria cabeça. Antes disso, porém, testou-o ao meio-dia. Numa pequena escola primária de Stockton, tolerante o suficiente para aceitar crianças de origem asiática. Patrick não quis morrer sem a experiência de massacrar 35 crianças, de idade entre 6 e 9 anos, filhas de refugiados vietnamitas e cambojanos. Stockton, um porto no oeste dos Estados Unidos, hoje com 100 mil habitantes, continuou vendendo rifles.

Nos Estados Unidos de hoje, fatos novos acontecem com rapidez tal que as imaginações mais perversas ficam desafiadas. Apenas o muito diferente tem possibilidade de surpreender. E só o absolutamente original traumatiza por longos anos. Um bom exemplo é o filme *O silêncio dos inocentes*. Aquele onde o personagem-vilão – um criativo canibal urbano que comia o fígado de suas vítimas com fava e vinho Chianti – ensinava à agente do FBI a maneira de atingir os interiores de um esfolador de mulheres. A história real que originou o filme provou que a ficção pode não passar de um exercício de timidez criativa. Milwaukee, cidade do Wisconsin produtora de boas cervejas, já abrigava um rapaz, bem antes do início dos ensaios de Anthony Hopkins, que tinha por hábito devorar alguns e guardar outros pedaços de corpos humanos em freezer. Fora isso, ele se mostrara – segundo seus vizinhos – uma pessoa absolutamente normal.

Até que ponto uma sociedade doente pode estabele-

cer critérios de comportamento? O cidadão médio dos Estados Unidos é um ser moldado para viver o orgulho de fazer parte da liderança incontestável do mundo. Inconscientemente ou não, ele sabe que isso tem a ver com violência, competição pura, com o poder de retaliar. Contas só serão prestadas a Deus. O resto é a busca da riqueza e sucesso. São princípios do reformador João Calvino, de quem os norte-americanos se acham descendentes diretos. Por analogia, então, o porte de arma é valor fundamental no espírito daquela nação. Nada menos que 120 milhões de norte-americanos possuem, pelo menos, um revólver.

O assassino das crianças de Stockton era filho de um veterano da Guerra do Vietnã. Ele não teve a pretensão de “vingar” o pai derrotado – a quem, por sinal, ele não via assim, mas como herói. Patrick, com ele, aprendeu a virtude da virilidade.

Quis mostrar o bom aluno numa atitude de matança coletiva. Sem qualquer ódio ou sentimento de culpa. Pelo menos não mais do que a dos mercenários que se oferecem nos jornais das grandes cidades na costa oeste para esmagar movimentos rebeldes de desprezíveis nanicos do mundo subdesenvolvido. Por outro lado, o conteúdo da conotação racista da antropofagia de Milwaukee – o ataque era contra negros e amarelos – pode ser examinada na simbologia das cabeças que o criminoso mantinha conservadas em frigorífico. Não seriam, exatamente, “troféus de caça” mas – segundo estudiosos – objetos sagrados às avessas formando um tótem antagonico – alguma coisa onde se pudesse cuspir diariamente.

Certos assassinatos poderiam ser evitados se houvesse um maior controle sobre a compra de armas. Tal idéia, contudo, estaria em rota de colisão com fabricantes, comerciantes e compradores que – para evitar suspensas legislativas – agruparam-se num irresistível lobby apelidado National Rifle Association.

Vale acrescentar que o prato da violência tem apreciadores perdulários. Nem filmes pornográficos vendem tanto quanto os que trazem cenas verdadeiras de mortes e torturas. Nenhum outro assunto puxa maior audiência. As redes de TV manipulam o filão. Há pouco, um chefe de família barricou-se em casa com dois filhos. Ameaçou matá-los se a mulher não voltasse. A polícia chegou, juntamente com alguns psiquiatras. O ambiente, depois de minutos, parecia sob controle e seria possível um desenlace sem tragédia. Até que o entrincheirado percebeu meia dúzia de câmeras de televisão e ficou histérico: queria falar ao microfone, no que foi atendido, e ser filmado. Acabou incorporando totalmente o papel de maníaco, matando as crianças e a si próprio.

O cidadão médio dos EUA
é um ser moldado
para viver o orgulho
de fazer parte da liderança
incontestável do mundo.
Ele sabe que isso tem
a ver com violência,
com o poder de retaliar.
Contas só serão
prestadas a Deus

Agora todo o mundo é verde.



O Banerj sempre foi verde porque nasceu aqui.

BANERJ

NATURALMENTE LIGADO AO RIO

NATURALIZE-SE.



Prepare o seu coração para uma nova cidadania. O Rio de Janeiro está mudando e investindo para celebrar a vida e a qualidade de vida. Venha ser cidadão da natureza, acompanhando o tempo e as transformações da nossa Cidade. Ajude a fazer da RIO 92 uma grande festa de preservação do espírito carioca. A capital mundial da ecologia tem um encontro com você, na esquina do céu com o mar.



VENHA SER CIDADÃO DA NATUREZA. RIO 92.

RIO Prefeitura da Cidade

RIOTUR



Capital Mundial da Ecologia